

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação- FaE

Tatiana Neves da Silva

Aquilombamento e Educação Antirracista na Coletiva Mulheres da Quebrada

Belo Horizonte
2022

Tatiana Neves da Silva

Aquilombamento e Educação antirracista na Coletiva Mulheres da Quebrada

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lucia Eiterer

Belo Horizonte
2022

S586a

T

Silva, Tatiana Neves da, 1985-
Aquilombamento e educação antirracista na coletiva Mulheres da
Quebrada [manuscrito] / Tatiana Neves da Silva. - Belo Horizonte, 2022.
125 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Carmem Lucia
Eiterer. Bibliografia: f. 109-116.
Apêndices: f. 117-
123. Anexos: f.
124-125.

1. Mulheres da Quebrada -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação --
Relações raciais -- Teses. 4. Educação -- Relações étnicas -- Teses. 5. Negras --
Educação -- Teses. 6. Discriminação na educação -- Teses. 7. Discriminação racial --
Teses. 8. Quilombos -- Aspectos educacionais -- Teses. 9. Quilombolas -- Mulheres --
Negras -- Educação -- Teses. 10. Negras -- Identidade racial -- Teses. 11. Educação
feminina -- Teses. 12. Educação feminina -- Relações raciais -- Teses. 13. Educação
feminina -- Relações étnicas -- Teses.
14. Feminismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 15. Feminismo -- Relações raciais --
Teses. 16. Feminismo -- Relações étnicas -- Teses. 17. Descolonização -- Teses. 18.
Racismo -- Teses. 19. Serra (Belo Horizonte, MG) -- Movimentos sociais -- Teses.
I. Título. II. Eiterer, Carmem Lucia. III. Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFGM (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

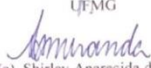
Aquilombamento e Educação Antirracista na Coletiva Mulheres da Quebrada

TATIANA NEVES DA SILVA


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 19 de dezembro de 2022, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Carmen Lúcia Eiterer - Orientador
UFMG


Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda
UFMG


Prof(a). Ana Amelia de Paula Laborne
UEMG


Prof(a). Paula Cristina Silva - UFVJM
Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022.

DEDICATÓRIA

À Coletiva Mulheres da Quebrada, por serem a razão desta pesquisa e por me transformarem tanto nesse tempo. Mulheres, vocês fizeram a palavra **afeto** virar **verbo**.

Ao meu pai Elias (*in memoriam*), por ser semente.

Às companheiras e aos companheiros que me encorajaram nas trincheiras e no **ESPERANÇAR** por um Brasil melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer se tornou verbo constante desde que ingressei no Mestrado. Por isso, a etapa derradeira dessa caminhada não seria diferente. Agradeço a Deus em todas as suas formas que acredito, pela proteção nesse processo. Minha mãe Terezinha, pelos anos de incentivo para que eu retomasse minha formação acadêmica, e por ser espelho desde sempre. Obrigada, Carmem, por mais uma vez (desde a graduação) me conduzir, mudar meus paradigmas, pela acolhida em cada momento que precisei. Sua orientação e presença foram e são valiosas. Gratidão à professora Shirley Miranda, que esteve presente em todas as fases da minha trajetória de formação na UFMG, pelo parecer tão atento e sensível, e estímulo ao meu ingresso na Pós-Graduação. Meus agradecimentos às professoras Ana Laborne, Paula Cristina Silva e Vanessa Miranda, por aceitarem fazer parte da banca, trazendo reflexões sobre essa dissertação. Não poderia deixar de agradecer ao meu companheiro Eder pela paciência e parceria, ouvindo muitas vezes meus devaneios acadêmicos. Minhas amigas e amigos: Rochelle, Augusto, Ana Beatriz, Renan, Zenaide, Denise, Tatiane, Viviane, Sonia pelos refrescos nos momentos de descontração, e construções de caminhos para a pesquisa. Ao Lucas, por ser a mais valiosa amizade que construí neste percurso, e que tanto me incentivou e segurou minha mão em cada momento. A minha parceira de orientação, Ana Luiza Zanon pelas conversas e apoio. Obrigada direção da Escola Municipal Prefeito Oswaldo Pieruccetti por incentivarem essa empreitada, em especial o diretor Adilson. Estendo minha gratidão à Prefeitura de Belo Horizonte pela concessão da licença para aperfeiçoamento, principalmente Edna, que sempre me atendeu com tanta humanidade.

Aglomerado da Serra (Belo Horizonte)



Fonte: Marco Scarassatti (2023)

E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que eles florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos.

(Olhos d'água - Conceição Evaristo, 2014)

RESUMO

As mulheres negras brasileiras ocupam um lugar de protagonismo nas lutas por justiça social contra o colonialismo racista e patriarcal. Dentre os movimentos articulados por essas mulheres, observamos, a partir da década de 1980, a emergência de modos de mobilização contemporâneos: os coletivos. Diante disso, esta pesquisa buscou compreender as estratégias de educação antirracista, construídas pela Coletiva Mulheres da Quebrada, que organiza as suas ações às mulheres do Aglomerado da Serra, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte. A Coletiva Mulheres da Quebrada constrói uma ampla rede de afeto e acolhimento junto às moradoras das oito vilas que formam esse território. Na construção desta dissertação, dialogamos com os Estudos Decoloniais referenciados em Figueiredo (2017), Oliveira e Candau (2010). Apresentamos reflexões acerca do feminismo negro, fundamentadas nas autoras negras Gonzalez (2020), Carneiro (2002; 2003), hooks (1995; 2018; 2019) e Collins (2016; 2019). Estabelecemos discussões com base no conceito de interseccionalidade que diz respeito às interrelações entre opressões de raça, gênero e classe, a partir de Crenshaw (2002) e Akotirene (2018). A metodologia baseou-se na observação participante enquanto elemento etnográfico, proporcionando intensa imersão no campo de pesquisa. Além disso, as entrevistas narrativas com gestoras da Coletiva e moradoras do Aglomerado da Serra nos auxiliaram no entendimento da Coletiva como lugar de aquilombamento onde se elaboram insurgências e resistências aos sistemas racistas, lutando pela existência plena (SOUTO, 2021).

Palavras-chave: Mulheres negras. Decolonialidade. Educação Antirracista. Aquilombamento.

ABSTRACT

Brazilian black women occupy a leading role in the struggles for social justice against racist and patriarchal colonialism. Among the movements articulated by these women, from the 1980s onwards, we observe the emergence of contemporary modes of mobilization: collectives. Therefore, this research sought to understand the strategies of anti-racist education, built by the Coletiva Mulheres da Quebrada, which organizes its actions to the women of the Aglomerado da Serra, located in the center-south region of Belo Horizonte. The Coletiva Mulheres da Quebrada builds a wide network of affection and reception with the residents of the eight villages that make up this territory. In the construction of this dissertation, we dialogued with the Decolonial Studies referenced in Figueiredo (2017), Oliveira and Candau (2010). We present reflections on black feminism, based on the black authors Gonzalez (2020), Carneiro (2002; 2003), hooks (1995; 2018; 2019) and Collins (2016; 2019). We establish discussions based on the concept of intersectionality that concerns the interrelationships between oppressions of race, gender and class, based on Crenshaw (2002) and Akotirene (2018). The methodology was based on participant observation as an ethnographic element, providing intense immersion in the research field. In addition, the narrative interviews with managers of the Coletiva and residents of the Aglomerado da Serra, helped us to understand the Coletiva as a place of quilombamento: where insurgencies and resistance to racist systems are elaborated, fighting for full existence (SOUTO, 2021).

Keywords: Black women. Decoloniality. Anti-racist education. Aquilombamento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Aglomerado da Serra	58
Figura 2 - Oficina de foto e vídeo com celular na Sede da Coletiva Mulheres da Quebrada ..	61
Figura 3 - Roda de Conversa na sede da Coletiva	62
Figura 5: Sede da Coletiva.....	65
Figura 6 - Folder de divulgação 8M na Quebrada.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Visão panorâmica das entrevistadas.....	52
Quadro 2- Cronograma do Grupo de Apoio Perdas e Lutos/Gotas de Cuidado	82
Quadro 3- Ciclo de Debates-Faces da Violência.....	83
Quadro 4- Cronograma 8 M na Quebrada	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: COMEÇANDO A CAMINHAR	13
1.1 Pesquisas sobre mulheres negras no Brasil	20
2 FEMINISMO NEGRO: AS LUTAS POR RECONHECIMENTO	26
2.1 Colonialidade e decolonialidade: refletindo e curando feridas	33
2.2 É preciso resistir: a luta pelo Bem Viver	36
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	48
3.1 Contexto: o Aglomerado da Serra	53
3.2 A Coletiva.....	60
3.3 As protagonistas	67
3.4 O fazer antirracista da Coletiva Mulheres da Quebrada.....	79
3.5 8M na Quebrada: Bora pra Rua!	87
4 ANTIRRACISMO E AQUILOMBAMENTO: “TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS”	92
5 CONCLUSÃO.....	106
6 REFERÊNCIAS	109
7 APÊNDICES	117
7.1 Apêndice A- Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	117
7.2 Apêndice B- Carta de Anuência	120
7.3 Apêndice C- Roteiro de Entrevistas 1: gestoras da Coletiva.....	122
7.4 Apêndice D-Roteiro de Entrevistas 2: moradoras do Aglomerado da Serra.....	122
8 ANEXOS	124
8.1 Anexo A- Nota de Repúdio ao reajuste das passagens de ônibus em Belo Horizonte.....	124
8.2 Anexo B- Nota de Repúdio ao megaprojeto de mineração na Serra do Curral.....	124

1 INTRODUÇÃO: COMEÇANDO A CAMINHAR

Começo esta dissertação pedindo licença aos que vieram antes de mim, meus ancestrais que tanto demorei a entender quem eram. Iniciar a redação deste trabalho exige que eu expresse o quanto esse processo foi desafiador, desde a minha preparação para os exames de seleção, até a conclusão do mestrado que foi desenvolvido em tempos difíceis, desde o anúncio de que estávamos em meio a uma pandemia de um vírus ameaçador que interrompeu tantas histórias de vida. Nesse turbilhão, em meio ao longo isolamento social, consolidei a decisão de aventurar-me pelos caminhos da pesquisa acadêmica, vislumbrados por anos. Meu ingresso no mestrado esteve acompanhado de expectativas, alegrias e angústias.

As medidas de prevenção à COVID¹-19 inseriram estudantes e docentes num contexto de aulas remotas por dois longos semestres, obrigando-nos aos encontros por meio de telas, tornando as interações mais frias, distantes, impossibilitando os abraços apertados, um café acompanhado de prosa, trocas epistêmicas pelos corredores e gabinetes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), momentos de contemplação no Jardim Mandala². Apesar dos tempos difíceis que o Brasil atravessa, é preciso ter o **ESPERANÇAR**³ de Paulo Freire, seguindo na luta por uma sociedade justa. Nos caminhos da mudança e do esperar, eu era a primeira pessoa (mais uma vez) da minha família materna a ingressar na pós-graduação. O ingresso no mestrado era um projeto de vida que me acompanhava desde a graduação em Pedagogia na mesma universidade.

Acessei o ensino superior, após anos de ditadura e neoliberalismo, num momento no qual uma onda progressista devolvia a esperança ao Brasil e havia uma expansão das universidades públicas, reconfigurando os sujeitos que ingressavam enquanto estudantes. O ensino superior público começava a não ser prioritariamente espaço das elites brasileiras. Essa expansão resultou em incentivo à pesquisa acadêmica, propiciando que eu fosse ativamente contemplada pelas bolsas de iniciação científica. A participação em grupos de pesquisa como

¹ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto do novo Coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.

² O Jardim Mandala é um projeto idealizado por um estudante da UFMG. Esse espaço foi estruturado com os princípios da geobiologia e da geometria sagrada, na busca da sintonia com os ciclos da vida e os modos mais naturais de lidar com o conhecimento e com o mundo. O jardim é composto por mais de 80 tipos de ervas medicinais e o passeio por esse espaço é uma experiência de aromaterapia.

³ FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

o Programa ⁴Ações Afirmativas, na UFMG, e PIBID⁵ foram propulsores para a minha formação identitária e profissional, e sobretudo, pelo encantamento com o universo da pesquisa. Esse percurso identitário e profissional se constrói num processo de idas e vindas e de encontros e reencontros comigo e com pessoas e questões que enriquecem, tensionam e desafiam minha trajetória. Eu sou uma mulher que se reconheceu enquanto parda após inúmeras oposições, perguntas e transformações.

Dentre essas transformações, destaco meu processo de transição capilar⁶, empreendido durante o período de isolamento social ocasionado por causa da pandemia de COVID-19. Nesse momento, questões permeavam aquilo que eu defendia e ensinava, no lugar de professora da rede municipal pública de Belo Horizonte. Na minha atuação profissional, eu tentava promover e lutar por uma educação antirracista, mas me confrontava com os padrões da branquitude, presentes no alisamento do meu cabelo, num tensionamento sobre a cor da minha pele e outros fenótipos que me confundiam sobre qual era meu lugar. Nesse caminho, mirei várias vezes minha mãe, mulher negra, empregada doméstica, analfabeta, que enfrentou vários processos de exclusão ao longo da vida. Embora não tenha passado pelos processos discriminatórios que a atingiram, vi que trazia muito dela em mim. Essas miradas na mulher negra da qual eu nasci me trouxeram elementos para minha formação identitária, em constante elaboração.

Reafirmo que sou uma mulher parda, filha de mulher negra e de um homem branco, pessoas com pouca instrução escolar, mas que sempre me ensinaram que o conhecimento seria minha maior riqueza e o melhor legado que poderiam me deixar. Sou a primeira e única pessoa da minha família materna a ingressar no ensino superior. Logo após a conclusão da graduação, em 2012, efetivo-me como professora da rede municipal de Belo Horizonte, ensinando e aprendendo com estudantes moradoras/es de bairros periféricos. Percebo de perto as desigualdades de acesso aos direitos básicos na vida dessas/es educandas/os, em sua maioria negras/os. Além disso, observo uma negação da identidade negra, principalmente nos aspectos atrelados à questão estética, por parte das meninas. Portanto, em 2019, abordo, em minha especialização⁷, estratégias de autorreconhecimento de meninas negras de uma escola da periferia. Nesse momento, as questões de gênero ganham cada vez mais espaço em minhas reflexões, em especial aquelas referentes à questão da mulher negra.

⁴ O Programa Ações Afirmativas na UFMG tem, entre seus objetivos, promover o acesso da população negra aos cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas. Além do mais, elabora estratégias que garantam a permanência desses/dessas estudantes.

⁵ Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

⁶ A transição capilar é iniciada a partir do momento em que se decide não utilizar produtos alisantes no cabelo. A partir dessa decisão, o processo é constituído de etapas até a retirada de toda a química dos fios.

⁷ Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34728>>.

Desde o reconhecimento de que vivíamos uma pandemia (COVID-19), em março de 2020, tenho acompanhado, de forma mais intensa, os trabalhos dos movimentos sociais, principalmente os grupos de mulheres que construíram redes de apoio, combatendo a insegurança alimentar, o desemprego, o acesso precário à saúde, lutando pelo direito à moradia. Essas mulheres continuam protagonizando as lutas contra formas de opressão seculares. Na visita da ativista e pesquisadora Angela Davis à Bahia, em 2017, ela proferiu a seguinte frase: “quando a vida das mulheres negras importar, teremos a certeza de que todas as vidas importam⁸”. Essa frase, segundo Angela Figueiredo (2018), demonstra como as mulheres negras “vivenciam o descaso do poder público com as populações negras e pobres, que vão desde o acesso à água, saúde, moradia, educação e trabalho” (FIGUEIREDO, 2018, p.1082-1083).

O protagonismo das mulheres negras nas lutas pelo reconhecimento das suas identidades e direitos é visto na articulação dessas sujeitas nos movimentos de resistência ao racismo, sexismo e às diversas formas de opressão empreendidas pelo modelo eurocêntrico de sociedades nas quais vivemos. Reconhecendo o papel decisivo dos movimentos de mulheres negras nos processos emancipatórios, esta pesquisa apresenta as reflexões acerca das estratégias produzidas pela Coletiva⁹ Mulheres da Quebrada, com vistas à educação antirracista. A Coletiva Mulheres da Quebrada mobiliza-se numa rede de afeto, solidariedade e conhecimento, apoiando e se juntando às mulheres do Aglomerado da Serra. O meu primeiro contato com essa organização de mulheres aconteceu durante a participação delas, no programa de televisão Rolê¹⁰ das Gerais, no ano de 2019. Nesse momento, começo a acompanhá-las nas redes sociais.

A educadora Nilma Gomes (2019) destaca o papel do Movimento Negro, enquanto protagonista no processo de formação humana, na promoção de um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação das negras e dos negros, a respeito de seus lugares de direito na sociedade brasileira. Os Coletivos negros são de extrema importância nessa empreitada reeducativa das sujeitas e dos sujeitos, em suas relações com a negritude, nas suas lutas por direito e, ainda, na valorização das suas conquistas. Portanto, essas ações projetam uma sociedade antirracista, a partir das reflexões/ações do Movimento Negro. Diante disso, a

⁸ Frase do discurso proferido pela cientista e ativista estadunidense, em palestra na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2017.

⁹ O uso do termo “Coletiva” no feminino e singular, recorrente neste texto, se reporta à grafia adotada pela organização de mulheres “Coletiva Mulheres da Quebrada”. O nome da Coletiva é mantido público no trabalho, em acordo com autorização no TCLE assinado por elas.

¹⁰ Programa da Rede Globo de televisão, exibido nas tardes de sábado e produzido em Minas Gerais, que retrata as potências das populações residentes em áreas periféricas e as dificuldades por elas enfrentadas.

pergunta que orienta esta pesquisa é: “quais saberes são mobilizados pela Coletiva Mulheres da Quebrada com vistas a uma educação antirracista?”

Justifico, portanto, a escolha da temática a partir da minha docência na rede pública em que as desigualdades raciais são percebidas cotidianamente, o que me instiga a refletir sobre ações que contemplam o antirracismo. Além do mais, as minhas aproximações com a pesquisa acadêmica, à época da graduação, relacionavam-se diretamente com as relações raciais, o que expandiu meu interesse e busca por conhecimento, direcionando, inclusive, anos depois, a escolha pela especialização em educação, diversidade e intersectorialidade. Junto aos fatores que motivam esta pesquisa, soma-se a emergência dos coletivos de mulheres negras no Brasil, com destaque para o protagonismo das suas ações nos bairros de periferia durante a pandemia. Essa dissertação justifica-se, ainda, pela escassez de produções sobre coletivos de mulheres negras no nível nacional, principalmente no que tange aos saberes construídos por esses grupos e sua relevância para o campo educacional.

Entendemos, aqui, a necessidade de explicação dos conceitos de educação das relações étnico-raciais e educação antirracista. Na década de 1980, diante do processo de redemocratização do Brasil, no tocante à educação das relações étnico-raciais, insurge a necessidade de reconstrução dos marcos regulatórios na legislação educacional brasileira. Essas reformulações são estimuladas pela emergência do debate negro e indígena. O Movimento Negro mostra a urgência de se repensar a educação no sentido de descolonizar os currículos e reconhecer a diferença, a existência do racismo¹¹ e a essencialidade do seu combate. Nessa direção, a partir de intensas discussões, exige-se a reconstrução da legislação educacional brasileira, elaborando-se, na década de 1990, inúmeros documentos e novos marcos regulatórios. Dentre os pontos mais relevantes desse marco regulatório, cita-se a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, incluindo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, com a promulgação da Lei nº 10.639, no ano de 2003, e, posteriormente, a Lei nº 11.645, em 2008, acrescentando as culturas indígenas e representando um movimento de destaque no reconhecimento, para o desenvolvimento de políticas educacionais rumo à promoção da igualdade étnico-racial. Sendo assim, a educação das relações étnico-raciais no sentido escolar está relacionada com práticas inseridas de forma consistente no currículo que reconheçam e valorizem os aspectos culturais e identitários das populações negras e indígenas.

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos

¹¹ As concepções sobre o conceito de racismo serão apresentadas mais à frente.

quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 1).

Conforme Aline Denzin (2018), a educação das relações étnico-raciais vai além do âmbito escolar. No contexto brasileiro, marcado e organizado com base nas desigualdades raciais estruturadas no racismo, é urgente que se reedue a população. Os marcos regulatórios atestam também essa importância da reeducação racial.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. [...] Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime (BRASIL, 2004, p. 14).

Os marcos regulatórios citados: as Leis nº 10.639/03, nº 11.645/08, o Parecer ¹²CNE/CP nº 3 de 2004 e a Resolução ¹³ CNE/CP nº 1 de 2004 fazem parte de um extenso processo de reivindicações da militância negra brasileira, por uma educação baseada no combate ao racismo. Nilma Gomes aponta que as lutas do Movimento Negro por uma educação antirracista intensificaram-se entre as décadas de 1980 e 1990, destacando a questão racial enquanto forma de opressão, utilizada para a estruturação “das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social” (GOMES, 2011, p.111). Nessa direção, a educação antirracista converge na consciência e criticidade a respeito da existência do racismo estrutural. A historiadora Suzane Jardim ¹⁴ define educação antirracista da seguinte forma:

É uma educação que entende que nosso país adotou sistematicamente o projeto de calar e omitir do grande público as discussões sobre relações raciais que foram cunhadas no campo das ciências humanas, políticas e no seio do Movimento Negro. É tentar instruir sujeitos sobre relações raciais, não para que individualizem a questão, mas para que consigam perceber o quanto o racismo faz parte de nossa estrutura social e tenham a capacidade crítica para se colocar contra esse sistema (JARDIM, 2020, s/p).

A educação antirracista pauta-se pelo envolvimento e compromisso de diferentes sujeitas/os sociais. Conforme a filósofa Djamila Ribeiro, “pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades” (RIBEIRO, 2020, p. 51-52). Dito isso, nesta dissertação, consideramos a educação antirracista enquanto estratégia de criticidade, resistência e (re)

¹² Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

¹³ Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

¹⁴ Disponível em: < <https://revistaeducacao.com.br/2020/06/23/educacao-antirracista/>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

existências, frente à sociedade que se ancora no racismo, para oprimir, apagar, silenciar, invisibilizar, matar a população negra.

Durante a escrita do projeto para a seleção de mestrado, deparei-me com questões sobre como a Coletiva Mulheres da Quebrada, majoritariamente formada por mulheres negras, se organizava no combate ao racismo, numa comunidade formada sobretudo por pessoas negras. Desse modo, reflito sobre o papel educacional dos movimentos sociais e, nesse caso, os Movimentos de Mulheres Negras e o Movimento Negro.

Neste trabalho, o principal objetivo é compreender quais estratégias são produzidas pela Coletiva Mulheres da Quebrada para uma educação antirracista. Outras perguntas orientam a pesquisa, perfazendo os objetivos específicos: como essas ações reverberam junto às mulheres afetadas¹⁵ pela Coletiva? Quais sentidos a Coletiva atribui às estratégias construídas? Quais são, para essas sujeitas, os dilemas de ser mulher, negra e favelada¹⁶? Na tentativa de responder às questões apresentadas e de conversar com aspectos trazidos pelas sujeitas, dividimos esta dissertação em quatro capítulos.

O capítulo 1 apresenta o problema que guia este trabalho, seus objetivos e motivações. Além disso, estabelecemos um diálogo com conceitos e autoras/es que subsidiam as discussões elaboradas, sobretudo aquelas/es que pensam a partir dos estudos da decolonialidade, termo que será esmiuçado mais adiante. Nesse sentido, com vistas à visibilidade e ao reconhecimento das produções teóricas, utilizamos o primeiro e último nome das/os estudosas/os citadas/os no texto. Nas citações diretas, mantemos os nomes conforme a redação original dos trabalhos. Destaca-se que esta escrita não parte de apenas um lugar de enunciação. Conforme Angela Figueiredo (2017), lugar de enunciação é onde está situado o sujeito na produção do conhecimento, localizando-se com relação a: nacionalidade, pertencimento étnico-racial, gênero e classe. Durante décadas, nas produções acadêmicas ocultava-se o sujeito que falava.

Esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos imperiais/globais ocidentais e para a hegemonia dos brancos crioulos nas Américas. Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias/euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior versus conhecimento inferior e, portanto, de seres superiores versus seres inferiores no mundo (FIGUEIREDO, 2017, p. 93).

Diante do exposto e na contramão desse apagamento de quem fala, destacamos que este texto é escrito a partir de narrativas diversas. Por isso, será utilizada a primeira pessoa do

¹⁵ O termo “afetadas”, será empregado nesta dissertação, por entendermos que um dos pilares da Coletiva é a promoção do afeto entre as moradoras do Aglomerada da Serra, espaço de atuação da organização.

¹⁶ O termo “favelada/ favelado” é utilizado nesta pesquisa enquanto símbolo de pertencimento, de construção identitária e de empoderamento.

singular, o eu, quando as referências partirem das minhas construções, e a primeira pessoa do plural, o nós, para se referir às discussões e reflexões proporcionadas junto à orientadora, às/aos colegas de orientação, às/aos autoras/es com as/os quais dialogamos, às mulheres da Coletiva (entendidas aqui as gestoras, as demais voluntárias e as moradoras do Aglomerado da Serra, sujeitas das ações). Na direção do referencial teórico, apresentamos produções acadêmicas que realizam interlocuções com a temática do feminismo negro e coletivos populares no Brasil.

No capítulo 2, refletimos sobre os conceitos fundamentais neste estudo: raça, racismo, antirracismo, colonialidade, decolonialidade, dentre outros. Ademais, mostramos uma breve contextualização histórica do feminismo negro brasileiro, referenciando a criação de coletivos negros, entre os quais Nzinga, Geledés, recapitulando importantes marcos nas lutas das mulheres negras.

No capítulo 3, abordamos os caminhos metodológicos que nos auxiliam a escutar as sujeitas, trazendo suas narrativas para essa dissertação, destacando seu protagonismo na construção do texto. Dessa maneira, são descritas a observação participante e as entrevistas narrativas que me auxiliaram a estar no campo e entendê-lo dentro de todas as suas complexidades e riquezas. Nas tessituras metodológicas, as entrevistas narrativas possibilitam a combinação de histórias de vida e contextos histórico-sociais (PINHO; RIBEIRO). Ademais, nesse capítulo, dialogamos com o campo, as sujeitas e o Aglomerado da Serra, trazendo dados e aspectos sociais, culturais e políticos do território.

Nos capítulos 3 e 4, inserimos as análises do material produzido no campo, incluindo as entrevistas, dialogando com as experiências e saberes das sujeitas. A análise dessas narrativas foca uma intensa trama de sentidos. Desse modo, as categorias de análise são articuladas de acordo com as vozes das sujeitas. Na intenção de conhecer suas trajetórias pessoais, como elas se organizam, se conectam entre si e se mobilizam, busca-se desenvolver um trabalho no qual se permita que nos aproximemos o máximo possível de elementos que construam o entendimento das lutas dessas mulheres na busca de uma sociedade justa e, principalmente, no caso desta investigação, no caminho rumo a uma educação pautada no antirracismo. Por isso, a presente pesquisa se desenvolve centrada nas sujeitas. A teórica portuguesa Grada Kilomba define que a centralidade nas sujeitas consiste em

examinar as experiências, auto-percepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito. Tem-se o direito de ser um sujeito político, social e individual, em vez da materialização da Outridade, encarcerada no reino da objetividade (KILOMBA, 2019, p. 81-82).

Ademais, são apontadas no capítulo 5, as conclusões, que não são definitivas, pois representam uma abertura de caminhos para reflexões a respeito da atuação dos coletivos populares de mulheres negras na luta antirracista.

1.1 Pesquisas sobre mulheres negras no Brasil

Os estudos produzidos pelas mulheres negras brasileiras sobre as questões de raça e gênero encontram-se em expansão. Nas décadas de 1970 e 1980, temos a emergência de intelectuais negras no Brasil: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros. Essas mulheres estão entre as expoentes do pensamento feminista negro no país. Além disso, trouxeram a experiência prática do ponto de vista da militância que exerciam. No entanto, conforme destacam Bianca Mattos, Heloísa Santos e Suzana Mattos (2019), ainda existe pouca visibilidade das mulheres negras na produção intelectual dos estudos feministas brasileiros.

[...] apesar do trabalho fundamental de feministas negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, dentre outras, que participaram na construção dos estudos sobre mulher negra do Brasil, “as omissões da questão racial nas pesquisas e trabalhos acadêmicos de mulheres brancas” é muito presente e enfatiza a invisibilidade da questão da mulher negra nos estudos acadêmicos sobre as mulheres em geral no Brasil (MATTOS, B.; SANTOS; MATTOS, S., 2019, p. 2).

A saudosa intelectual e escritora bell hooks lembra que as mulheres negras estiveram, por um longo tempo, excluídas das teorias feministas. As mulheres negras eram incentivadas pelo feminismo branco a contribuir com as suas experiências pessoais, mas não eram reconhecidas enquanto produtoras de conhecimentos para a teoria feminista, ficando à margem das produções acadêmicas. “Desde que as mulheres brancas definiram o feminismo de um modo que o fez parecer sem real importância para as mulheres negras, elas puderam concluir que as mulheres negras não precisavam contribuir para o desenvolvimento da teoria” (hooks, 2019, p. 65).

Nessa direção, é importante ressaltar o protagonismo do movimento de mulheres negras na luta por reconhecimento e direitos no Brasil. Conforme a reconhecida intelectual Sueli Carneiro, o feminismo negro brasileiro se constrói a partir das interrogações em torno de um movimento de mulheres que, até então, inspirava-se no modelo eurocêntrico, pautando reivindicações que não traziam as especificidades de raça. Havia, portanto, a urgência de “enegrecer o feminismo”, expressão utilizada por Sueli Carneiro, para

[...] designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda

específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Nesse sentido, realizamos uma busca sistemática em três bases de dados: Portal CAPES, Repositório Institucional da UFMG, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No recorte temporal de 2018 a 2022, encontramos um quantitativo robusto de trabalhos a partir do descritor “mulher negra”. Esses textos versam a respeito da militância em associações e coletivos, a mulher negra na saúde, feminismo negro, mulher negra e violência doméstica. Dentre as produções, destacamos a tese de Luciana Lessa que realizou reflexões sobre os processos de descolonização e resistência de mulheres integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia. A autora estabelece um diálogo com esta dissertação, pois investiga mulheres negras de uma organização social, atravessadas pelo racismo, e como essas sujeitas elaboram formas de resistir à discriminação racial. Nesse sentido, de acordo com Luciana Lessa, “a atuação de mulheres negras ativistas envolve igualmente construir e resgatar narrativas que valorizam pessoas negras, suas experiências, sua estética e o conhecimento que produzem” (LESSA, 2020, p. 90-91).

Elionice Sacramento (2019) e Suelen do Prado (2020) também suscitam discussões a respeito das mulheres negras brasileiras na perspectiva do ativismo. Na sua dissertação de mestrado em História, Suelen Prado apresenta uma identificação e análise das ações construídas pelas mulheres negras, fundadoras do Instituto Geledés, e os impactos nos processos reflexivos da população negra, além da produção de conhecimentos pela organização. Elionice Sacramento aborda, na dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, as mulheres pertencentes à Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, no estado da Bahia. O trabalho mostra as opressões sofridas pelo povo dessa comunidade e o lugar de protagonismo ocupado pelas mulheres nos processos de luta e resistência.

Com isso, na revisão de literatura a partir do descritor “coletivos de mulheres negras”, consultando as bases citadas e delimitando o marco temporal de 2018 a 2022, percebemos lacunas nessa temática, diante do registro de um número ainda pequeno de trabalhos. Dessa forma, enfatizamos a dissertação de Sintia Araujo Cardoso que realizou pesquisa tendo como foco o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira, atuante na Bahia. Esse Coletivo formou-se a partir do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas da Bahia-Sindoméstico, sediado na periferia de Salvador, sendo composto sobretudo por mulheres negras. Segundo Sintia Cardoso (2019), essas sujeitas se reúnem no combate às diversas formas de opressão: a negação dos

direitos no contexto trabalhista, o racismo cotidiano, o apagamento das suas identidades e, conseqüentemente, dos seus direitos.

Nas produções citadas, as mulheres negras organizam-se, de forma coletiva, contra as desigualdades, em consonância com o Movimento Negro, mas dentro das subjetividades do gênero. Essas mobilizações coletivas foram e são construídas ao longo do tempo. Após a Proclamação da República (1889-1937), a população liberta do regime escravocrata funda associações, clubes, grêmios, além de publicações para tratar da questão negra, que ficaram conhecidas como imprensa negra, em que “se destaca o combate ao preconceito de cor” (FIGUEIREDO, 2018, p. 1083). Dentre essas organizações, a de maior destaque foi a Frente Negra Brasileira¹⁷ (FNB), majoritariamente formada por mulheres, fundada em 1931. Conforme Petronio Domingues, “era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo o movimento” (DOMINGUES, 2007, p.16, apud FIGUEIREDO, 2018, p. 1083). No ano de 1944, destacamos a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), com a participação significativa das mulheres negras.

Com o caminhar das décadas, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, as mulheres negras reivindicam mais espaço para suas pautas no interior do Movimento Negro. “Eu diria que o próprio conceito de ativismo foi ampliando. Assim como constatamos, de forma crescente, o alargamento do debate sobre o feminismo negro e o empoderamento feminino em suas dimensões políticas e estéticas” (FIGUEIREDO, 2018, p. 1085). Dessa maneira, as organizações coletivas de mulheres negras conquistam lugares importantes ao longo da história. Nessa época, de acordo com Angela Figueiredo, iniciaram-se as irmandades religiosas negras, dentre elas, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na cidade de Cachoeira, estado da Bahia.

[...] podemos considerar as irmandades religiosas negras como as primeiras formas de organização política negra, uma vez que muitas estavam baseadas em mecanismos de ajuda mútua, através da compra de alforria e da capacitação profissional de pessoas negras para a realização de um ofício. O mecanismo de solidariedade presente nas irmandades estava voltado para a emancipação d@s irm@s negr@s. A centenária irmandade feminina negra, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira, é um exemplo da continuidade histórica dessas organizações que encontram outras formas de solidariedade e sentido político/coletivo atribuídos a sua atuação em tempos modernos (FIGUEIREDO, 2018, p. 1085).

¹⁷ Criada em outubro de 1931 na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e outros, a organização desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados. Realizava palestras, seminários, cursos de alfabetização, oficinas de costura e promovia festivais de música.

Na perspectiva das organizações femininas negras, conforme Cristiano Rodrigues e Viviane Rodrigues (2021), o primeiro posicionamento formal das feministas negras brasileiras foi o Manifesto das Mulheres Negras. Esse ato, ocorrido em 1975 contra aquilo que denominavam feminismo branco hegemônico, teve, entre suas articuladoras, a importante intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez. Nessa mesma década, após o Manifesto, surgem diversos grupos de mulheres negras:

Aqualtune, 1979 (Rio de Janeiro, RJ); Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, 1983 (Rio de Janeiro, RJ); Mãe Andresa, 1986 (São Luís, MA); Mulheres Negras do Espírito Santo, 1987 (Vitória, ES); Maria Mulher, 1987 (Porto Alegre, RS), Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1988 (São Paulo, SP) (RODRIGUES, C.; RODRIGUES, V., 2021, p. 5-6).

Dentre os coletivos de mulheres negras no Brasil, destacamos o Nzinga, fundado na década de 1980 por Lélia Gonzalez, em parceria com outras militantes. O Coletivo Nzinga buscava a transformação das vidas das mulheres negras, defendendo seus direitos no caminho da justiça social. Nesse caso, a luta contra o racismo e o sexismo constituíam-se pilares desse grupo. Os coletivos de mulheres negras carregam um duplo sentido, pois, a partir da discriminação racial, as mulheres negras enxergam-se sofrendo uma dupla opressão: de gênero e raça. De acordo com Cristiano e Viviane Rodrigues (2021), a principal vertente dos movimentos e coletivos de mulheres negras é a luta por uma sociedade com justiça social, e igualdade, aliando-se no combate às violências de gênero, ao racismo, às discriminações de classe. Diante desses princípios, na década de 1990, são formalizadas as organizações não-governamentais (ONGs) feministas negras: Geledés, Fala Preta!, Criola, Casa de Cultura da Mulher Negra, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, Maria Mulher, dentre outras.

[...] a fundação da Rede de Mulheres Afrolatino-Americanas e do Caribe, em 1992, e a participação, inicialmente individual e desconcertada, posteriormente de maneira coletiva e articulada, de feministas negras em importantes conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) fazem parte desse esforço concentrado para gerar impacto institucional de longa duração (RODRIGUES, C.; RODRIGUES, V., 2021, p. 13).

Nos anos 1990, ativistas negras firmaram parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições internacionais, o que Cristiano e Viviane Rodrigues (2021, p. 25) denominam como processo de “onguização” dos coletivos de mulheres negras. Nesse cenário, os coletivos negros implementaram importantes projetos antirracistas e programas de promoção à saúde da população negra, sobretudo das mulheres negras. Os seminários e as conferências se intensificaram, discutindo e buscando soluções para a violência contra a mulher negra, na proposição de políticas antirracistas. Nesse momento, as organizações

de mulheres negras aumentam sua circulação e influência nas interlocuções com o Estado, pressionando por políticas públicas. Analisando a tendência da "onguização", é necessário que se especifique como essas instituições funcionam. As ONGs são compostas por profissionais remunerados em vez de voluntários. Além disso, apresentam mais duas especificidades: maior burocratização, focando muitas vezes na elaboração de documentos que centralizem determinada demanda; estabelecimento de parcerias com redes e organismos nacionais e internacionais, o que pode levar essas organizações a evitar conflitos, embora isso não seja uma regra. Segundo Cristiano e Viviane Cardoso (2021), no início dos anos 2000, as ONGs perdem espaço para grupos que demandam por participação popular, constituindo o que conhecemos por coletivos. Os coletivos são lugares de encontro e representação popular, organizados numa perspectiva horizontal, em que todas as decisões são tomadas em conjunto, movidos pelo trabalho voluntário, sem remuneração. Nesta pesquisa, trazemos, enquanto protagonista, uma Coletiva que passou pelo processo de institucionalização.

Esta dissertação se constrói no encontro com os Estudos Decoloniais, estabelecendo diálogos com o Feminismo Negro Decolonial. Nessa direção, procuramos questionar e tensionar os sistemas racistas que se fizeram hegemônicos. Precisamos, enquanto sociedade, reconhecer os movimentos populares que articulam estratégias de resistência, insurgências, insubordinação e produzem conhecimento. As sujeitas desta pesquisa, junto à Coletiva Mulheres da Quebrada, interrogam o sistema opressor, na medida em que se contrapõem às violências diárias. Por isso, optamos por dialogar com Sueli Carneiro, Angela Figueiredo, Djamilia Ribeiro, Lélia Gonzalez, Vilma Piedade, Neusa Souza, Nilma Gomes, Joice Berth, Carla Akotirene, Carolina Maria de Jesus, Patricia Gomes, bell hooks, Patrícia Collins, entre outras/os. Priorizamos, aqui, o feminismo negro e as epistemologias do Sul, historicamente apagados do campo de produção do conhecimento. Nesse sentido, Catarina de Oliveira destaca:

Se o lugar onde se encontra a teoria do sul e sua contribuição para o pensamento sob uma outra perspectiva possibilita compreender a potência, a capacidade do pensamento feminista, cabe considerar o lugar como algo que encontra as mais variadas faces e contextos. Problematizar a condição da mulher a partir de determinada realidade e lugar (doméstico, privado, periférico, do sul) e não de outro (público, do norte, ocidental, globalizado) configura-se como um marco para romper uma situação adversa, em busca de uma identidade do espaço constituído (OLIVEIRA, 2016, p. 137).

Diante do exposto, a fundamentação teórica desta dissertação foca autoras/es, prioritariamente latino-americanas/os. Decerto, traremos as perspectivas do norte global, centrando naquelas produzidas pelos povos historicamente segregados da agência do conhecimento: mulheres negras e homens negros. Os latino-americanos Joaze Bernardino-Costa e Ramon Grosfoguel lembram:

O que é fundamental no registro e na análise dessas interpretações e práticas políticas e culturais é a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos. Rer autores que foram silenciados pela academia não significa somente se deparar com testemunhos sobre os efeitos da dominação colonial, significa deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 21).

Na direção da produção de conhecimento pelas mulheres negras, enfatizando suas experiências, dialogamos com o conceito de *escrevivência*, cunhado pela célebre escritora mineira Conceição Evaristo.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30).

No capítulo 2, abordaremos construções sobre o feminismo negro, teoria e prática que reivindica o lugar de protagonismo da mulher negra. A concepção de Bem Viver será apresentada, a partir da premissa das populações indígenas latino-americanas, e a sua incorporação pelo feminismo negro. No sentido dos conceitos e movimentos, trataremos da colonialidade, que desumaniza corpos e saberes, e da decolonialidade, movimento de luta pelo reconhecimento e visibilidade dos povos historicamente silenciados: mulheres, população negra, povos indígenas, América Latina.

2 FEMINISMO NEGRO: AS LUTAS POR RECONHECIMENTO

O feminismo negro assumiu um lugar de destaque em nível mundial entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente nos Estados Unidos, com a fundação da *National Black Feminist Organization* (Organização Nacional Feminista Negra), em 1973. Essa organização teve o objetivo de tratar de questões centrais na vida das mulheres negras estadunidenses. Destacamos, entretanto, que as mobilizações das mulheres negras pelo reconhecimento das suas identidades são bem anteriores aos momentos relatados. Dessa maneira, em 1851, durante a *Women's Rights Convention* (Convenção dos Direitos das Mulheres), realizada nos Estados Unidos, a ex-escravizada Sojourner Truth pediu a palavra, após ouvir, de conferencistas homens, que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que homens. No seu discurso, enfatizamos a seguinte parte:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? ¹⁸

Mediante o exposto, de maneira tão dolorosa, Sojourner Truth já denunciava a diferença da situação entre mulheres negras e brancas. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo voto, as mulheres negras exigiam serem vistas enquanto humanas (RIBEIRO, 2018). A mulher negra enfrenta a dor de ser invisível em vários aspectos. Aproveito, aqui, para utilizar o conceito de “dororidade”, cunhado pela filósofa e intelectual Vilma Piedade.

Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... (PIEIDADE, 2017, p. 13).

Vilma Piedade tensiona a concepção de “sororidade”, amplamente difundida na sociedade contemporânea. Segundo a autora, a sororidade parece ser um conceito que não engloba a pretitude. Portanto, sororidade advém de sóror, que significa irmãs. Já “dororidade” se origina da “dor”, que pode ser física, emocional, moral (PIEIDADE, 2017). Essa dor acompanha as mulheres negras desde que seus antepassados foram sequestrados do continente africano para serem submetidos ao trabalho escravizado no Brasil. Mediante o exposto, muitos

¹⁸ Disponível em :<<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

trabalhos trazem o processo de resistência e insubordinação das mulheres negras brasileiras, desde o início da colonização. A denúncia da subordinação dessas mulheres pelo sistema baseado na branquitude enquanto modelo é, também, realizada pelo movimento de mulheres negras e em textos escritos por acadêmicas e ativistas negras. Compreendemos que as concepções de feminismo são muitas e os feminismos diversos. Apresentamos a elaboração de bell hooks (2019) para o termo:

O feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. Ele pode transformar nossas vidas de um modo significativo. E o mais importante: o feminismo não é um estilo de vida, nem uma identidade pré-fabricada ou um papel a ser desempenhado em nossas vidas pessoais (hooks, 2019, p. 59).

Na medida em que entendemos que o feminismo não representa o benefício de um grupo de mulheres em detrimento de outro, é importante construir pautas que reconheçam todas as mulheres, considerando suas especificidades identitárias e sociais. Decorrente disso, pensar o feminismo negro é contextualizar um espaço de lutas pelo reconhecimento do direito à existência plena. Conforme destaca também a estudiosa Carla Akotirene (2020), o feminismo inicialmente não contemplava as mulheres negras. Como já demarcamos anteriormente, o movimento encontrava-se impregnado pelas bases eurocêntricas, apresentando pautas que estavam fora da realidade negra. Diante do exposto,

contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça (AKOTIRENE, 2020, p. 16).

Nas palavras de Luiza Bairros (1995, p. 6), o feminismo negro diz respeito a “um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu e da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras”. Podemos dizer que o feminismo negro reivindica, entre outras questões, o direito à diferença.

Demandar a diferença faz parte do cerne do pensamento feminista negro, racializando suas reivindicações: a visibilização da racialidade faz parte de um projeto de feminismo negro brasileiro que denuncia a omissão do feminismo branco brasileiro diante da ideologia da democracia racial (FIGUEIREDO; GOMES). Essa concepção da democracia racial, extensamente disseminada no Brasil, teve mais força a partir da década de 1920, constituindo a falsa ideia da erradicação do racismo no país. Conforme o antropólogo Kabengele Munanga,

[...] a democracia racial apresenta o Brasil como um paraíso racial, isto é, um país sem preconceito e discriminação raciais. Em função desse ideal, o Brasil conviveu muito tempo sem leis protecionistas dos direitos humanos dos não brancos, justamente porque não eram necessárias, tendo em vista a ausência dos preconceitos e da discriminação racial, pensavam (MUNANGA, 2015, p. 23).

Essa pretensa e perigosa ideologia democracia racial desconsiderou as diferenças, mantendo à margem aquelas/es que foram silenciadas/os e assujeitadas/os pela sociedade, cenário do qual fazem parte as mulheres negras. Nessa direção, as mulheres negras confrontavam a existência de apenas um ponto de vista o qual descartava as opressões por elas vivenciadas. Tais opressões, que iam muito além das desigualdades de gênero, eram profundamente interseccionadas por outros tipos de opressão que resultavam em desigualdades raciais. Segundo a estudiosa estadunidense Patrícia Collins, “opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (COLLINS, 2000, p. 39).

Em vista disso, as assimetrias de poder se revelam a partir de raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, dentre outras. Assim sendo, as feministas negras reclamavam pelo reconhecimento das pautas raciais por parte do movimento feminista. Reivindicavam a incorporação da perspectiva racial como essencial, já que a raça reconfigura os modos que as mulheres negras vivenciam o gênero (COLLINS, 2000).

Dessa forma, de acordo com a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), o movimento feminista no Brasil iniciou-se no século XIX com a chamada primeira onda. “Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública” (RIBEIRO, 2018, p. 29). Portanto, em 1922, fundou-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que tinha como objetivo lutar pelo voto feminino e pela liberdade das mulheres acessarem o mundo do trabalho, sem necessidade de autorização dos maridos. Em 1970, no contexto da ditadura militar que golpeava a democracia brasileira, tem início a segunda onda cujas principais lutas, para além da valorização do trabalho feminino, eram o direito ao corpo e ao prazer, combatendo a violência sexual. Além disso, o movimento se contrapunha à ditadura militar. Desse momento em diante, são construídas associações e publicações para tratar da questão do feminismo.

Entretanto, percebia-se que as mulheres negras se encontravam invisibilizadas dentro do movimento feminista, ante a ausência das suas pautas e narrativas. Conforme Djamila Ribeiro: “No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim da mesma década (anos

80) e no começo da seguinte, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitas políticas” (RIBEIRO, 2018, p. 29).

Com isso, a terceira onda feminista, iniciada na década de 1990, questiona a universalização das pautas do movimento que o tornam excludente, pois se fazia necessário perceber que as mulheres sofriam opressões de diferentes formas. Assim sendo, tornou-se essencial discutir gênero na perspectiva racial, de classe e considerando as particularidades de cada contexto. Djamilia Ribeiro reforça que

a universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média — trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres. Além disso, essa onda propõe a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino (RIBEIRO, 2018, p. 29).

No ano de 1985, aconteceu o III Encontro Feminista Latino-Americano, na cidade de Bertioga, em São Paulo. Vale pontuar que, como expressado anteriormente neste trabalho, as mulheres negras se reúnem focadas na resistência, nas lutas por reconhecimento e pela efetivação dos seus direitos há décadas. Nesse evento, acontece a aceitação pelas mulheres negras da identidade de feminista. Conforme Djamilia Ribeiro, “[...] em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista” (RIBEIRO, 2018, p. 35). A dificuldade em se reconhecerem feministas estava relacionada à ausência das identidades negras nas reflexões do feminismo. Inclusive, de acordo com Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2021), o Encontro de Bertioga, que teve como temática o feminismo e racismo, contou com 850 mulheres inscritas, das quais 116 não se declaravam brancas. No entanto, um grupo de mulheres negras ligadas a movimentos de favelas e periferias foram impedidas de entrar no espaço em que o evento acontecia, por não disporem do dinheiro para realizar a inscrição. Essas mulheres que não acessaram o interior do encontro permaneceram acampadas ao lado de fora, durante toda a sua realização, gerando discussões. A partir desse acontecimento e das reflexões tecidas no Encontro de Bertioga, emergiu a organização das mulheres negras, no campo das ações coletivas, destacando-se no viés da visibilidade política no campo feminista. Nesse cenário, existe um aumento estrondoso dos coletivos de mulheres negras. Ademais, os encontros municipais e estaduais são articulados por todo o Brasil.

Dessa forma, em 1988, organizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Valença, interior do estado do Rio de Janeiro. Esse evento teve a participação de 450 mulheres, de 17 estados brasileiros. O encontro fomentou o debate de temáticas que influenciavam a vida das mulheres negras:

[...]organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade; meios de comunicação; história das mulheres negras na África e no Brasil; arte e cultura; políticas de controle da natalidade; saúde; violência; estética; e sexismo (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 7).

Ressaltamos o protagonismo da intelectual belorizontina Lélia Gonzalez, figura fundamental para o movimento feminista negro brasileiro. Como mencionamos anteriormente, Lélia Gonzalez funda o Nzinga Coletivo de mulheres, no ano de 1983, no Morro dos Cabritos, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A estudiosa foi a primeira coordenadora desse coletivo que tinha o objetivo de trabalhar com mulheres negras de baixa renda, reunindo sujeitas de diferentes posições sociais: moradoras do morro e de bairros de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária. A Coletiva Nzinga formava-se, ainda, de mulheres negras advindas de diferentes experiências de formação associativa (movimento feminista, movimento negro, associações de favelas, dentre outras). Ressalta-se a participação de Benedita da Silva¹⁹ fortalecendo esse Coletivo, mobilizando recursos para a realização de eventos, encontros de mulheres negras e, em destaque, para os Seminários de Mulheres de Favela e Periferia. Diante disso, o Nzinga trouxe uma dimensão importante para as demais organizações: o desenvolvimento na prática das categorias de raça, sexo e classe.

Conforme Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2021), o Coletivo Nzinga elaborou um informativo com o seu nome, que circulou de junho de 1985 a março de 1989, em cinco edições. A publicação apresentava o repertório discursivo do grupo, questionando a divisão sexual do trabalho, que inseria a maioria das mulheres negras nas profissões historicamente de baixa remuneração e expostas ao apagamento: babás, cozinheiras, empregadas domésticas. O jornal do Coletivo refletia sobre os motivos que mulheres brancas e homens brancos ocupavam as melhores posições laborais. Além de menores salários e o lugar de invisibilidade, as mulheres negras sofriam múltiplas violações, dentre elas, estupros, mortes provocadas por abortos clandestinos, remunerações bem abaixo dos homens, mesmo constatando que muitas dessas mulheres eram provedoras das famílias.

¹⁹ Benedita Sousa da Silva Sampaio, militante do Movimento Negro, construiu sua vida voltada para as lutas sociais, principalmente das populações periféricas da sua cidade natal: Rio de Janeiro. Moradora do Morro Chapéu durante 57 anos, iniciou sua trajetória na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Foi voluntária e alfabetizava adultos e jovens na favela onde residia. Nunca deixou de estudar e, aos 40 anos, concluiu os cursos de Serviço Social e de Estudos Sociais. Em 1982, já articulada com os movimentos da mulher negra e comunitários, foi eleita vereadora pela cidade do Rio de Janeiro. Em 1986, foi eleita deputada federal, travando lutas pelos direitos das trabalhadoras domésticas e pelas pautas raciais. Desde então, além de deputada federal, Benedita foi senadora, vice-governadora, governadora, ministra do governo federal e secretária de estado.

Percebemos que foram inúmeras as articulações empreendidas pelas mulheres negras na busca pela construção de um feminismo que contemplasse as suas demandas. Nessa direção, avançando cronologicamente, é necessário falarmos sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, sediada na cidade de Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Essa Conferência foi cercada de expectativas do Movimento Negro Brasileiro. Segundo Sueli Carneiro, “tais expectativas refletiram-se no intenso engajamento das organizações negras brasileiras na construção e realização da Conferência Mundial contra o Racismo” (CARNEIRO, 2002, p. 2). Nesse momento, verifica-se um crescente protagonismo das mulheres negras no combate às desigualdades e opressão racial, com diversas organizações de mulheres negras articuladas para a ida a Durban, refletindo na pressão sobre o Estado para a elaboração de políticas públicas, que atendessem às questões raciais. Essa articulação foi coordenada pela organização de mulheres negras do Rio de Janeiro- Criola, pelo Geledés- Instituto da Mulher Negra de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 2002). A organização dos coletivos pró-Durban chamava atenção para as múltiplas opressões e exclusões sociais que as mulheres negras enfrentavam no entrecruzamento do racismo e sexismo.

[...] uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. Esses se manifestam em sequelas emocionais, com danos à saúde mental e rebaixamento da auto-estima; numa expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação às mulheres brancas; num menor índice de nupcialidade; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2002, p. 2).

Diante do exposto, observamos uma diversidade de eventos pós-Durban que destacaram o protagonismo das feministas negras. Dentre esses eventos, podemos enfatizar a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que aconteceu na cidade de Brasília, em 18 de novembro de 2015. Essa foi a maior marcha contra o racismo desde a de Zumbi²⁰, em 1995. De acordo com Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2021), a ideia de uma Marcha de Mulheres Negras inspirou-se no I Encontro de Mulheres Afro Latino-americanas e do Caribe, ocorrido em San Domingo, na República Dominicana, no ano de 1992, ocasião em que se instituiu o dia 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Adiante, outro movimento que contribuiu para a realização dessa Marcha é o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, ocorrido em 2011.

²⁰ No ano de 1995, aconteceu, na cidade de Brasília, a Marcha Tricentenário da Morte de Zumbi: Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida.

Segundo Angela Figueiredo (2020), durante a Marcha das Mulheres Negras, presenciou-se cerca de 50 mil mulheres nas ruas de Brasília, que, com palavras de ordem, denunciavam os abusos do governo; a violência policial; a precariedade do acesso à saúde, à educação, ao emprego, entre outras questões na difícil sobrevivência da população negra, sobretudo as mulheres negras.

As demandas da Marcha das Mulheres Negras estão contidas na “Carta das Mulheres Negras”. Para os propósitos deste texto, faço o resgate de algumas dessas demandas, tais como: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial; direito ao trabalho; direito à educação; direito à justiça; direito à moradia, à terra e à cidade; direito à segurança pública e direito à cultura; e, o que nos parece verdadeiramente mais subversivo, do ponto de vista de um projeto político: em coro, nós, mulheres negras, exigimos **um novo projeto civilizatório!** (FIGUEIREDO, 2018, p.1092, grifo nosso).

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver originou a Carta²¹ das Mulheres Negras, entregue à presidenta Dilma Rousseff²², logo após a realização do evento. As denúncias apresentadas pelo documento podem ser identificadas no seguinte trecho:

Denunciamos a falácia do mito da democracia racial; aperfeiçoamos o atendimento à saúde pública; interferimos nas políticas dos direitos sexuais e reprodutivos; denunciemos os processos nefastos de esterilização das mulheres negras; delineamos os princípios de uma educação, para além de pública e de qualidade, efetivamente plural; expusemos a dimensão racial na política ambiental; instauramos os parâmetros que redefiniram as políticas voltadas à criança e ao adolescente; denunciemos sistematicamente a violência em sua feição mais extremada com o extermínio da juventude negra e a morte simbólica das famílias implicadas nesse genocídio; de maneira ainda mais radical demonstramos como a violência, para além dos homicídios, das altas taxas de morte materna e agressões contra mulheres, organiza as práticas racistas cotidianas praticadas pelo Estado e pela sociedade; defendemos a pluralidade religiosa, na tentativa de resguardar a cosmovisão ancestral que dinamiza o território brasileiro; defendemos a legitimidade dos modos de vida que não cabem na tradição judaico-cristã; enfim, construímos e procuramos, em nossa trajetória, consolidar a democracia e instaurar a República (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p. 3-4).

Logo, verificamos uma diversificação das pautas que compõem o repertório discursivo, utilizado pelas feministas negras brasileiras na luta contra as desigualdades raciais e de gênero. Por conseguinte, observamos uma guinada cada vez mais expressiva dos coletivos e organizações de mulheres negras que reivindicam a visibilidade dos seus corpos e a garantia da sua sobrevivência.

²¹ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

²² Primeira mulher eleita presidenta do Brasil, em 2010, e afastada por um golpe parlamentar durante o seu segundo mandato, em 2016.

2.1 Colonialidade e decolonialidade: refletindo e curando feridas

Esta pesquisa não existiria, se não tivéssemos algo a questionar, a enfrentar, a sonhar, a transformar. O objetivo deste trabalho é compreender o fazer e a atuação da Coletiva Mulheres da Quebrada, além das ações que elas articulam para enfrentar e combater os sistemas de submissão. Como já citamos anteriormente, em tempos difíceis e desafiadores, é preciso estarmos firmes e atentas/os. Nesse sentido, tensionamos, nesta dissertação, as relações raciais, o racismo, as opressões baseadas em quaisquer critérios e buscamos entender como a Coletiva estabelece formas de superação à colonialidade e ao racismo. Lembramos que as mulheres negras rejeitaram, em muitas situações, o feminismo, procurando outras nomenclaturas para seus posicionamentos. Essa rejeição aconteceu porque era inviável, para a população negra, aceitar concepções embasadas na colonialidade.

Consequentemente, faremos uma discussão acerca de alguns contextos históricos e de termos que nos auxiliam a entender e a questionar os sistemas de opressão. Começaremos por tentar compreender o que significa a modernidade para os povos colonizados. Os europeus invadiram territórios. Sob a falsa égide da "descoberta", expropriaram povos originários, além de assassinar uma parte incalculável dessas populações. Nesse sentido, de acordo com Ramón Grosfoguel (2020), a modernidade não se constitui um projeto emancipatório "como grande parte do pensamento eurocêntrico nos tem feito acreditar (GROSFOGUEL, 2020, p. 61). Sendo assim, a modernidade é um projeto civilizatório que se baseia nas violências originadas na expansão colonial "para produzir vida (embora sejam vidas medíocres) nas zonas do ser e morte nas zonas do não ser" (GROSFOGUEL, 2020, p. 62). Ainda conforme Nelson Maldonado-Torres, as sociedades, os povos não eurocêtricos (América Latina, África) encontravam-se representados como "menos civilizados, selvagens ou primitivos" (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 30). Portanto, o projeto de "descoberta" das Américas justificava-se a partir dessas hierarquias sociais, ou seja, a modernidade se projetou colonial desde o início.

Segundo Maldonado Torres, as invasões ocultavam os abusos do processo de colonização, prometendo levar civilização às Américas. Não obstante, essa ideia de civilização é utilizada pelos colonizadores para se apropriar dos territórios, expropriando populações que ali viveram por várias gerações. O colonialismo seria, portanto, "a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a "descoberta" (GROSFOGUEL, 2020, p. 35). A colonialidade racista, cristã, patriarcal, conforme o brasileiro

Luiz Rufino, estabelece uma relação de submissão forçada dos povos africanos e indígenas aos europeus, que fundamenta as opressões persistentes na atualidade.

Esse fenômeno, que prefiro chamar de marafunda ou carregamento colonial, compreende-se como sendo a condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo/racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder (RUFINO, 2019, p. 12-13).

Na concepção de Maldonado-Torres, a colonialidade “pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 36). Desse modo, a colonialidade associa-se a formas violentas de opressão que consideram sujeitos não-humanos e, portanto, passíveis de serem exterminados. Como exemplos devastadores de desumanização a partir da colonialidade, destacamos o genocídio da população negra, sobretudo mulheres e jovens do sexo masculino, o extermínio dos povos indígenas, além da expropriação dessa população das suas terras, sempre sob a justificativa do progresso e da civilização. A escravidão como sistema só é possível porque o outro é visto não como ser humano, mas como fonte de riqueza para sequestro, exploração no trabalho, reprodução. Com isso, a colonialidade subjuga povos, suas heranças, culturas, valores, linguagens e também seus corpos. A colonialidade se atualiza nos estupros das mulheres indígenas, no ataque às infâncias, na diminuição de investimento em políticas de ações afirmativas que posicionam a população negra em espaços de direito (empregos públicos, acesso às universidades públicas), no apagamento intelectual, visibilizando em maior parte o conhecimento acadêmico de autoras/es brancas/os.

Nessa direção, para expor a invisibilidade das mulheres negras na centralidade da produção acadêmica, Sueli Carneiro evoca o conceito de epistemicídio, elaborado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. O epistemicídio constitui-se uma ferramenta da colonialidade que impacta diretamente as mulheres negras, negando sua capacidade de produzir saber, apagando e deslegitimando conhecimentos.

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender, etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Com efeito, a colonialidade é cruel e se estrutura na hierarquização das pessoas em superiores e inferiores, a partir, principalmente, do componente de raça e gênero. Essa lógica da colonialidade, conforme Maldonado-Torres (2020), convencionou lugares de pobreza, de morte, de subalternização para a população negra no sistema-mundo, estabelecendo, ainda, modelos de comportamento também para as mulheres.

Frente a tantas atrocidades provocadas pela colonialidade, deparamo-nos com a descolonização que, segundo Maldonado Torres (2020), são momentos na História em que os povos se revoltam contra os sistemas de opressão instituídos, como nos diversos movimentos de independência mundo afora. Luiz Rufino (2019), tratando da decolonialidade, alerta que esse conceito precisa conectar-se às ações. Por isso, “a descolonização deve emergir não somente como um conceito, mas também como uma prática permanente de transformação social na vida comum, e logo, uma ação rebelde, inconformada, em suma, um ato revolucionário” (RUFINO, 2019, p.11). Do mesmo modo, segundo o autor brasileiro, “a colonização é uma engenharia de destruir gente, a descolonização, não somente como conceito, mas enquanto prática social e luta revolucionária, deve ser uma **ação inventora de novos seres e reencantamento do mundo**” (RUFINO, 2019, p. 12, grifo nosso).

Nessa perspectiva, faz-se urgente a desconstrução dos paradigmas da colonialidade que declaram guerra permanente aos corpos não aceitos. Temos presenciado notícias de pessoas que vivem em processo de trabalho análogo à escravidão, sendo mantidas em cárcere privado. No mês de maio de 2022, uma mulher de 84 anos²³ foi encontrada nessa condição, após 72 anos de serviços domésticos na casa da família que a escravizava. O espaço reservado para essa senhora resumia-se a um espaço improvisado, equipado apenas com um sofá, onde ela dormia. Na abordagem dos fiscais do trabalho, foram constatadas ausência de quaisquer contatos com o mundo externo ao cárcere, chamado de emprego, além do confisco de cartão para recebimento da aposentadoria da idosa pela família “escravista”, que tentou justificar sua postura dizendo que a mulher “era como da família”. Cabe perguntar: qual tratamento dedicam aos seus familiares? Esse exemplo explicita a dominação imposta pela colonialidade diante da exploração dos corpos.

²³Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2022-05/idosa-de-84-anos-e-resgatada-no-rio-em-condicoes-analogas-escravidao>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

2.2 É preciso resistir: a luta pelo Bem Viver

Conforme Lélia Gonzalez, é visível que o feminismo, como teoria e prática, representou papel determinante nas lutas e conquistas das mulheres. Esse movimento levantou questões novas, estimulando a formação de grupos, coletivos, redes e ressignificou o “ser mulher”. Nesse sentido, indagou o modelo patriarcal e capitalista que a sociedade teima em nos impor, apontando as bases das opressões contra as mulheres, constituindo um ponto essencial para as nossas lutas.

Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas- sexualidade, violência, direitos reprodutivos, etc.- revelando sua articulação com as relações tradicionais de dominação/submissão (GONZALEZ, 2020, p. 140).

Ainda segundo Lélia Gonzalez, o movimento feminista transformou o mundo, a partir da sua busca por um outro modelo de sociedade. Entretanto, embora sejam inegáveis suas contribuições para a emancipação feminina, trazendo centralidade ao combate à discriminação pela orientação sexual, não se observou a mesma mobilização no enfrentamento às discriminações raciais (GONZALEZ, 2020). Como já anteriormente mencionado²⁴, ao examinarmos uma imensa gama de textos que abordam a questão da mulher nos deparamos com a omissão do componente racial enquanto um elemento de opressão das mulheres.

Vamos dar um exemplo da definição do feminismo: ela se baseia na "resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas, baseadas na existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada". Seria suficiente substituir os termos “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou indígenas), respectivamente, para se ter uma excelente definição de racismo (GONZALEZ, 2020, p. 141).

Na concepção de Lélia Gonzalez, o sexismo e o racismo são opressões baseadas nas diferenças biológicas que se estabelecem como dispositivos de dominação. Por isso, é danoso que o feminismo esqueça o componente racial que atinge as mulheres. Segundo a autora, o feminismo latino-americano enfraqueceu-se por desconsiderar o caráter racial fortemente presente nas sociedades da região. “Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres, que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (GONZALEZ, 2020, p. 142).

Referindo-nos à questão das opressões que se entrecruzam, organizando a vida, enfatizamos que um dos trechos da Carta das Mulheres Negras versa sobre os diversos modos de opressões, aos quais as mulheres negras são cotidianamente submetidas, como racismo e sexismo, por exemplo. Segundo o documento:

²⁴ Ver página 20.

O entrelaçamento daquelas dimensões (raça, gênero, orientação sexual, entre outras), define a existência, limita expectativas de vida, estabelece linhas divisórias hierarquizadas de tal modo que somente o receituário econômico não consegue oferecer as chaves explicativas e as soluções adequadas. Os dados nos autorizam a situar o racismo como um organizador da vida nacional em todos os seus aspectos. Possui, assim, um caráter fundante da dinâmica que institui e cristaliza as desigualdades (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p. 5).

Essas múltiplas opressões, que envolvem a raça enquanto demarcador de submissão, chamamos de interseccionalidade. A conceituação desse termo foi elaborada pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw. Entendemos que todas as mulheres estão expostas à discriminação de gênero. No entanto, destacamos que outras questões relacionadas às suas identidades, “tais como classe, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p.173). Conforme Kimberlé Crenshaw (2002), garantir que todas as mulheres sejam tratadas de forma digna, resguardando os seus direitos, exige que se considerem, para além do gênero, os diversos modos pelos quais o gênero faz intersecção com as posições sociais, buscando compreender como essas interseccionalidades impactam nas fragilidades particulares de cada grupo de mulheres. Em suas palavras:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora ilustra o conceito utilizando a metáfora da intersecção, realizando uma analogia na qual os eixos de poder - raça, etnia, gênero e classe - são avenidas que servem como base aos terrenos sociais, econômicos e políticos. Através dessas avenidas, as dinâmicas do desempoderamento se deslocam. “Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe” (CRENSHAW, 2002, p.117).

Na verdade, tais sistemas, freqüentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas freqüentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por conseqüência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o “tráfego” que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem- as desvantagens interagem

com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Conforme Carla Akotirene (2018, p. 29), a interseccionalidade “nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões”. Sabemos bem que, na nossa sociedade, as sujeitas acidentadas prioritariamente por essa intersecção de opressões são aquelas que têm a pele negra, que trazem a negritude estampada em seu corpo, principalmente as mulheres negras, que são muitas vezes oprimidas pelo gênero, raça e classe. Por esse caminho, a pesquisadora Claudia Pons Cardoso assim se manifesta:

Os marcadores sociais de desigualdade, gênero, raça, classe, sexualidade, promovem opressões, discriminações, exclusões e violências, e são acionados pelas mulheres negras para mobilizar situações de agenciamento e empoderamento no questionamento das estruturas de opressão [...] (CARDOSO, 2018, p. 317).

O feminismo negro brasileiro organizou-se nas lutas pelo Bem Viver, que se constituiu como uma das bandeiras da Marcha das Mulheres Negras, em 2015. Mas o que seria o Bem Viver? Conforme o equatoriano Alberto Acosta, falar desse conceito é recorrer às experiências, cosmovisões e propostas dos povos indígenas, da região dos Andes e da Amazônia. Essas populações, que possuem uma harmoniosa relação com a natureza, trazem “uma história longa e profunda, ainda bastante desconhecida, e, inclusive, marginalizada” (ACOSTA, 2016, p. 20). Esses povos resistiram e resistem ao colonialismo, que dura há mais de quinhentos anos, pensando num mundo mais sustentável, do ponto de vista da natureza e das relações humanas.

O Bem Viver – ou melhor, os bons conviveres – é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016, p. 21).

De acordo com Alberto Acosta (2016), a América Latina passou por profundas e decisivas transformações e mobilizações populares, principalmente a partir dos povos indígenas equatorianos e bolivianos, que trazem, na sua essência, longos e ricos processos históricos, culturais e sociais que formam a base do que chamamos de Buen Vivir, no Equador, ou Vivir Bien, na Bolívia, e, ainda, Bem Viver, no Brasil.

Estamos falando de um ordenamento social fundamentado na vigência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, inspirado na reciprocidade e na solidariedade. Dentro do capitalismo, isso é definitivamente impossível. Apenas colocar o Bem Viver na Constituição não será suficiente para superar um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação. Isso, no entanto, não significa que o capitalismo deve ser totalmente superado para que, só depois, o Bem Viver possa se tornar realidade. Valores, experiências e práticas do Bem Viver continuam presentes, como tem sido demonstrado ao longo de cinco séculos de colonização constante (ACOSTA, 2016, p. 27).

Portanto, o Bem Viver é uma prática comunitária que busca o resgate e o fortalecimento das práticas ancestrais e diaspóricas que foram prejudicadas pela ação colonizadora. Esses prejuízos alteraram os modos de existir dos povos originários e das populações negras. Podemos perceber o Bem Viver na existência simultânea de práticas alteradas pela ação colonial e das outras formas que já existem como fruto do avanço tecnológico. O Bem Viver, como vivência e prática comunitária, forma um dos princípios da Marcha das Mulheres Negras e insere, em sua pauta, a diversidade de gênero, de raça, de classe e de orientação sexual como bases na construção da superação do modelo capitalista. Angela Figueiredo (2020) se remete a Anibal Quijano (2014) para ressaltar que o Bem Viver demonstra a urgência de um pacto civilizatório que só pode ser alcançado a partir daquelas que vivem à margem, cuja existência é negada pelo Estado.

Bem Viver para ser uma realização histórica efetiva não pode ser senão um complexo de práticas sociais orientadas à produção e à reprodução democráticas de uma sociedade igualmente democrática, um outro modo de existência social, com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos à colonialidade global de poder e à colonialidade/modernidade/eurocentrada. Este padrão de poder ainda é hoje mundialmente hegemônico, porém está sem seu momento de mais profunda crise desde sua constituição há pouco mais de quinhentos anos. Nestas condições, Bem Viver, hoje, somente pode ter sentido como uma existência social alternativa, com uma de/colonialidade do poder (QUIJANO, 2014, p. 46 apud FIGUEIREDO, 2020, p. 215).

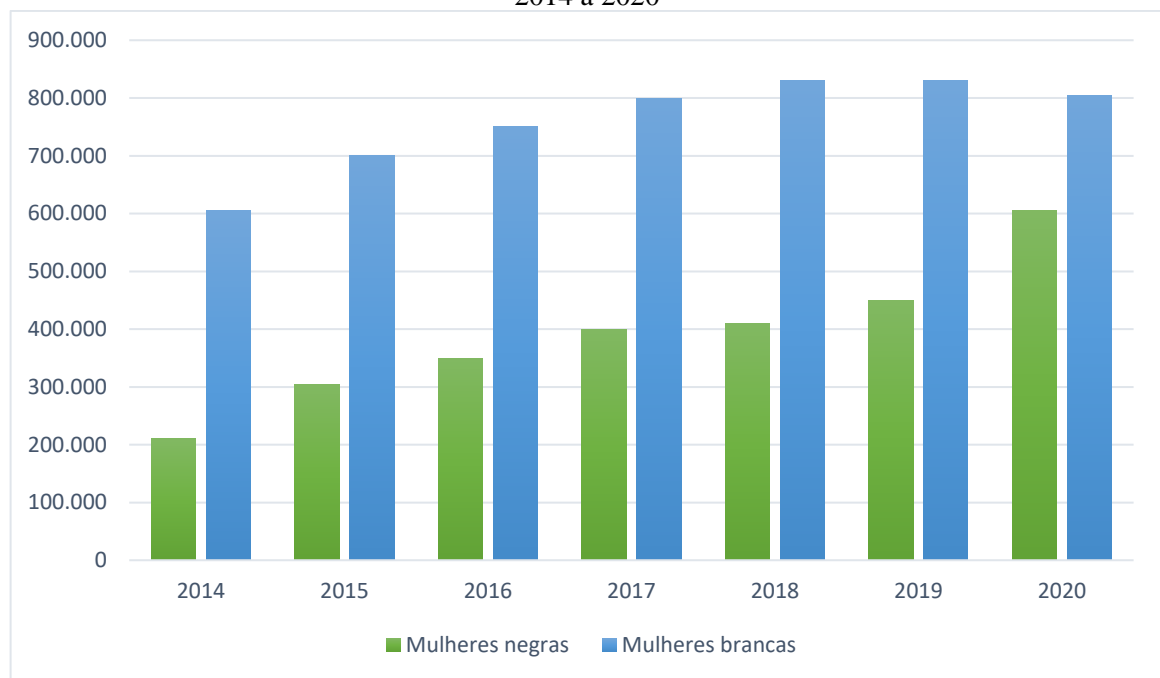
Lembramos que as mulheres negras brasileiras obtiveram conquistas ao longo dos anos, com ampliação de direitos, acesso a políticas, bens e serviços, frutos do seu protagonismo social. Dentre as conquistas, podemos citar, de acordo com Cristiano Rodrigues e Marco Prado (2010), a criação de espaços políticos institucionais que atendessem às demandas da mulher negra, como a Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), as participações em Conselhos pelo Brasil, de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU). As mulheres negras assumiram também um lugar de protagonismo na produção acadêmica, deixando de ser apenas objetos de pesquisa. Ananda Oliveira (2020) enfatiza a necessidade de impulsão dessas mulheres, enquanto autoras do conhecimento científico.

É necessário reconhecer a voz aos oprimidos, impulsionar mulheres negras na academia e respeitar seu lugar de fala, sua autoridade para a busca e produção de conhecimento. Não são as mulheres negras que não têm voz, como subalternas silenciosas, nas palavras de Kilomba, mas sim as estruturas de um sistema político estruturado pela branquitude que não está preparado para aceitar as suas reivindicações (OLIVEIRA, 2020, p. 9).

Historicamente privilégio das elites, as universidades públicas brasileiras mudaram a configuração discente dos anos 2000 em diante. De forma gradual, as mulheres negras ocupam esses lugares, a partir das lutas do feminismo negro e do Movimento Negro, na implementação

de políticas de ações afirmativas. Desse modo, apresentamos a seguir um gráfico²⁵, com o qual é possível entender que o quantitativo de mulheres negras ingressantes em 2020²⁶ é equiparável ao número de mulheres brancas que adentraram nas universidades públicas em 2014. Os dados revelam, apesar da existência de significativas desigualdades entre negras e brancas, a importância das lutas para a ampliação do acesso das mulheres negras ao Ensino Superior público, no aumento do acesso dessas sujeitas a esses espaços.

Gráfico 1– Ingresso de mulheres negras e mulheres brancas nas universidades públicas no Brasil de 2014 a 2020



Fonte: Adaptado do Inep (2020)

Ainda na direção das conquistas, identificamos o aumento da presença das mulheres negras nos cargos políticos no Brasil. De acordo com Andrea Silva (2019), a política institucional é um espaço que pode ser ocupado pelo feminismo negro. [...] “Os novos modos de fazer política, ou mesmo as novas definições de política que podem ser gerados da prática, estão necessariamente em relação com o fato de a mulher negra estar ocupando esses espaços” (SILVA, 2019, p. 64). A presença das mulheres negras nos cargos da arena política relaciona-se com o desejo de falarem por si, de se sentirem representadas, em vez de serem definidas e nomeadas pelo outro. Andrea Silva recorre a Núbia Moreira, para destacar a importância da representatividade política por parte das mulheres negras.

²⁵ Gráfico elaborado com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, e disponível em: <<https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

²⁶ 2020: ano da pandemia de COVID-19 que afetou de modo desigual mulheres brancas e negras.

A representatividade política e a ocupação dos espaços de poder são vitais, portanto, para o alcance dos objetivos do feminismo negro, que tem por horizonte uma transformação social radical. “A conquista da representação no campo político é uma possibilidade para que então as feministas negras formulem políticas que atendam às suas demandas” (MOREIRA, 2006, p. 6, apud SILVA, 2019, p. 66).

Embora as candidaturas de mulheres negras no campo político sejam marcadas por opressões, reposicionando a tentativa de silenciamento dessas vozes, apresentamos uma tabela com a crescente disputa dessas sujeitas por tais espaços.

Tabela 1-Número de mulheres negras eleitas vereadoras no Brasil nas eleições municipais de 2016 e 2020

Partido	2016	2020	Varição absoluta	Varição em%
Psol	4	16	+12	300
Avante*	26	74	+48	185
PP	181	384	+203	112
DEM	117	246	+129	110
Republicanos*	102	185	+83	81
PL*	126	218	+92	73
PT	172	259	+87	51
Patriota*	23	34	+11	48
Podemos*	49	72	+23	47
Cidadania*	65	89	+24	37
PSC	74	100	+26	35
MDB	295	395	+100	34
PSD	275	354	+79	29
PC do B	62	78	+16	26
PDT	174	208	+34	20
SD	87	98	+11	13
Total	2.880	3.521	+641	22

Fonte: TSE- Tribunal Superior Eleitoral²⁷

*A tabela apresenta apenas os partidos com aumento de candidatas negras eleitas.

Apesar dos avanços nas condições de vida das mulheres negras no Brasil, parte considerável ainda permanece em situação de extrema vulnerabilidade, carecendo de garantias mínimas para uma existência digna. Por isso, as associações e os coletivos negros têm se articulado, sobretudo no atual contexto político (com um governo que compactua com as exclusões da população negra e periférica das políticas públicas), diante da expansão do

²⁷ Tabela disponível em: < <https://www.poder360.com.br/brasil/no-de-vereadoras-negras-cresce-na-la-eleicao-municipal-apos-morte-de-marielle/>>. Acesso em: 31 ago. 2022. Os partidos com asterisco mudaram de nomes posteriormente.

racismo, que antes era velado e hoje é explícito, e da crise sanitária que se alastrou desde o início da pandemia de COVID-19, afetando principalmente as mulheres negras.

No Brasil, as categorias de raça e gênero, por serem estruturantes das relações sociais e de poder, ocupam a centralidade em estudos. Na perspectiva teórica, os estudos sobre gênero que trazem as análises a partir de cor/raça no Brasil iniciam-se nos anos 1980, dando continuidade ao campo de estudos sobre relações raciais, percebendo a urgência, advinda das experiências de mulheres negras, como Lélia González, Benedita da Silva, Sueli Carneiro, já citadas, atuantes em movimentos sociais negros. No Brasil, país com imensas desigualdades raciais, a maior parte das pesquisas acadêmicas apresentava um tom de denúncia das desigualdades no acesso à educação, das disparidades de renda entre mulheres negras em comparação com os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos. As mulheres negras estavam sempre posicionadas, e ainda se mantêm, na base da pirâmide social, enquanto os homens brancos encontravam-se e permanecem no topo.

Nessa direção, vemos que o sentido de raça varia conforme o gênero. Ou seja, os significados de raça são diferentes para homens negros e mulheres negras. De acordo com Angela Figueiredo (2008), a vivência do racismo é distinta para homens e mulheres. “Os homens negros, sobretudo, os jovens negros estão mais expostos à violência física institucionalizada ou não; enquanto as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência[...]” (FIGUEIREDO, 2008, p. 243). O racismo afeta as mulheres negras, principalmente com relação às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza referenciados pela branquitude que desconsideram a existência da beleza negra.

Conforme a psicanalista Neusa Souza (1983), raça pode ser compreendida como noção ideológica, articulada enquanto critério social para distribuição de posição na estrutura de classes. Embora esteja fundamentada em fatores biológicos, principalmente a cor da pele, raça sempre foi historicamente apropriada no Brasil, em termos de atributo compartilhado por determinado grupo social, tendo em comum a mesma posição social, um mesmo status de prestígio e a mesma bagagem e valores culturais. Ainda de acordo com a autora,

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial permite a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1983, p. 20).

A educadora e ex-ministra da Igualdade Racial, Nilma Gomes, esclarece que a utilização do termo "raça" para designar a população negra sempre gerou discussões no campo das Ciências Humanas e entre o senso comum. Perguntar qual era a sua raça gerava

incômodos e desconfortos. Portanto, foi necessário entendermos e realizarmos discussões sobre o que vem a ser raça. Dessa maneira, é imprescindível esclarecer que a utilização do termo raça em nada se relaciona às concepções biológicas de raças inferiores e superiores, usadas nos contextos de desumanização e dominação, "como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha" (GOMES, 2005, p. 45). Além disso, torna-se importante compreender quais contextos de uso do conceito de raça, seja na perspectiva negra, indígena ou outras.

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devidos aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal pertencentes às mesmas (GOMES, 2005, p. 45).

Salientamos que, no contexto brasileiro, raça consiste, portanto, numa categoria política "que fundamenta o caráter de exploração e dominação colonial" (RUFINO, 2019, p. 14). Ainda segundo Luiz Rufino (2019, p. 9), "a raça é a invenção que precede a noção de humanidade no curso da empreitada ocidental, o estatuto da humanidade empregado ao longo do processo civilizatório colonial europeu no mundo é fundamentado na destruição dos seres não brancos". Nelson Maldonado-Torres (2008) reforça que a colonialidade é referenciada a partir da raça. Do mesmo modo, Anibal Quijano (2005) enfatiza que o sistema colonial se utilizou da raça para estratificar as sociedades, apontando seres humanos enquanto superiores e inferiores.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela **à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação** entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de **classificação social universal da população mundial** (QUIJANO, 2005, p. 118, grifos nossos).

Paralelamente ao conceito de raça, o racismo se estrutura desde a época do início da destruição colonizadora nas terras brasileiras, efetivada e mantida pelo domínio baseado no eurocentrismo. Desse modo, ao longo da história brasileira, o racismo se fundamenta na falsa ideia da supremacia de brancos sobre negros, hierarquizando as posições e as relações sociais. Grada Kilomba (2019) atenta para o racismo em três dimensões: 1) a instituição da diferença, na qual o branco se coloca como “norma”, e o não-branco é visto como “Outro” diferente; 2) o estabelecimento da hierarquização com base na diferença: o sujeito branco trata o negro como inferior, gerando o preconceito racial; 3) a manutenção da população negra à margem das estruturas de poder político, histórico, social e econômico, imposta pelos brancos dominantes, também chamada de racismo estrutural. A autora apresenta, ainda, o racismo institucional, referente ao tratamento desigual das pessoas baseado na raça, no campo educacional, no mercado de trabalho e em outros espaços.

Lélia Gonzalez apresenta a seguinte conceituação para o preconceito de base racial: “O racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (GONZALEZ, 1984, p. 185). No Brasil, o racismo é um fenômeno opressivo que se mostra através de complexas e múltiplas facetas.

Do ponto de vista referente ao gênero, o racismo atravessa as mulheres negras de forma avassaladora, tirando-lhes direitos, inclusive, de existir. Aliás, somente existe a possibilidade de abordar a realidade da mulher negra, se aliarmos as categorias gênero e raça, questionando o racismo vigente. Como já dito neste trabalho, por muito tempo, as feministas brancas “tentaram irresistivelmente fazer analogias entre suas experiências com o sexismo e as experiências de pessoas negras com o racismo, reduzindo ambas a uma forma similar de opressão” (KILOMBA, 2019, p. 99). Segundo Grada Kilomba (2019), a fusão dos conceitos de gênero e raça provocou a invisibilidade das mulheres negras nos discursos e projetos acadêmicos e políticos. Nessa direção, torna-se necessário entender que raça e gênero são categorias interseccionais que originam duas formas distintas de opressão: o racismo e o sexismo. O racismo não opera isoladamente, pois interage com outros marcadores sociais e opressivos. Portanto, não devemos tratar racismo e sexismo como opressão única, vez que “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98). A autora lembra que, ainda que o sexismo represente uma forma perversa de opressão, é necessário que se

reflita que as mulheres brancas e negras são afetadas de diferentes formas, visto que as primeiras usufruem dos privilégios da branquitude, enquanto as negras foram excluídas sumariamente dos projetos de emancipação.

Luiza Bairros destaca que o feminismo estadunidense se fundamenta na *standpoint theory* (teoria do ponto de vista), sustentando-se na importância das experiências sociais no feminismo negro. No Brasil, Djamila Ribeiro (2017) emprega o termo lugar de fala para se referir à importância da visibilidade dessas narrativas. Segundo Djamila Ribeiro (2017), não há uma delimitação da origem epistêmica para o termo “lugar de fala”, ou seja, sua origem é desconhecida. Ainda de acordo com a autora brasileira, acredita-se que o termo se origina a partir da teoria do “ponto de vista” (*feminist stand point*), que pensa pela perspectiva da “diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial” (RIBEIRO, 2017, p. 32). A teoria do ponto de vista expande-se para a diversidade de experiências, rompendo, com isso, com as concepções universalistas. “Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (RIBEIRO, 2017, p. 32). Nesse sentido,

a nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 33).

É importante salientar que essa fala “não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 36). O lugar de fala reforça o valor epistêmico, ou seja, o valor do lugar de produção de saber que mulheres negras ocupam a partir de seus modos de produção de existência, “[...] refutando a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes, consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 36).

O pensamento feminista negro insere a mulher negra no centro do debate não somente em termos de produção e análise, mas no sentido de privilegiar o lugar que essa sujeita ocupa na estrutura social. Esse pensamento aponta para além da compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento reflexivo e crítico, abrindo espaço às vozes que foram historicamente silenciadas, as vozes das mulheres negras. “[...] Pode ser mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por desafios comuns” (COLLINS, 2019, p. 91). Ainda nesse sentido, bell hooks, citada por Patrícia Collins, ajuda a entender a teoria do *stand point*: “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto

de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (hooks, 1984 apud COLLINS, 2016, p.100).

Por conseguinte, a partir do reconhecimento da necessidade do protagonismo das mulheres negras nos discursos acadêmicos, na produção do conhecimento, nas políticas públicas, o feminismo negro fortalece a luta antirracista. Conforme bell hooks (2019), a luta antirracista deve fundamentar-se na perspectiva da diferença, superando a ideia de que existe uma harmonia racial. Dentre os aspectos do antirracismo construído pelo feminismo negro, Gislene Santos (2019) ressalta que é imprescindível deslocar o olhar do centro para as margens, entendendo as margens como lugares de infinitas possibilidades. Desse modo, o feminismo negro confere espaço de protagonismo para experiências históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas do povo negro, sobretudo as mulheres negras. Ademais, notamos a organização das mulheres negras brasileiras em coletivos, associações e outros grupos, elaborando estratégias que impulsionam o antirracismo.

Dessa forma, a Conferência de Durban, já mencionada nesta dissertação, ilustra, de forma significativa, a articulação dessas mulheres na direção de ações que promovam uma sociedade antirracista. Lembramos que Durban foi também um evento de tensões, como a postura unilateral dos Estados Unidos de abandonar a Conferência em apoio ao Estado de Israel, acusado pelos movimentos sociais presentes, e representantes de delegações, de práticas racistas e coloniais contra o povo da Palestina. Os países ocidentais tentaram “boicotar” a Conferência, exatamente pela centralidade do evento na condenação de práticas colonialistas. Entretanto, apesar disso, conforme Sueli Carneiro (2002), Durban é um marco na luta feminista antirracista, por reconhecer as práticas de discriminação racial enfrentadas pelas populações das Américas e na proposição de soluções para que se estabelecesse uma agenda antirracista.

Avançando, a intelectual nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí destaca a contribuição do pensamento feminista, mas pontua que os conceitos feministas ocidentais se originam e dependem da família nuclear. Mas o que é família nuclear?

A família nuclear é uma família de gênero por excelência. Como um domicílio de uma única família, a família nuclear é centrada em uma esposa subordinada, um marido patriarcal e crianças. A estrutura dessa família é concebida como tendo uma unidade conjugal no centro que coloca o gênero como uma categoria natural e inevitável, uma vez que dentro dessa família não há categorias transversais para além de gênero (OYĒWÙMÍ, 2020, p. 174).

Diante do exposto, a sociedade ocidental apresenta dificuldades de visualizar uma mulher para além da família nuclear, desempenhando as funções de cuidado da casa e das crianças. Esses lugares sociais foram historicamente inventados pelo sistema patriarcal. Não obstante, a mulher, quando se torna mãe, enfrenta a resistência da sociedade em

desvinculá-la da figura de um homem/pai. Segundo Oyèrónké Oyěwùmí (2020), o Ocidente associa diretamente a mulher mãe à esposa, criando, inclusive, o termo mãe solteira. Na contrapartida, a autora enfatiza que, em partes consideráveis das sociedades africanas, ser mãe está associado a gerar, descentralizando as relações sexuais com um homem. Oyěwùmí apresenta a organização da família Yorùbá, no sudoeste da Nigéria. Nessa sociedade, as relações e as hierarquias familiares e sociais não são estabelecidas a partir do demarcador de gênero, mas se estruturam através da senioridade. “Senioridade é o ranking social de pessoas baseado em suas idades cronológicas” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 177). Desse modo, orientadas pela senioridade, a família Yorùbá desconsidera gênero enquanto elemento de diferença, usando, em muitas situações, o mesmo termo para designar feminino e masculino socialmente. A seguir, no próximo capítulo, apresentamos o campo, a Coletiva e nossas escolhas metodológicas. Além disso, mostramos as práticas que evidenciam estratégias de educação antirracista da Coletiva Mulheres da Quebrada.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Início este capítulo falando acerca da minha aproximação com a Coletiva Mulheres da Quebrada. O primeiro contato ocorreu, em janeiro de 2021, por meio de uma rede social, já que nos encontrávamos ainda em isolamento social, ocasionado pela pandemia de COVID-19. Nessa oportunidade, tive acesso aos números telefônicos de uma das gestoras e apresentei os objetivos da pesquisa, além de enviar, através de *e-mail*, o projeto que se encontrava em fase de reformulação. Logo mais, fui apresentada às integrantes da Coletiva durante um encontro *online* para o qual fui convidada. Diante do acolhimento recebido, os percursos da pesquisa tornaram-se mais leves, tendo sido, logo nos primeiros dias, inserida como componente da Coletiva. De repente, eu, pesquisadora, vi-me sendo movimentada, fazendo parte do núcleo de trabalho com editais, na escrita de projetos, participando ativamente das reuniões, opinando, mobilizando as mulheres do território pelo *WhatsApp* e pessoalmente, no Aglomerado.

Nas minhas idas à sede da Coletiva, que ocorriam uma vez por semana, nas quintas ou sábados, verbalizei por vezes a satisfação, tendo recebido como resposta: “foi a forma que você chegou”. As entrevistas aconteceram quase 12 meses após os contatos iniciais. E qual foi minha surpresa, quando, numa das entrevistas, ouvi: “a gente até esqueceu que você é pesquisadora”. Entre rodas de conversas, entregas de cestas, sambas, nossos encontros em bares, fui chegando e estabelecendo vínculos com as sujeitas, com o território. “Já almoçou? Quer água? Vamos pedir seu (nosso) almoço”. Eu era de fora, mas também de dentro, e o pronome “vocês” (para me referir à Coletiva) se transformou, muitas vezes, em “nós”. Mas como aproximar, construir, pesquisar? Passei por períodos de profundo questionamento a mim mesma: estaria eu sendo pesquisadora? Seria certo, do ponto de vista científico, estar tão envolvida com o campo? A leitura da tese de Bárbara Ramalho me trouxe alento e auxiliou-me na perspectiva que adotaria para esta pesquisa.

Era preciso me tornar ali mais do que uma “estrangeira pesquisadora que colaborava, ainda com certo distanciamento, no atendimento das demandas apresentadas” e passar a ser uma parceira na busca pelo atendimento das necessidades e urgências que se apresentavam (RAMALHO, 2019, p. 46-47).

Diante disso, tornei-me parceira da Coletiva, buscando desenvolver uma metodologia que se distanciasse daquela pesquisador-objeto, aproximando-me, portanto, de uma pesquisa desenvolvida a partir das sujeitas. No decorrer deste texto, elaboramos reflexões e críticas às formas coloniais de opressão e, com isso, nossa forma de construir Ciência tenta ser coerente com tais apontamentos. “Uma ciência que se pretende objetiva e independente, mas não neutra e socialmente opaca ou irresponsável” (SANTOS, 2006, p. 54). Dessa forma, adotamos opções

metodológicas, a partir de elementos da etnografia, a saber: imersão intensa no campo, observação participante e registro sistemático no diário de pesquisa. Carmen Mattos (2011) assim se manifesta:

a etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais (MATTOS, 2011, p. 50).

Nessa direção, a etnografia considera os sujeitos da pesquisa ao invés de objetificá-los, reconhecendo-os como agentes de transformação social. Essa centralidade nos sujeitos os retira do lugar de previsibilidade. Carmen Mattos (2011) se remete ao antropólogo Clifford Geertz na reflexão sobre o trabalho etnográfico: “Para Geertz, praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário” (MATTOS, 2011, p. 54). Portanto, compreendemos a pesquisa etnográfica a partir da escuta, da observação e da participação efetiva junto às sujeitas. Desse modo, realizamos a observação participante, de forma a entender como a Coletiva se organiza, quais sentidos são atribuídos às ações empreendidas pelo grupo, quais estratégias são elaboradas para uma educação antirracista. Sendo assim, conforme Antonio Chizzotti (2008), a observação participante possui a finalidade de

experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos. A descrição e a compreensão podem estar compostas em uma observação compreensiva dos participantes descrevendo suas ações no contexto natural dos atores. A atitude participante pode estar caracterizada por uma partilha completa, duradoura e intensiva da vida e da atividade dos participantes, identificando-se com eles, como igual entre pares, vivenciando todos os aspectos possíveis da sua vida, das suas ações e dos seus significados (CHIZZOTTI, 2008, p. 90).

Por isso, busquei imergir nas vivências da Coletiva da forma mais espontânea possível, acompanhando e participando do cotidiano, na tentativa de responder à pergunta que orienta esta pesquisa. Ademais, com o intuito de entender quem são as mulheres que fazem parte da Coletiva e quais sentidos elas atribuem às ações empreendidas, realizamos entrevistas narrativas. As entrevistas narrativas são baseadas nos relatos autobiográficos das sujeitas, a partir de tópicos que estimulem suas falas, diante da interferência mínima da pesquisadora.

A entrevista narrativa foi concebida como uma técnica que possibilita apreender saberes práticos, que podem servir para orientar a descrição das experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem. Compreendida como uma técnica específica de coleta e geração de dados, a entrevista narrativa assume um lugar

de destaque na realização de pesquisas na área da educação (PINHO; RIBEIRO, 2018, p. 131).

Logo, segundo Ana Pinho e Neurilene Ribeiro, a entrevista narrativa permite a “combinação de histórias de vida e contextos histórico-sociais, uma vez que histórias pessoais expressam configurações históricas e sociais mais amplas” (PINHO; RIBEIRO, 2018, p. 131). Nesse sentido, a escuta sensível daquilo que está sendo narrado é primordial, sem interrupções e "atropelos" da fala do entrevistado (narrador). Com base nisso, montamos um roteiro²⁸ com tópicos orientadores das conversas. As entrevistas foram realizadas com as três fundadoras da Coletiva Mulheres da Quebrada e duas moradoras do Aglomerado da Serra, envolvidas nas ações da organização. A escolha dessas sujeitas guiou-se pelos seguintes fatores: a necessidade de escutar com mais proximidade as histórias de vida e concepções das gestoras sobre a Coletiva; compreender as vivências das moradoras da Serra enquanto mulheres da periferia; e quais as repercussões das ações da “Mulheres da Quebrada” em suas vidas.

Desse modo, aproximei-me das moradoras a partir de encontros da Coletiva dos quais participei e de dois grupos de *WhatsApp*, denominados “Parças” e “Embaixadoras”. Dentre as cinco sujeitas entrevistadas, quatro identificam-se racialmente como pretas e uma enquanto parda. No sentido de moradia, todas residem ou residiram em algum momento no Aglomerado da Serra e demonstram alto grau de identificação com esse território. Esclarecemos que, seguindo o princípio da ética na pesquisa, atribuímos nomes fictícios a essas mulheres. A escolha dos nomes fundamentou-se nas ruas das vilas que compõem o Aglomerado: Melodia, Harmonia, Serenata, Sinfonia e Sol Maior. Durante a fase de convite para as entrevistas, deixamos as sujeitas à vontade para escolha de locais e horários que fossem mais oportunos a elas. Essa fase foi marcada por muita receptividade, com uma delas pontuando que participaria apenas se suas falas não fossem cortadas. Apresentamos as condições da materialização das entrevistas, que ocorreram no ano de 2022, ressaltando que as análises virão ao longo dos capítulos 3 e 4.

A primeira entrevista realizou-se no dia 2 de março, com Melodia, no período da tarde. Marcamos no salão especializado em tranças, do qual ela é proprietária, no mesmo lote onde reside, localizado no Aglomerado da Serra. Ressalto que praticamente atravesso Belo Horizonte, do bairro onde moro até a Serra. Nesse dia, acabei desembarcando do ônibus no ponto errado, o que me rendeu uma caminhada, enquanto apreciava a grandiosidade do território. Melodia me recebeu calorosamente e me ofereceu água. Como forma de

²⁸ Este roteiro consta em anexo ao final da dissertação.

aproximação, eu havia combinado previamente com ela de trançar meu cabelo, enquanto realizávamos a conversa, que teve a duração de quase duas horas.

Harmonia foi a segunda entrevistada. Combinamos o encontro na sede da Coletiva, no final da tarde, no dia 09 de março. Enquanto eu a aguardava, ajudava na entrega de cestas básicas no segundo andar do prédio. A entrevista aconteceu no primeiro pavimento. A partir desse momento, adotei o hábito de entregar a elas um chocolate como forma de agradecimento por participarem. Conversamos por aproximadamente duas horas. Antes que eu ligasse o gravador, falamos muito sobre a nossa vida de servidoras públicas de Belo Horizonte, compartilhando algumas inquietações.

A terceira entrevista ocorreu na sede, com Serenata, uma das gestoras da Coletiva, no dia 19 de março, num sábado agitado de entrega de cestas básicas. Após almoçarmos, iniciamos a conversa que precisamos interromper com a chegada das mulheres da comunidade que tinham agendamento no período da tarde. Nossa entrevista continuou após a conclusão da atividade e ultrapassou duas horas de duração. Serenata residia num bairro vizinho ao meu nessa época e, gentilmente, junto ao marido, me deu uma carona até minha casa.

A entrevista de Sinfonia, que seria a quarta, estava marcada para uma quinta-feira de março, após entregarmos cestas básicas. Entretanto, Sinfonia, Sol Maior e uma outra integrante da Coletiva me convenceram a ir ao “Samba do Cacá”, tradicional reduto de sambistas, localizado no Bairro São Paulo, Regional Nordeste de Belo Horizonte, que, naquele dia, teria o protagonismo de mulheres. Remarcamos a entrevista para o dia 31 do mesmo mês, na sede, antes de uma atividade que nós duas teríamos. A atividade posterior à nossa conversa aconteceria na academia próxima, mediada por uma procuradora de justiça, com o tema de combate à violência contra a mulher. Apesar da agenda corrida para o período, entrevistei Sinfonia, em média, por duas horas.

A quinta entrevista, protagonizada por Sol Maior, tentamos conduzir num restaurante. No entanto, o ambiente se mostrou barulhento, além do incômodo gerado em nós duas diante da ausência de pessoas negras no ambiente. Com a impossibilidade de realização nesse dia, agendamos a entrevista em outro restaurante, localizado na área hospitalar, no dia 19 de maio. Nessa ocasião, almoçamos juntas e, depois, fomos para a área externa, onde ficamos conversando por mais de duas horas. Mostramos, no quadro a seguir, uma visão panorâmica a respeito de cada uma das participantes entrevistadas.

Quadro 1- Visão panorâmica das entrevistadas

Nome	Idade	Cor/ Raça	Ocupação	Atuação na Coletiva	Escolaridade	Filhos	Residência
Harmonia	48 anos	Parda	Terapeuta ocupacional/ Assistente administrativa educacional PBH.	Afetada pelas ações e multiplicadora nas redes sociais e presencialmente.	Ensino Superior- Terapia ocupacional	Não tem filhos.	Aglomerado da Serra (mudou-se na infância para a Serra).
Melodia	43 anos	Preta	Trancista	Afetada pelas ações e multiplicadora nas redes sociais e presencialmente.	8º ano incompleto	3 filhas.	Aglomerado da Serra (Mudou-se para a Serra na fase adulta).
Sinfonia	41 anos	Preta	Servidora pública do Estado de Minas Gerais, atriz do grupo Morro EnCena.	Gestora e fundadora da Coletiva.	Ensino Superior completo em Rede de computadores	3 filhos.	Reside na Serra, nascida e criada no Aglomerado.
Serenata	42 anos	Preta	Atua na gestão de recursos humanos numa ONG, produtora teatral/artística.	Gestora e fundadora da Coletiva.	Ensino Superior completo em Recursos humanos, com pós em gestão de pessoas.	2 filhos.	Nascida e criada no Aglomerado da Serra. Reside em outro bairro de Belo Horizonte.
Sol Maior	34 anos	Preta	Professora de dança, assessora parlamentar.	Gestora e fundadora da Coletiva.	Ensino Médio completo	Não tem filhos.	Nascida e criada no Aglomerado da Serra. Reside em outro bairro de Belo Horizonte.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.1 Contexto: o Aglomerado da Serra

A Coletiva tem como lema a frase: Ser Mulher, ser Território Próprio, que reflete sobre a construção das mulheres (componentes da Coletiva e afetadas) dentro do território do Aglomerado da Serra, a partir das suas identidades e vivências. Nesse sentido, é impossível pensar nessas sujeitas sem considerar o território da Quebrada onde elas se relacionam, produzem, tensionam. Nessa perspectiva, algumas questões se nos apresentam: o que nomeamos território? Como podemos definir o termo e o território “Quebrada”? Na tentativa de buscar respostas a essas questões, recorreremos ao documentário²⁹, lançado pela Coletiva em maio de 2021, nomeado: “Ser Mulher, Ser Território Próprio”. Nesse documentário, é proposta a seguinte pergunta: “Qual é o seu território?” Uma das mulheres, residentes no Aglomerado da Serra, fala da importância de “sabermos onde pisamos, onde estamos, de onde viemos, e para onde queremos ir. Precisamos nos reconhecer território próprio” (COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA, 2021, minuto 10).

A noção de território perpassa todo o trabalho das Mulheres da Quebrada, na medida em que evidenciam o pertencimento da Coletiva e das mulheres que se deixam afetar pelo trabalho do grupo ao Aglomerado da Serra. De acordo com Milton Santos (2011, p. 13), “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. No entendimento de Milton Santos, território é um conceito em movimento, que transpõe todos os elementos para uma abordagem social. Desse modo, território diz respeito a um lugar, mas também e sobretudo, às mudanças que as pessoas operam nesse contexto. Nesse sentido, segundo Fernanda Santos (2020),

o território abarca as características naturais de uma determinada localidade, mas também as modificações implementadas pelas pessoas que ali habitam. Desse modo, todos os objetos naturais passam a ser objetos sociais a partir do momento que as pessoas os reconhecem e passam a atribuir-lhes significados que passam então a ser atributos do território (SANTOS, 2020, p. 23).

A Coletiva demarca o território do Aglomerado da Serra, que é configurado diante das perspectivas das mulheres que a compõem e daquelas que são por ela impactadas. Diante disso, nossa hipótese é que o trabalho das Mulheres da Quebrada modifica as sujeitas que passam e vivem nesse território as quais transformam o lugar, redefinindo

²⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og> >

também a própria Coletiva. Conforme Rogério Haesbaert (2014), o território apresenta dimensões culturais e simbólicas, imbricando processos de dominação (política, cultural) e de apropriação, inspirando um sentimento de pertencimento naquelas/es que nele vivem.

Podemos afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica (HAESBAERT, 2014, p. 58).

Nesse contexto, Marcelo Souza (2013, p. 78 apud SANTOS, 2020, p. 55), discute o conceito de microterritório, “que podem ser recortes espaciais de território, em que suas fronteiras são redimensionadas e as/xs/os sujeitas/xs/os inscrevem suas resistências cotidianamente no espaço ou as expressam espacialmente”. Logo, podemos perceber que a noção de território não é algo dado, fixo, objetificado, estando em constante movimento de desterritorialização e reterritorialização. Compreendemos, portanto, nesta pesquisa, o entendimento de território enquanto resultado das relações sociais entre as/os sujeitas/os que convivem e ou/ compartilham experiências no mesmo lugar, transformando-o constantemente.

Ainda nesse sentido, cabe destacar a Quebrada, definida pelas mulheres que protagonizam o documentário “Ser Mulher, Ser Território Próprio”, enquanto “espaço de encontros, trocas, vivências múltiplas nas esquinas, nos becos, nos pontos de ônibus, nas ruas. A Quebrada é lugar de apagamento de parte da sociedade diante do poder público: falta de direitos, de acesso, de trabalho, de saúde, e outras tantas faltas. No entanto, ainda, esse território é também espaço potente de diálogos feministas, de sororidade, de empoderamento” (COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA, 2021, minuto 2).

Uma observação importante para esta dissertação é o uso local dos termos “favela” e “vila”. Conforme Samuel Oliveira (2014), favela tornou-se um termo utilizado no Brasil, a partir do século XX, relacionado, sobretudo, às construções nos morros da cidade do Rio de Janeiro, estigmatizadas sob o viés da pobreza, da marginalidade, da promiscuidade. No entanto, a ocupação dos morros no Rio de Janeiro data do século XIX. No contexto de Belo Horizonte, diante da construção da cidade, iniciada ao final do século XIX, e a chegada dos operários para edificar a nova capital de Minas Gerais, a paisagem se alterou.

Com fins de suprir a carência de moradias, entre 1894 e 1897, a CCNC autorizou a construção de moradias provisórias, resultando na expansão urbana de duas regiões, o “Leitão” e o “Alto da Estação” (também identificado como “Alto da Favella” e “Favella”), e o adensamento da ocupação dos lotes já existentes. Entretanto esses espaços construídos pelos operários foram desde

cedo identificados como um lugar da “desordem”, desconectados do planejamento da nova capital de Minas Gerais. Eles estavam inscritos dentro da semântica do “novo” e do “antigo”, onde o velho esteve associado ao incivilizado nos parâmetros das elites que projetaram a cidade (OLIVEIRA, 2014, p. 37).

De acordo com Samuel Oliveira, as regiões de “Leitão” e “Favela” encontravam-se na zona central da nova capital. Por isso, os governantes da época, numa perspectiva excludente e higienista, ocuparam-se de retirar a população que ali vivia, deslocando-a para lotes que receberam a título provisório, nomeados pela Prefeitura de “Seção VIII”. Esses lotes, fora da área urbana da capital mineira, carentes de infraestrutura, nomeados de vilas operárias, foram diretamente tratados pela sociedade civil na perspectiva da categoria “favela”. Assim, “em Belo Horizonte, o nome ‘vila’ aplicava-se retardatariamente às aglomerações de casas nas zonas suburbana e rural, existiam poucas construções de casas homogêneas em torno de um pátio ou avenida, forma urbana que foi característica no Rio de Janeiro e em São Paulo” (OLIVEIRA, 2014, p. 40). Dessa forma,

a categoria “favela” foi aplicada sobre as vilas que permaneceram numa situação semilegal. Nessa conjuntura, vamos encontrar denúncias nos jornais, narrando que “agora é que principia a se formar em Belo Horizonte esse ambiente de ‘morro’, isto é, esse agrupamento de casebres em promiscuidade, de barracões e botequins em recantos afastados e onde pululam malandros e as mundanas de baixa extração (OLIVEIRA, 2014, p. 39).

Para além do uso local, conforme Marcelo Arouca e Claudia Pons Cardoso (2022, p. 3), o termo “favela” tem sentido polissêmico, “a depender de quem profere e do interlocutor, despertará diferentes significados, paisagens e sentimentos”. O autor e a autora recorrem ao IBGE para a seguinte definição de favela:

conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais devem ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010, p. 19).

Dialogando com a conceituação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jailson de Souza e Silva et al. (2009) pontuam que as favelas são espaços de ausências (sociais e econômicas), sobretudo por parte do poder público que negligencia a infraestrutura desses territórios e invisibiliza tais populações. Segundo os autores, as favelas

[...] constituem moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integrado a este, sendo, todavia, tipos de ocupação que não seguem aqueles padrões sociais hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso dos solos nas cidades (SILVA et al., 2009, p. 21).

Atualmente, observamos movimentos de superação dos estigmas negativos atribuídos historicamente às favelas. Além disso, os coletivos populares reclamam do Estado o reconhecimento das demandas desses territórios, reivindicando políticas públicas que reconheçam os povos das favelas. Nesse sentido, Marcelo Arouca e Claudia Pons Cardoso assim destacam:

[...] podemos compreender as favelas como territórios que demandam investimentos do capital privado e principalmente do Estado nos setores sociais como saúde e educação, por exemplo, mas também nos setores econômico e de infraestrutura urbana e de serviços. Entretanto, contrapondo as adversidades, **as favelas são lócus de diversidade cultural, de grande sociabilidade marcada pela solidariedade como estratégia de superação das problemáticas cotidianas, tendo entre os seus sujeitos o reconhecimento afirmativo de suas singularidades identitárias.** Desta forma, **a ideia de “favela” extrapola a dimensão espacial, transborda a dimensão cultural e se expressa ainda em formas de ser/sentir/estar/viver/(re)existir no mundo.** Antes associada a sentidos pejorativos e rejeitada pela própria população, tem se reelaborado através do reconhecimento positivo de muitos moradores das favelas que se afirmam como “favela” ou “favelados” de forma orgulhosa, principalmente os jovens, **verbalizando e reivindicando uma humanidade sequestrada pelo racismo patriarcal heteronormativo capitalista** (AROUCA; CARDOSO, 2022, p.6-7, grifos nossos).

Nessa direção, o território desta pesquisa, de acordo com o Guia Afetivo do Aglomerado da Serra (2018), é o maior conjunto de vilas de Belo Horizonte e um dos mais populosos da América Latina. Conforme informações da Prefeitura de Belo Horizonte³⁰, a população é formada por cerca de 50 mil habitantes. Localiza-se nas encostas da Serra do Curral, na região centro-sul de Belo Horizonte, circundada pelos seguintes bairros: Mangabeiras, Paraíso, Santa Efigênia e São Lucas. Ainda nesse sentido, é formado por um complexo de oito vilas: Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Cafezal, Novo São Lucas, Fazendinha,

³⁰ Informações disponíveis em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Nossa Senhora do Rosário e Marçola. Segundo o Guia Afetivo ³¹, são vilas que, com o passar dos tempos, foram sendo renomeadas como Arara, Pau Comeu, Caixa D'água, Del Rey, Café, Favelinha e outras mais. O bairro Serra foi planejado desde a construção de Belo Horizonte, com o nome de “Chácaras da Serra”, tendo, portanto, mais de um século de histórias. O Aglomerado foi se formando e crescendo a partir da migração de pessoas do interior do Estado de Minas Gerais, com uma perspectiva de uma vida mais digna: “[...] isto devido às representações trazidas junto com a construção da capital mineira” (GUIA AFETIVO DO AGLOMERADO DA SERRA, 2018, p. 66). Desse modo, ao longo dos anos, as vilas foram sendo construídas pelos próprios habitantes do Aglomerado da Serra, com auxílio dos vizinhos, amigos, parentes. [...] “Geralmente sem projetos e projeções pré-estabelecidas. Em geral, as casas, estão em processo permanente de construção e de mudança” (DOMINGUES, 2019, p. 94).

No cenário belohorizontino, o Aglomerado da Serra constitui-se território de efervescência cultural, sediando eventos como o Circuito Gastronômico de Favelas, feiras, shows, peças e celebrações artísticas promovidas pelos centros culturais presentes nas vilas, apresentações de rua, com intensa apropriação cultural e simbólica, operada pelas/os sujeitas/os que circulam nesse espaço. Ademais, faz-se berço de projetos sociais e culturais, a saber: Centro Cultural Lá da Favelinha³², Projeto Itamar³³, Morro Encena³⁴, Movimento Seu Vizinho, Roots Ativa³⁵, dentre outros. Nesse território de tanta riqueza e

³¹ Na contramão dos estigmas projetados sobre a periferia, o Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG produziu, em 2018, o Guia Afetivo do Aglomerado da Serra. A proposta desse guia é desmistificar a concepção negativa sobre a Quebrada, mostrando seu poder inventivo, sua diversidade étnica e de saberes, sua efervescência cultural. Esse projeto foi realizado a partir de um trabalho de vários meses, de resgate às memórias das sujeitas e dos sujeitos que vivem no Aglomerado da Serra, que trazem suas narrativas, exaltando esse território.

³² Organização artística-cultural, sem fins lucrativos, fundada em 2015, pelo artista Kdu dos Anjos. Localizada na Vila Novo São Lucas, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. A partir de oficinas, articula o conhecimento artístico e intelectual, com o objetivo de construir melhores condições de vida para as crianças e jovens do território. Além das oficinas, promove eventos e tem uma cooperativa de moda sustentável, que é a marca “Remexe”. Estabelece parcerias para o desenvolvimento de projetos socioculturais, com foco na educação e empreendedorismo.

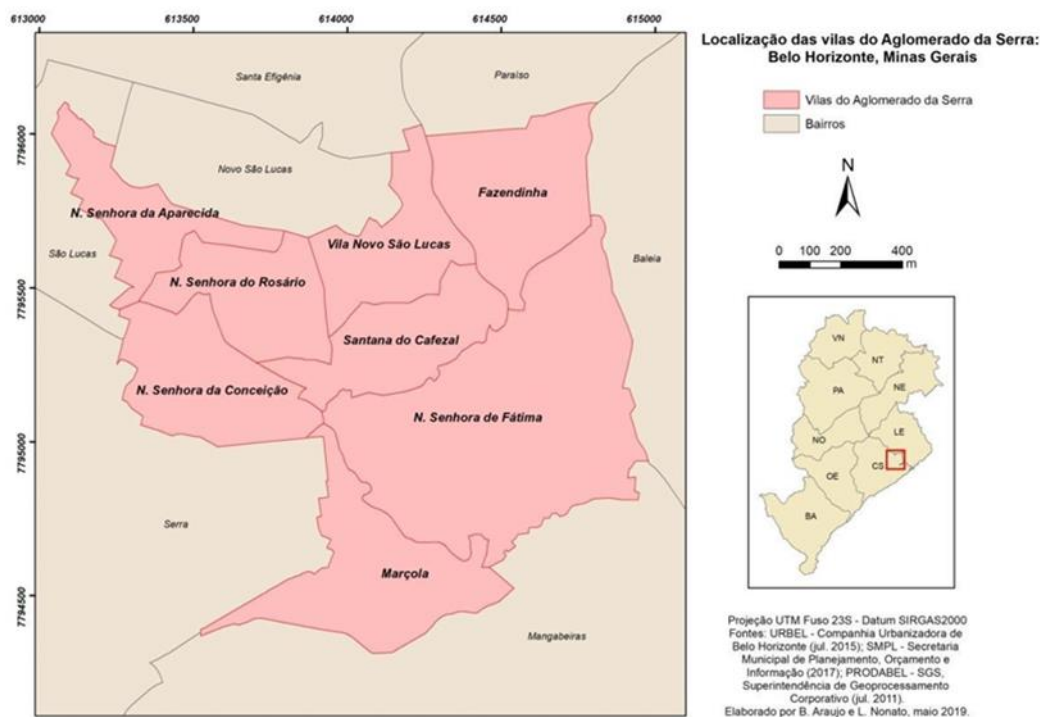
³³ Projeto social existente no Aglomerado da Serra desde 2005. O nome se deve a Itamar, fundador da iniciativa. O trabalho do projeto é centrado em crianças, adolescente e jovens do território, a partir do esporte. Possui também laboratório de informática e biblioteca comunitária.

³⁴ Grupo de teatro formado majoritariamente por mulheres negras. Entre suas fundadoras, está uma das gestoras da Coletiva. Possui três focos principais de atuação: gênero, direitos humanos e valorização das culturas das periferias. Entre seus princípios orientadores, está a democratização do teatro e das linguagens artísticas.

³⁵ Coletivo rastafári, fundado em 2008, no Aglomerado da Serra. O grupo formado por educadores, cozinheiros, agentes culturais e artistas, em sua maioria moradores da comunidade, desenvolve projetos que geram renda para a manutenção do espaço, das atividades e do auxílio aos membros. Respeitar o meio ambiente e não usar agrotóxicos e alimentos geneticamente modificados são pilares da cultura rastafari que baseiam o trabalho.

diversidade cultural, localiza-se ainda o Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango³⁶, uma comunidade tradicional, certificada no ano de 2007.

Figura 1 - Mapa do Aglomerado da Serra



Fonte: Araújo; Nonato (2019).

Assim, conforme João Paulo Mariano Domingues (2019), esse território teve suas primeiras ocupações entre as décadas de 1910 e 1920. Salienta-se, segundo o referido autor, que “a história do Aglomerado da Serra é marcada por um processo de exclusão, segregação, e de desterritorialização de sujeitos inferiorizados” (DOMINGUES, 2019, p. 89).

Dessa forma, compreendo o contexto social, político e cultural do Aglomerado conectado com uma disputa por reconhecimento e representação do território, em que do lado de “fora” predomina a projeção de um território carente, marcado pela violência e criminalidade e, do lado de “dentro” predomina a projeção de um território marcado pela afirmação cultural, pela criatividade, pela coletividade e resistência (DOMINGUES, 2019, p. 91).

Do ponto de vista de dados associados à infraestrutura e acesso aos direitos, pontuamos a dificuldade de acesso a informações recentes e detalhadas sobre o Aglomerado da Serra. Portanto, apresentamos informações coletadas no Censo IBGE

³⁶ Informações disponíveis no site do Quilombo: <http://www.kilombomanzo.org>

2010 (ano em que ocorreu o último censo), além de outros recortes verificados no site da Prefeitura de Belo Horizonte. Diante do exposto, mostraremos, aqui, dados com mais de uma década de coleta. Entretanto, pode-se ter uma ideia panorâmica a respeito de elementos importantes do território. Segundo a URBEL³⁷, o Aglomerado abrange uma área de 1.470.483 metros quadrados. O Portal Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil³⁸ (baseado no Censo IBGE 2010) destaca que a maior parte do contingente demográfico é formado por mulheres. Além disso, há predominância da faixa etária de 15 a 64 anos entre as/os habitantes.

No quesito educacional, conforme os dados do Atlas, a população apresenta expectativa de 9 anos de estudo. Considerando-se as/os residentes de 25 anos ou mais, verificou-se uma taxa de analfabetismo de 11,58%. Ademais, 36,60% possuem o Ensino Fundamental completo, 18,97% concluíram o Ensino Médio e 1,87%, Ensino Superior. Conforme o mesmo portal, no tocante ao trabalho, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que é economicamente ativa, constitui 74,71%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que está desocupada, totaliza 5,99%. Além disso, o grau de formalização da população, ou seja, pessoas formalmente ocupadas com 18 anos ou mais de idade, somava 75,71%. Paralelamente, ancorado nessa fonte de dados, 64,75% dos domicílios são chefiados por mulheres, sem Ensino Fundamental completo e com, pelo menos, um filho menor de 15 anos de idade. Acrescenta-se que 31,83% de pessoas de 18 anos ou mais não concluíram o Ensino Fundamental e desenvolvem trabalhos informais. Complementa-se, 2,18% das famílias vivendo em domicílios vulneráveis, dependentes economicamente de idosos, e 9,62% das/dos jovens entre 15 e 24 anos de idade não trabalham nem estudam.

Em se tratando da oferta dos serviços essenciais à população do Aglomerado da Serra, podemos observar, na tabela a seguir, que, embora haja um número substancial de alguns serviços, percebe-se haver uma lacuna no alcance. A comunidade carece de maior assistência com relação a serviços de saúde, educação, assistência social e mobilidade urbana. Nesse viés, ao longo da pesquisa, deparei-me em muitas ocasiões com relatos das moradoras da comunidade sobre a escassez de médicos nos postos de saúde, a falta de

³⁷ Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte.

³⁸ O Portal Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apresentou dados a partir do Censo IBGE 2010, e de apontamentos do PNUD, Ipea e FJP.

ônibus, já que as empresas reduziram as frotas, o trajeto de longas caminhadas para levarem as crianças até a escola.

Tabela 2 - Serviços públicos Aglomerado da Serra

Serviços	Quantidade
Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)	6
Escolas de Ensino Fundamental	9
Linhas de ônibus	11
Centros de saúde	5
Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)	2
Centros culturais	3

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

3.2 A Coletiva

Esta pesquisa é protagonizada pela Coletiva Mulheres da Quebrada e duas das mulheres que são afetadas³⁹ por essa organização. A Coletiva Mulheres da Quebrada surge em 26 de março de 2018, a partir da mobilização de três mulheres negras, moradoras do Aglomerado da Serra. Essas mulheres que fundam a Coletiva, atuantes nesse território por mais de duas décadas, como artistas, produtoras culturais, dentre outras atividades, viram-se provocadas por narrativas que escutavam nos becos da Quebrada. Portanto, dos relatos advindos das/os moradoras/es do Aglomerado, surge a indagação: o que fazer? Inicialmente, as demandas da Coletiva concentravam-se em atendimentos psicológicos das mulheres do entorno, que eram e são atravessadas por diversas formas de violências: a violência doméstica, o sexismo, as negações de direitos básicos, como saúde, moradia, emprego.

No entanto, com o tempo, houve a identificação de outras demandas: assistência social, formação, empregabilidade, entre outras, portanto, uma expansão da atuação da Coletiva. Diante dessa expansão, mais integrantes foram se juntando ao grupo de forma voluntária. Dentre as quatorze⁴⁰ mulheres integrantes da Coletiva, verificam-se múltiplas atuações: psicólogas, professoras, pesquisadoras, antropóloga, artistas. Essas mulheres voluntárias organizam-se nas diferentes frentes de atuação, seja desenvolvendo formações, organizando eventos, auxiliando na logística de entregas de cestas básicas, na conservação do espaço da Coletiva, na participação de reuniões em esferas, como: centros

³⁹ Entende-se o verbo afetar, aqui, enquanto forma de afeto, cuidado, apoio mútuo.

⁴⁰ Durante a realização da pesquisa, o número de componentes da Coletiva se modificou, com ausências e adesão de novas colaboradoras.

de assistência social, centros culturais, defensorias públicas. A Coletiva firma, em 2022, parceria com uma professora do Departamento de Psicologia da UFMG, para o desenvolvimento de projeto de extensão. Esse projeto dialoga com o feminismo negro decolonial, contando com três estudantes da graduação em Psicologia da referida universidade. Nos anos de 2019-2020, alcança-se a aprovação no Descentra⁴¹ e, a partir daí, iniciam-se encontros no Centro de Referência da Assistência Cultural Marçola. Destaca-se, nesses encontros, o viés formativo da Coletiva, a partir da abordagem de temáticas variadas, em especial aquelas que impactam as vidas das mulheres do território: violência doméstica, racismo, sexismo, saúde mental. Mostramos a seguir, fotos de alguns desses momentos.

Figura 2 - Oficina de foto e vídeo com celular na Sede da Coletiva Mulheres da Quebrada



Fonte: *Instagram* da Coletiva Mulheres da Quebrada (2022).

Na imagem acima, podemos perceber uma mulher com o rosto posicionado de frente para a câmera do celular, numa das ações realizadas pela Coletiva, no dia 28 de julho de 2022. A ação retratada consistiu numa oficina de vídeos e fotos, com a utilização do celular, sobretudo as “selfies”. A oficina com duração em torno de duas horas, ocorreu na sede da Coletiva, e teve a participação de em média 20 mulheres de diferentes faixas etárias. Destaca-se que a maioria dessas mulheres não dispunha de telefones celulares, sobretudo aquelas acima dos 40 anos de idade.

⁴¹ Programa que integra as ações da Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre as suas propostas, está a valorização da expressão artística e cultural nas mais diversas regiões da cidade, buscando favorecer o desenvolvimento desses locais, do público, artistas, agentes, coletivos, grupos e instituições culturais, de maneira equilibrada e igualitária. A ideia dos editais é descentralizar e democratizar o fomento e o incentivo através da distribuição mais equitativa dos recursos entre os territórios de Belo Horizonte. Além disso, há o objetivo de desconcentrar as verbas da cultura em incentivo às ações e aos artistas nas bordas da cidade e de promover ações culturais em todas as regiões e não somente no hipercentro. O programa distribui recursos aos setores artístico-culturais: artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música, patrimônio material e memória, patrimônio imaterial e identidade cultural, teatro e multisetorial.

Figura 3 - Roda de Conversa na sede da Coletiva



Fonte: *Instagram* da Coletiva Mulheres da Quebrada (2022).

Na imagem anterior, vemos um grupo de 12 mulheres reunidas em roda, sentadas em cadeiras, na sede da Coletiva, no dia 30 de março de 2022. O objetivo do encontro, com duração de aproximadamente duas horas, foi abordar o autocuidado, principalmente com a saúde mental. O encontro teve a mediação das psicólogas do eixo Gotas de Cuidado da Coletiva, e baseou-se na escuta e troca de experiências a respeito do cuidado de si, além das questões que envolvem a saúde emocional.

As mulheres do Aglomerado da Serra assumem um lugar de protagonismo, levando suas vozes e saberes para os espaços de discussão. Ademais, no ano de 2019, forma-se, no aplicativo *WhatsApp*, a rede “Parças”, com, aproximadamente, 250 mulheres, constituindo um espaço de articulação de ações, trocas de experiências, compartilhamento de dores e afetos, levantamento de demandas específicas. Através desse canal, acontecem pedidos de ajuda, demandas por atendimentos, divulgação de oportunidades, de ações e campanhas da Coletiva, dentre muitas outras atividades. No que tange à atuação das Mulheres da Quebrada, diante da pandemia do COVID-19, as demandas aumentaram e se expandiram para o viés da assistência social: alimentação, saúde mental, emprego.

Observa-se a organização do trabalho nos seguintes seis eixos de ação: 1- Gestão administrativa/financeira: formada pelas fundadoras da Coletiva, responsáveis pela organização das doações de cestas básicas e outros itens, pela parte financeira do grupo, a partir das doações em dinheiro e campanhas de arrecadação, levantamento de dados para a organização das atividades da Coletiva, registro e prestação de contas.

2- Assistência social: responsável pela listagem e contatos com as mulheres do território, para distribuição das cestas básicas e outros itens em campanhas especiais, recebimento das doações e entrega semanal, em dois dias fixos (quinta-feira e sábado). Desse eixo,

participam todas as integrantes da Coletiva, intercalando conforme a disponibilidade de tempo de cada uma.

3- Comunicação: atua sobretudo na produção e divulgação de conteúdo da Coletiva para redes sociais, divulgação de campanhas de arrecadação de doações, campanhas temáticas relacionadas aos interesses das mulheres do Aglomerado e linhas de ação da Coletiva. Participa também da produção de conteúdo audiovisual e realiza as demandas específicas de comunicação, divulgação e imprensa. Esse trabalho é desenvolvido por quatro voluntárias, dentre elas, uma jornalista.

4- Gotas de Cuidado: Núcleo que se organiza em uma coordenação de uma rede de psicólogas voluntárias, que atendem gratuitamente a dezenas de mulheres do Aglomerado da Serra, com um trabalho de psicoterapia, considerando, além do tratamento terapêutico, questões estruturais ligadas às questões de saúde mental das mulheres do território. O Gotas de Cuidado realiza reuniões mensais de supervisão e vem realizando encontros terapêuticos em grupo com as mulheres do território, sobretudo as mulheres da rede “Parças”. Esses encontros iniciaram no primeiro semestre de 2022.

5- Editais e projetos: Responsável pela escrita e elaboração de projetos, levantamento e leitura de editais, e captação de recursos, além do estabelecimento de parcerias. Nesse núcleo atuam uma das fundadoras da Coletiva, uma doutoranda em Antropologia, duas graduandas em Psicologia. Desde fevereiro de 2022 também faço parte do eixo de editais.

6- O eixo arte, cultura e educação encontra-se em fase de construção, necessitando ainda de mais voluntárias e apoiadoras/es para concretizar seus objetivos. Entretanto, a Coletiva firmou parceria com uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, para desenvolver um trabalho voltado às jovens estudantes dessa instituição. O projeto abordará questões relacionadas, principalmente, à autoestima e saúde mental.

Perante o avanço da pandemia da COVID-19, esses eixos precisaram articular-se ainda mais, com reuniões utilizando ferramentas remotas, diante da impossibilidade dos eventos presenciais. Nesse viés, percebeu-se uma expectativa das mulheres, moradoras da comunidade, quanto ao retorno dos encontros, em ambiente físico. No segundo semestre de 2021, os contatos presenciais retornaram, cumprindo os protocolos de segurança. Após dezenove meses, a roda de conversa presencial ocorreu na sede do “Bloco Seu Vizinho”⁴², discutindo sobre masculinidades, com a participação de

⁴² O “Bloco Seu Vizinho” é um movimento artístico cultural local que faz parte de um projeto de mesmo nome, tendo como objetivos a promoção da arte, cultura e cidadania por toda a vizinhança, em busca das transformações sociais. Sediado no Aglomerado da Serra, o “Seu Vizinho” é voltado principalmente aos

integrantes da Coletiva, mulheres afetadas pela organização, membros do “Seu Vizinho”, pesquisadoras, pesquisadores e integrantes de outros coletivos. Apesar da tímida presença de três moradoras da comunidade, o diálogo rendeu importantes reflexões e apontamentos. Nessa direção, em março de 2022, a Coletiva organizou uma noite de debate a respeito do combate à violência doméstica, marcado pela construção de frases que foram espalhadas pelo Aglomerado, no Ato⁴³ do dia 12 de março do mesmo ano (8M na Quebrada).

Verificava-se que um dos desafios para as Mulheres da Quebrada consistia na aquisição de um espaço para sediar as ações da equipe. Diante disso, no segundo semestre de 2021, a sede foi adquirida através da locação de um imóvel situado numa das vilas do Aglomerado da Serra. Inicialmente, alugou-se um andar, e no ano de 2022, a Coletiva fez a locação do outro pavimento. Esse espaço foi decorado com a participação das mulheres da comunidade, seguindo a ideia da Coletiva de impulsionar que as sujeitas moradoras do território se apropriassem da sede, reconhecendo-a enquanto ambiente de acolhimento, de encontro. Mostramos a seguir, imagens da sede da Coletiva.

Figura 4 - Sede da Coletiva Mulheres da Quebrada



Fonte: Acervo da pesquisadora

jovens do território. São oferecidas oficinas de percussão, além de rodas de conversa sobre assuntos que permeiam a juventude da Quebrada.

⁴³ O Ato 8M na Quebrada foi idealizado e realizado pelas Mulheres da Quebrada. Faremos uma descrição e análise do evento no decorrer deste trabalho.

Figura 4: Sede da Coletiva



Fonte: Acervo da pesquisadora.

As imagens acima mostram a sede da Coletiva sendo preparada para uma roda de conversa. O chão foi ornamentado pela equipe com girassóis, tecido chita, uma esteira e plantas. A parede branca está forrada com um tecido preto onde se afixou uma mandala com a logomarca da Coletiva e flores.

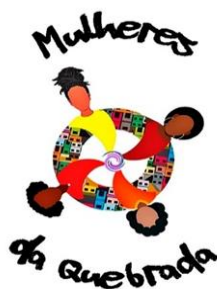
Dentre mandalas, plantas como espada de São Jorge, fotos de Marielle Franco⁴⁴ na porta, encontramos a logo da Coletiva impressa nas paredes. Essa logo, que faz parte da identidade visual das Mulheres da Quebrada, foi construída por duas mulheres do Aglomerado da Serra, a pedido da Coletiva. “Era interessante que fosse produzido por mulheres nossas (da Serra), que elas entendem mais nosso corre” (SINFONIA, abril, 2022). Sobre os significados de cada símbolo e cores, Sinfonia diz:

Os significados: o circular tem a ver com a questão de tudo que é da matriz africana ser em roda. Então, é roda de capoeira, roda de samba. E é circular também, né, a questão da circularidade, que que você passa, tudo que você perpassa. As cabeças não tiram número exato, elas que escolheram, elas que colocaram quatro cabeças. A gente queria uma pluralidade de mulheres e aí elas sugeriram. As casinhas tem a ver com a nossa favela mesmo, com o território. Então a ideia é que é mulher e território junto dentro de uma mesma logo. Isso é o principal. Qual que foi a inspiração pra criar essa logo? A inspiração foi a tatuagem que a Sol Maior tem, que é a avó dela. É o rosto da vó dela, e na cabeça da vó dela o cabelo ser feito de casinhas da favela, né. Ah, lembrei da ideia do Ubuntu: eu sou porque somos. Mas ele vai muito além dessa frase. Não sei se eu fosse contar história, a ideia de sempre trazer a pessoa pra roda, e na roda todas poderem falar com ela e todas poderem ouvir. E isso é aprendizado, correção, isso é chamar atenção, isso é elogiar, isso é falar as coisas boas. Tudo isso nessa cultura africana (SINFONIA, abril, 2022).

⁴⁴ Marielle Franco, mulher negra, uma das vereadoras mais votadas da cidade do Rio de Janeiro, defensora dos direitos das populações negras, pobres, LGBTQI+, foi assassinada em março de 2018, vítima de uma emboscada, de mandante desconhecido até os dias de hoje.

As cores da logomarca trazem significados relacionados ao território, utilizadas nas postagens da Coletiva nas redes sociais. Desse modo, para cada postagem, conforme a temática, são escolhidas diferentes tonalidades que compõem a logo: 1-amarelo: visibiliza assuntos relacionados à saúde psicológica; 2 -laranja: o que acontece nas quebradas, como protestos, divulgação de encontros da Coletiva, formações; 3 -vermelho: relacionado ao social, representando nas distribuições de cestas básicas, campanhas, pedidos de ajuda e afins. Destarte, apresento a logomarca a seguir:

Figura 5 - Logomarca da Coletiva



Fonte: Coletiva (2022).

Cabe ressaltar que a instituição se mantém através de parcerias estabelecidas com instituições privadas (farmácias, livrarias, padarias, ONGs, empresas de produtos de higiene pessoal, de decorações) e doações advindas de pessoas físicas, através de campanhas como o “Pix Solidário”, veiculadas nas redes sociais. A aprovação em editais de fomento também ajuda na sustentabilidade. Durante a pesquisa, quando auxiliei na escrita de alguns projetos para esses editais, conseguimos aprovação no Elas Periféricas⁴⁵, promovendo incentivo financeiro para o eixo de comunicação da Coletiva. Na direção da atração de recursos, uma ferramenta utilizada são as divulgações a partir do *Instagram*. No ano de 2021, a campanha da Coletiva a favor da dignidade menstrual foi veiculada também na mídia televisiva. O grupo arrecadou absorventes higiênicos para serem distribuídos na Quebrada. Diante da imensa visibilidade da ação na mídia, a atriz

⁴⁵ Lançado em 2018, o edital Elas Periféricas é voltado à potencialização de iniciativas lideradas por mulheres negras que têm atuação em áreas periféricas de todo o Brasil e causam efeitos transformadores nos seus respectivos territórios. O edital está alinhado à diretriz de fomento ao fortalecimento das organizações e das lideranças periféricas que destaca a importância do foco em projetos que priorizem gênero, raça e território.

brasileira Taís Araújo⁴⁶ começou a seguir a Coletiva nas redes sociais, além de replicar sobre o trabalho em suas redes. Nesse momento, houve uma expansão do número de seguidores da organização nas mídias digitais. Nos tempos atuais, o engajamento⁴⁷ nas redes sociais é importante no ponto de vista da atração de público e, no caso da Coletiva, parcerias e doações.

Verifica-se que a Coletiva Mulheres da Quebrada articula-se a partir da horizontalidade, sendo as decisões tomadas sempre nas reuniões da coordenação de um núcleo gestor, formado pelas fundadoras e por outras parceiras voluntárias. O grupo passou pelo processo nos anos de 2021/2022 de obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que marca sua formalização enquanto associação. Esse processo de institucionalização poderá facilitar a entrada da Coletiva em editais de financiamento, que muitas vezes exigem o CNPJ, além das parcerias privadas. No entanto, observaram-se desafios nessa ação, já que consistiu numa aquisição burocrática, demandando diversos documentos das participantes, assinaturas reconhecidas em cartório, além de reuniões da equipe para discussão e aprovação do estatuto e dos lugares que cada voluntária ocuparia na organização. Esse documento foi construído por Serenata, a partir das interlocuções com a equipe entre agosto de 2021 a janeiro de 2022. “Sobre o estatuto ainda: A partir de nossas experiências e desejos para a Coletiva, foi pensado cada artigo. Assim como as normativas legais de escrita do mesmo” (SERENATA, agosto, 2022). Aponta-se a gestão administrativa (presidência e diretoria), conselho financeiro, dentre outros. No sentido da formalização, participei de parte do processo, votando em assembleia *on-line* os artigos e, posteriormente, assinando como parte da equipe administrativa, para envio do estatuto ao cartório.

3.3 As protagonistas

As mulheres entrevistadas convergem na sua origem enquanto moradoras da periferia de Belo Horizonte, além de trajetórias marcadas pelas múltiplas violências e exclusões. Por outro lado, são mulheres que lutam diariamente por uma sociedade melhor, trazendo o sentimento de pertencimento ao Aglomerado da Serra, mesmo aquelas que não mais moram nesse território. Outro ponto em comum mostra-se no envolvimento com a

⁴⁶ Taís Araújo é uma atriz negra brasileira que atua em umas das principais emissoras de tv aberta do país. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, a atriz estreou na novela Chica da Silva aos 16 anos de idade, ganhando destaque no papel principal. Atualmente, além de atuar em novelas, filmes e séries, seu rosto aparece estampado em diversas campanhas publicitárias. Ela também é uma voz ativa na luta contra o racismo.

⁴⁷ Ato de interagir e compartilhar informações entre usuários conectados às redes sociais.

Coletiva Mulheres da Quebrada. Neste ponto, apresentamos agora uma a uma, as sujeitas que cederam depoimento para a pesquisa. Cabe enfatizar que foram convidadas para esta etapa as três fundadoras e atuais gestoras da Coletiva, pela importância que possuem dentro do grupo, a nível histórico, de coordenação e mobilização. Ademais, centramos em duas moradoras do território, destacando o fato de uma delas ser transexual, profissão que mexe com os cabelos, parte importante formativa da corporeidade negra, e a outra participante atua ativamente nas redes sociais da Coletiva, abordando assuntos que impactam na comunidade, passando por questões que incidem nacionalmente.

a) Harmonia

Harmonia mudou-se para o Aglomerado da Serra ainda na infância, após o pai ocupar um terreno na região. Nascida numa família de sete irmãos, residiu nos primeiros anos em que chegou à Serra numa casa de tábuas. Durante a entrevista, Harmonia recorreu a autoras negras em sua fala, dentre elas, Carolina Maria de Jesus, para dizer sobre sua perspectiva da vida na favela.

Acho que a trajetória da gente da periferia é muito dentro do livro da Carolina, Quarto de Despejo. Eu me identifico a minha história com as nossas histórias, eu acho que as nossas histórias da periferia é muito aquele livro, ele é muito contemporâneo. Mesmo ele tendo sido escrito em 1960, ele ainda é muito contemporâneo (HARMONIA, março, 2022).

Harmonia recordou que o maior sonho da sua mãe era ser professora. No entanto, tornou-se impossibilitada pelas necessidades da vida: trabalhar, prover a família, cuidar da casa.

O sonho da minha mãe era ser professora. Minha mãe não conseguiu estudar, porque aos 15 anos ela veio para a cidade grande para mandar dinheiro para a família dela, que morava na roça e precisava de tanto e ela não conseguia estudar. Ela teve filho cedo, jovem. (HARMONIA, abril, 2022).

Desde a adolescência, Harmonia sonhava em cursar o ensino superior em Terapia Ocupacional, na Universidade Federal de Minas Gerais, e contou com o apoio da mãe para seguir a continuidade dos estudos. Devido à necessidade de priorizar o trabalho, o projeto precisou ser adiado.

Eu entrei na faculdade acho que eu tinha 37, 38, por aí, 30 alguma coisa, mas o sonho começou aos 16, e eu queria federal. E eu me lembro, eu tinha passado num concurso público em Contagem, eu era do quadro administrativo e me falaram muito: olha, o curso que você escolheu não é para pobre; o seu curso é diurno, como é que você vai estudar? E eu sempre tive uma coisa assim: não recebia os nãos (HARMONIA, março, 2022).

Nas suas narrativas, Harmonia explicitou o desencorajamento por parte dos pais e dos irmãos com relação ao seu projeto de se graduar numa universidade pública. Os

estudos e o trabalho intelectual são frequentemente interditados para as mulheres, com destaque para as negras. Dessa forma, existe a construção de um imaginário excludente, que projeta a mulher negra nos serviços domésticos, nas tarefas de limpeza. Para ilustrar esse cenário, bell hooks (1995) conta que, em diversas ocasiões em sua rotina, percebeu-se imersa nos afazeres de casa, secundarizando o fazer intelectual. Podemos perceber, majoritariamente, que as mulheres se sentem pressionadas às atribuições de cuidado, limpeza, organização, o que as leva ao acúmulo de jornadas: trabalho em casa, fora de casa.

Eu era a filha mais velha, então eu tinha muita responsabilidade. Eu tinha que cuidar dos meus irmãos e eu tinha que dar conta de tudo. Então, assim, eu só era boa filha e eu só me sentia amada a partir de eu ser uma boa filha, eu ser uma boa menina. E isso eu acho que se perpetuou até hoje. Hoje eu tenho uma consciência melhor disso e vou trabalhando nisso, mas eu percebo que eu tenho disso (HARMONIA, abril, 2022).

A sujeita enfrentou situações de violência psicológica familiar e agressões físicas de um companheiro. Diante disso, para trabalhar os prejuízos psicológicos que essas e outras opressões causaram, Harmonia procura a Coletiva.

Eu acho que a Coletiva entra nesse espaço, nesse espaço em que a gente precisa de um apoio, de uma ajuda, de afeto e de apoio, mesmo, e conversar, falar nas nossas experiências, saber de espelhar na experiência da outra e ver como que a outra achou uma saída para um problema, uma saída para uma agressão, uma saída para o sofrimento (HARMONIA, março, 2022).

Harmonia participa com frequência das atividades desenvolvidas pela Coletiva, revelando-se também muito ativa nas redes sociais, movimentando debates entre as mulheres da comunidade sobre racismo, sexismo, pobreza, democracia, meio ambiente, dentre outras pautas que atingem a população periférica. Além disso, trabalha na biblioteca de uma escola municipal de Belo Horizonte e enfatiza a insatisfação com a carreira de servidora pública, na sua visão, cada vez mais desvalorizada.

Nossa entrevista aconteceu logo após o Dia Internacional da Mulher (08 de março). Harmonia abordava a criticidade com que enxergava alguns gestos sociais nesse dia, como a distribuição de flores. Na data citada, ela havia participado de uma manifestação e sentira-se incomodada com as concepções do coletivo de mulheres responsável pela organização. Diante disso, a sujeita refletiu sobre o feminismo.

O feminismo é branco, ele não é para a mulher negra, ele não é para a mulher periférica. O feminismo iniciou quando a mulher branca não queria ser escravizada pelo trabalho doméstico, mas para isso ela domesticou e ela escravizou a mulher periférica e a mulher negra. Então a gente é escravo de outra mulher. E a sociedade não quer falar sobre isso; é uma coisa que favorece a sociedade, e se favorece a sociedade, ela não quer falar sobre isso. Isso para mim é muito claro e muito triste. Eu cheguei a essa conclusão este ano num coletivo feminista - tanto que eu nem queria ir ao 8 de março. E aí eu falei

assim: não, eu acho que nestes momentos públicos a gente tem que ir com o que é nosso. E eu acho que no próximo eu quero falar sobre isso nesse movimento, que o feminismo não existe para a mulher periférica (HARMONIA, março, 2022)

As falas de Harmonia vão ao encontro de bell hooks quando sinaliza que a libertação feminina apenas será possível se empreendermos transformações sociais anticapitalistas, antielitistas, antirracistas. Desse modo, a submissão forçada de mulheres pardas, pretas, pobres, existirá enquanto perdurarem os privilégios das mulheres brancas de classe média, ancorados na exploração das outras mulheres pelo patriarcado.

A única esperança genuína de libertação feminista está numa visão de mudança social que desafia o elitismo. Mulheres ocidentais adquiriram poder de classe e maior igualdade de gênero, porque um patriarcado de supremacia branca global escraviza e/ou subordina multidões de mulheres do terceiro mundo (hooks, 2018, p. 60).

Percebemos, no posicionamento indignado de Harmonia, que ela não se enxerga nos movimentos feministas atuais, enquanto mulher moradora de favela, pobre e que se identifica parda. Reconhecemos as lutas do movimento de mulheres pelo acesso às creches, pela descriminalização do aborto, entre outras. No entanto, dialogando com a fala de Harmonia, Sueli Carneiro destaca que, a despeito das conquistas do movimento de mulheres, o feminismo não contemplava e ainda não abarca as múltiplas identidades.

[...] Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p.118).

Após a entrevista, Harmonia me enviou, através do *WhatsApp*, uma reflexão a respeito do conto “*No seu pescoço*”, do livro homônimo, escrito pela autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Esse conto mostra o relato de Akunna, uma jovem em situação de pobreza extrema, que migra da Nigéria para os Estados Unidos, na busca por uma vida melhor. No entanto, é assediada pelo tio que a abriga em solo estadunidense, o que a leva a morar de aluguel e ofertar-se para o trabalho de garçonne por salário abaixo da média. A narrativa de Akunna revela o racismo sofrido no país estrangeiro pela relação amorosa que constrói com um homem branco, diante de olhares de reprovação da sociedade. Além disso, rememora a carência dos bens materiais básicos enfrentados pela sua família na Nigéria e da situação que o pai enfrentara num acidente de trânsito, quando, ao colidir com o veículo de um sujeito rico, precisou ficar de joelhos para que não fosse punido, já que não dispunha de recursos financeiros para o reparo. Akunna destaca o

quanto achou essa situação humilhante, alegando também se sentir invisível no solo dos Estados Unidos. Ela relata que o nó no pescoço que esse sentimento causava nela todos os dias era como se a sufocasse. Nessa direção, Harmonia elabora uma analogia entre o conto e as vidas das pessoas que residem nos bairros situados nas periferias. Nas mensagens recebidas de Harmonia, havia fotos de partes da história, com a observação da sujeita.

Esse texto é um conto que não citei (**na entrevista**). No seu Pescoço, da Chimamanda Ngozie Adichie. Essa submissão, humilhação que o pai da moça (**do conto**) sofre, é o que o capital e os poderosos fazem pra que a periferia seja submissa, inferiorizada e estática no lugar de exploração. Estou enviando porque esse trecho é muito simbólico (HARMONIA, março, 2022, grifos nossos).

b) Melodia

Melodia reside no Aglomerado da Serra há dezoito anos, é mãe de três filhas e avó de um neto. É trancista desde a adolescência, mantendo um salão no lote da sua casa. Ademais, demonstra orgulho pela profissão, inspirando-se em Betina Borges⁴⁸, com quem aprendeu a trançar os cabelos.

Quando eu comecei como trancista, eu estava com 14 anos, com uma amiga. A gente trançava o cabelo juntas. Em São Lucas, eu sou conhecida como Ninica: "Ninica, trance meu cabelo e eu tranço o seu. Pode ser?" "mas eu nem sei" "você sabe, sim. É igual fazer com as bonecas". Eu ficava sempre trançando o cabelo das bonecas porque minha tia Íris é trancista ainda, e eu achava tão bonito vê-la trançando cabelo. Eu queria fazer igual a ela. Tem um lugar no (**bairro**) São Paulo que se chama Terreiro. São mulheres de uma família só, a maioria delas era trancista. Trançavam com a Betina Borges. Essas mulheres do Terreiro, primas delas, inclusive essa tia minha... tia porque é casada com meu tio. Como a Betina Borges pegava modelos e tirava foto e levava para desfile, o pessoal queria muito cortar cabelo igual ao que a Betina cortava do pessoal do asfalto, só que o custo era grande. O que a Betina fez junto a essas primas dela lá? Começaram a cortar e fazer tranças com preço mais acessível no sábado e no domingo (MELODIA, março, 2022, grifo nosso).

Percebemos o quanto o trabalho de trancista provoca o sentimento de realização em Melodia que destacou, com entusiasmo, o aprendizado da profissão, os lugares nos quais já trabalhou e a sensação de empoderamento despertada pela conquista do seu próprio salão. Ademais, a sujeita enfatizou o prazer em ensinar o seu ofício para outras mulheres. Os movimentos de trocas de saberes e experiências fazem parte dos contextos, sobretudo das mulheres que residem nas favelas. Nesses movimentos, as moradoras compartilham os saberes adquiridos na atuação profissional e nas trajetórias de vida,

⁴⁸ Betina Borges é uma expoente do trabalho com cabelos étnicos em Belo Horizonte, sendo proprietária do salão Beleza Negra, localizado no Bairro Floresta, região Leste da capital. Fez parte da pesquisa de doutorado de Nilma Lino Gomes na qual se tematizaram os cabelos crespos.

transformando a organização das populações nessas comunidades. Na medida em que acontece essa reorganização, as mulheres questionam os lugares a elas atribuídos pelas mídias e elites, tensionando as desigualdades de raça, gênero e classe.

Eu gosto de ensinar, de passar para a frente o que eu aprendi de graça. Por isso, eu gosto e quero ensinar de graça. E é bom também o reconhecimento. Não é inflar meu ego de dizer que sou a melhor. Quando alguém elogia meu trabalho... uma moça falou: "eu aprendi a trançar cabelo por causa de você. Eu ia lá na sua casa, ficava vendo você trançar o cabelo da minha mãe. Hoje em dia eu faço trança por causa de você". Isso me dá uma felicidade tão grande, saber que inspiradas em mim (MELODIA, abril, 2022).

Historicamente, o povo negro teve seus saberes invisibilizados, reduzidos ao apagamento e isolamento. “Os conhecimentos ou saberes produzidos pela população negra dizem respeito a uma forma de conhecer o mundo, a produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça – entendida como construção social, histórica e cultural [...]” (GOMES, 2011, p.45). Pensar sobre a profissão de Melodia, exige que reflitamos sobre a corporeidade negra, marcada sobretudo pelos cabelos.

Há uma visualização e maior uso de penteados no estilo “*black power* estilizado”, do uso de *dreads* por jovens brancos da classe média, maior adesão ao uso das tranças pelas mulheres negras e brancas jovens e uma maior exposição do corpo negro nos eventos culturais. São processos de mudanças e de visibilidade da corporeidade negra em meio às tensões regulação-emancipação do corpo. (GOMES, 2011, p.48).

No tocante à escolarização, Melodia interrompeu os estudos antes de concluir o Ensino Fundamental, por causa de um problema de saúde. Já na vida adulta, foi submetida a um transplante de córneas.

Eu estudei até a oitava série completa e seis meses do primeiro ano. Eu tive um problema nas minhas vistas. Eu decidi não mais estudar, saí da escola. Eu tinha dificuldade para entender a matéria, para tudo. Eu resolvi sair da escola e não voltei mais. Fiz a oitava completa e seis meses do primeiro ano. Foi nas férias eu decidi não voltar mais (MELODIA, março, 2022).

Embora relembresse de uma infância feliz, junto à sua mãe, pai e os 3 irmãos, Melodia destacou a vivência de violência doméstica familiar nesse período. Percebo, em sua fala, que não existia um sentimento de revolta, mas de pesar por esses episódios.

Melodia enumerou os preconceitos sofridos por ser uma mulher, negra, acima do peso considerado ideal pela sociedade, sendo muitas vezes criticada por sua alimentação, por sua liberdade, vista por algumas pessoas como “excessiva”, pelas suas roupas. “Eu sofro preconceito porque sou gordinha. Por ser mãe solteira” (abril, 2022). O patriarcado forja a mulher aceitável do ponto de vista estético, atitudinal: fale baixo, não discuta, evite roupas curtas, cuidado com o seu peso. As reproduções desses padrões patriarcais

impactam de forma incisiva nas trajetórias de muitas mulheres, causando impactos emocionais, por vezes permanentes. Segundo bell hooks (2019), a opressão sexista é a base de todas as outras opressões, sendo experimentada pela maior parte das pessoas, no lugar de opressor ou de oprimido.

Ademais, a respeito da Coletiva, Melodia, que está envolvida desde a sua criação, destacou a importância do acolhimento, das conversas, das trocas de experiência com outras mulheres, oportunizadas pelo grupo.

A Coletiva me dá isso de poder falar e ouvir também outras pessoas. A gente também aprende com as histórias dos outros. Estando lá, fazendo parte da Coletiva, eu vou expressar o meu sentimento, vou ouvir o que as pessoas têm a me dizer. Através da vivência das pessoas, eu também vou tirar alguma contribuição para minha vida. A Coletiva me auxilia com isso (MELODIA, março, 2022).

c) Serenata

Serenata e Sinfonia são irmãs, nasceram numa família de 6 filhos, vivendo parte da sua vida na mesma rua, que gostam de destacar, por ser uma localidade de movimentação cultural no Aglomerado da Serra.

Então, sou Serenata. Sou nascida e criada aqui no Aglomerado da Serra, mais especificamente na rua X, a gente gosta muito de falar dessa rua, desse lugar que a gente viveu e nasceu. Sou a quarta filha de seis filhos, são quatro homens, lá na minha casa, e duas mulheres (SERENATA, abril, 2022).

O pai faleceu quando ambas eram crianças, ficando a criação das/dos filhas/os por conta da mãe e da avó paterna. Percebemos assim, que as irmãs cresceram numa família provida por mulheres. Deste modo, traçamos um diálogo com a escritora e intelectual negra Carolina Maria de Jesus, que escreve em sua obra “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*”, sobre suas experiências de mulher negra, periférica, mãe. Carolina assumia o lugar de chefe de sua família, na criação dos seus três filhos, na ausência de redes de apoio. Portanto, os casos de Serenata e Sinfonia, que presenciam a mãe na responsabilidade de provedora da família, com seus irmãos, assemelha-se à Carolina de Jesus, pela busca solitária pelo sustento e educação da prole, além da organização na perspectiva monoparental feminina.

A monoparentalidade feminina se constitui como uma entre as inúmeras possibilidades de configuração familiar existentes e pode ser compreendida, conforme Moreira (2018, p. 171), como aquele tipo de família em que “[...] as mães vivem com seus filhos, sem a presença no domicílio de nenhum outro adulto morador/moradora; [as famílias monoparentais] são uma configuração em que exclusivamente as mulheres exercem o papel de cuidadoras e provedoras”. (MOREIRA, 2018, p.171, apud SOUZA, 2020, p.71).

Na perspectiva ativista, as duas irmãs se envolveram desde a adolescência em projetos culturais e sociais dentro do Aglomerado da Serra.

Desde os meus 12 anos, eu sempre fui voluntária em algumas coisas. Então por exemplo, tinha um projeto social ali do lado da associação do Cafezal, e a gente fazia curso lá, era bordado, essas coisas, e a gente já era voluntária ali, a gente trabalhava como voluntária ali. Então, além dos cursos que a gente fazia, a gente já fazia rodas de conversa com as mães, com os adolescentes principalmente...com os jovens e adolescentes, porque na época a gente era jovem. Com mais ou menos 14, 15 anos, eu fundei, junto com o meu irmão e a Sinfonia, que também é minha irmã, mais alguns amigos, um projeto social, que era o Centro de Esporte Cultural do Aglomerado da Serra. A gente fundou e a gente chamou os amigos artistas para dar aula, e a gente começou a dar aula de dança, de violão, de guitarra, de futebol. Até hoje meu irmão insiste com o futebol. Até hoje ele tem uma escolinha de futebol com o mesmo nome. E a gente começou a aproximar do Criança Esperança na época e ali, no Criança Esperança, a gente conheceu o pessoal do Marista, que tinha o pré-vestibular comunitário. E nesse nosso projeto a gente levou o pré-vestibular comunitário para lá, e a gente funcionava à noite, então a gente funcionou dois anos com o pré-vestibular comunitário. A gente conseguiu, além de a gente estudar, a gente estudava pouco, mas a gente conseguia fazer algumas aulas, porque organização não tem como, e a gente fez uma parceria com o Marista, e eu já entrei ali enquanto coordenadora. Então, eu já estava na coordenação desse projeto. E o Marista enviava os alunos para darem aula, e a gente tinha uma contrapartida de dar a passagem para esses alunos (SERENATA, abril, 2022).

Serenata tem dois filhos e, atualmente, não reside mais no Aglomerado da Serra. Morou por um tempo na região noroeste de Belo Horizonte. Porém, no ano de 2022, mudou-se para as proximidades da Serra, para ficar mais próxima à sede da Coletiva. Dentre os projetos de vida, idealizou o acesso ao Ensino Superior desde a adolescência. No entanto, alguns fatores dificultaram o acesso: o casamento, a dedicação à maternidade, os limites financeiros. Esses elementos, que se relacionam com a ocupação material do tempo dessas mulheres, estão explicitamente imbricados ao gênero.

É sempre assim, o financeiro é o que mais deu esse bloqueio. Sempre fui moradora da vila, sempre fui uma mulher pobre, sempre tive muita dificuldade de emprego, os empregos que me vinham eram todos empregos de faxina, de recepcionista, de não sei o que, que eu obviamente pegava, porque eu tinha experiência na área e tudo, mas que não era só isso que eu queria, eu queria pensar em alguma coisa, para eu ter essa outra coisa eu precisava estudar (SERENATA, abril, 2022).

Após inúmeros percalços e interrupções, Serenata fez questão de destacar que se formara no Ensino Superior em Recursos Humanos no ano de 2021, aos 40 anos. Atualmente, é pós-graduada e almeja o mestrado em sua área de atuação ou nas Ciências Humanas.

Formei em 2021, fevereiro, é isso também, ao mesmo tempo em que eu estava estudando, eu estava fazendo muitos cursos de capacitação. Eu entrei sete vezes para a faculdade e saí sete vezes da faculdade, porque teve filho, teve trabalho, teve falta de dinheiro para poder pagar o ônibus, ou para poder tirar o próprio xerox, e com criança, já foi na época que eu estava com criança também, que eu também fui mãe muito jovem, com 19 anos meu primeiro filho

nasceu. E eu fui dando prioridades, fazendo esses cursinhos que eu podia fazer de capacitação, mas a minha graduação só veio mesmo em 2021, que eu consegui finalmente finalizar, com uma bolsa de 100% e virtual, porque também nesse período eu estava desempregada, ou seja, também não conseguiria seguir em uma faculdade, se eu tivesse que pagar a faculdade ou se eu tivesse que pagar, por exemplo, transporte para poder ir. Na pandemia, eu sou uma das graduadas na pandemia, consegui graduar ali em 2021, fevereiro, e consegui a minha especialização agora no final do ano, em dezembro, eu consegui também a minha especialização, enfim, tenho uma pós também em gestão de pessoas, que assim, falei: "Pô, agora é meu momento", eu falo assim que agora que é meu momento. (SERENATA, abril, 2022).

No Brasil, as trajetórias escolares de negras e negros são atravessadas pelas desigualdades, denunciadas pelo Movimento Negro ao longo de décadas. Haja vista, os indicadores sociais e escolares que mensuram distorção idade-série, reprovação, evasão, desempenho, relação professor-estudante, qualidade da escola, demonstram as disparidades entre negras/os e brancas/os no acesso e permanência nos sistemas de ensino. A população negra representa o que Miguel Arroyo (2011) denomina de rostos apagados no currículo, pois não se veem representados nos conteúdos escolares. Além disso, enfrentam a invisibilidade das suas existências pelos sistemas de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

d) Sinfonia

Sinfonia mora na Serra, é mãe de três filhos, encontra-se prestes a se tornar avó, notícia que me contou recentemente por mensagem, em meio a risadas. Servidora do Estado de Minas Gerais há 22 anos, é também atriz e uma das fundadoras do grupo de teatro Morro Encena.

Eu sou nascida e criada aqui no Aglomerado da Serra, na Rua X, especificamente. É importante porque a Rua X tem um lugar especial. Eu acho que dentro do meio artístico da Serra, porque eu estou no meio da Rua X, que não é a rua principal do Cafezal. Mas, na ponta de lá, tem o DG (nome fictício), que é uma cara fera do rap e, na outra ponta, tem o MM (nome fictício), que é outro cantor fera também capoeirista da Serra. E eu estou no meio disso tudo, e falo a nossa rua é a melhor. Tem todos os problemas de rua de Aglomerado e coisa e tal. Mas é isso, eu fui nascida e criada lá. Minha infância foi bem assim, eu sou a quinta filha de seis irmãos, sendo que são duas meninas, abaixo de mim tem um menino, e outros três mais velhos (SINFONIA, abril, 2022).

Sinfonia também ressaltou a atuação, junto à irmã, nesses projetos dentro do Aglomerado da Serra, desenvolvidos, a princípio, na igreja e em escolas. Ainda na adolescência, acontecera o envolvimento com um grupo de teatro. Destacamos que tanto Sinfonia quanto Serenata mantêm-se articuladas na construção de iniciativas artísticas e culturais.

A gente começou a trabalhar com esse grupo fora. Aí foi 16, 17, a nossa relação com a educação, a gente sempre meio que estava assim, quando você não estava ensinando nada lá da igreja, a gente estava ensinando essas outras coisas. Aí a gente entrou no grupo de teatro, ficamos muito tempo no grupo de teatro, o grupo de teatro fazia intervenções, fazia coisa e tal, mas não era nada profissional (SINFONIA, abril, 2022).

A fala de Sinfonia, ressaltando sua articulação junto à irmã em movimentos sociais desde a juventude, nos lembra da emergência do ativismo juvenil no Brasil.

No Brasil, os movimentos dos jovens em geral e dos jovens negros das periferias e das favelas, em particular, revelam uma nova subjetividade. Sua dinâmica de luta forma-se no cruzamento dos comportamentos de resistência e das redes sociais de produção: neste cruzamento, sem nenhuma nostalgia do Estado neoescravista e corporativo, transforma-se o espaço público em espaço do trabalho comum. Os movimentos culturais, assim como as redes de cursos, administrados em autogestão, para a universalização do acesso dos negros e pobres às universidades “públicas” (na realidade, “estatais”) convergem na construção de um espaço comum de resistência e produção que constrói alteridade, seja em relação ao Estado, seja em relação ao mercado e deslocam a retórica consensual dos direitos dos homens para o terreno ético dos modos de existência de homens dotados de direitos: assim resistem ao presente, criando (NEGRI; COCCO, 2005, p.57).

Na entrevista de Sinfonia, percebemos a referência à avó paterna, pontuando a emoção da sujeita ao dizer sobre essa figura em sua trajetória. Nesse momento, as lágrimas e as lembranças trouxeram a figura feminina de maior representação na vida de Sinfonia que apoiava a mãe dela no cuidado dos filhos.

A minha avó é a pessoa mais importante da minha vida e aí é complicado, porque a minha mãe é muito importante na minha vida, mas a minha avó sempre estava lá, então, tipo assim, era porto seguro. A vovó foi embora tem poucos anos e é muito difícil falar dela, mas ela foi embora com 102 anos, sabe? E é difícil falar da infância sem falar dela porque ela que estava lá. O meu pai foi embora cedo e eu acho que minha avó ficou nesse lugar de querer, eu acho que ela queria compensar, não sei, a falta do meu pai, o meu pai era o segundo filho mais velho dela e ela que ajudava a minha mãe, minha mãe trabalhava em três empregos (SINFONIA, abril, 2022).

Na entrevista, Sinfonia narrou os desafios enfrentados para acesso e permanência no Ensino Superior. Os programas estudantis no nível federal, junto à organização familiar, auxiliaram na conclusão dessa etapa. Sinfonia graduou-se em Rede de Computadores.

Eu entrei para a faculdade assim, arriscamos, juntamos um dinheiro, pegou um salário e falou vou pagar a matrícula desse dia, vou pagar a matrícula para fazer o primeiro período e no decorrer da faculdade a gente ver como vai pagar, junta o dinheiro, paga atrasado. Tipo assim, eu tinha seis meses para ver como ia ser, seis meses e seis mensalidades, matrícula. Mas foi tipo loucura mesmo, mas não foi. Eu falo assim a minha intuição eu acho que ela é muito boa, eu costumo ouvir a minha intuição. Nessa época, eu falei com o meu marido vou ou não vou, vou ou não vou, vou ou não vou, vou, decidimos juntos, vou. Eu vou e como vai fazer para pagar? Ainda não sei, a gente vai dar um jeito. Ai fiz o semestre todo, iniciei em julho no meio do ano, quando chegou em novembro, a faculdade colocou uns papéis lá, mandou nos *e-mails* de todo mundo falando

o seguinte, era o ano de reconhecimento do meu curso no MEC, então, a primeira turma de formandos ia ser naquele ano. Para o MEC poder reconhecer o curso, todas as questões de curso tinham que estar regularizadas de todos os semestres e, naquele ano específico, as bolsas de Prouni não tinham sido distribuídas, então eles pediram autorização no MEC para aplicar uma prova interna para regularizar o curso. Eu fiz a prova interna na faculdade, tirei primeiro lugar, 100% de bolsa. O Prouni cobriu tudo que eu já tinha estudado e dali eu formei de Prouni (SINFONIA, abril, 2022).

O acesso de Sinfonia ao Ensino Superior demonstra a importância das políticas de ações afirmativas, neste caso, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Essa política pública foi instaurada em 2004, com o objetivo de oportunizar o ingresso de estudantes de baixa renda no Ensino Superior.

As políticas afirmativas são, pois, medidas voltadas para a correção das desigualdades e a garantia de direitos, ou seja, visa garantir a grupos excluídos meios e oportunidade de participação em todos os setores da sociedade. Segundo Jaccoud e Beghin (2002, p. 67), as ações afirmativas são políticas que: “Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social” (MARQUES, 2018, p.4).

e) Sol Maior

Serenata e Sinfonia fundaram a Coletiva Mulheres da Quebrada, junto à Sol Maior, uma das principais figuras da organização. Sol Maior cresceu na Vila Marçola, junto aos seus sete irmãos. Desde cedo, assumiu a responsabilidade de cuidar dos seus irmãos, convivendo com momentos de violência familiar e violência no entorno da sua casa. Durante sua adolescência, a mãe enfrentou problemas de saúde que conferiram à Sol Maior a chefia nas atividades ligadas ao cuidado da casa e dos irmãos. “Eu virei meio mãe dos meus irmãos por um longo tempo, trabalhar, estudar, cuidar dos meus irmãos” (SOL MAIOR, maio, 2022). Destaco que já havia lido sobre Sol Maior em materiais produzidos sobre a cena cultural da comunidade, como, por exemplo, o “Guia ⁴⁹ Afetivo do Aglomerado Serra”, já citado nesta dissertação. Sol Maior ministra aulas de dança, além de formações baseadas no ser mulher no contexto de um território considerado periférico, nas trajetórias e desafios das mulheres negras, nas corporeidades femininas. Nesse sentido, as angústias vivenciadas no contexto periférico que despertaram nela o desejo de se mobilizar diante das opressões que ali tomam espaço: racismo, machismo, pobreza. Em sua fala, destacou a constante imprevisibilidade do cotidiano na periferia:

A Coletiva, hoje, é isso, proporciona esse lugar de muita reflexão, porque a gente não vem de um processo que a gente tem pai e mãe ricos e que a gente acessou todas as informações e que a gente tem direitos básicos garantidos. A gente vem, totalmente, fora dessa lógica. É tipo a maré, a maré vem, a gente

⁴⁹ Ver páginas 54 e 55.

está indo contra ela. E aí chega um momento de refletir: será que esse caminho é esse caminho mesmo? É isso mesmo? Porque é tão duro você ir na busca de uma coisa lógica, que um direito básico (SOL MAIOR, maio, 2022).

Nos relatos de Sol Maior existe uma preocupação com a coletividade, acompanhada de indignação e desejo de luta, além do forte sentimento de pertencimento ao Aglomerado da Serra. Segundo Sotero et al (2021), a população negra empreende lutas históricas pelo direito a uma vida digna, no combate ao racismo, à exploração, à pobreza.

Os corpos negros demonstram suas lutas pela conquista de direitos, à medida que põem em pauta o conflito entre o sujeito corporificado e o corpo-produto, resultante do capitalismo comercial e financeiro, pois suas presenças transformam o modo como a cidade é apropriada e simbolizada, subvertendo a ordem urbana. E, recorrendo a Ribeiro (2007, p. 4), podemos salientar que “o corpo, ao aglutinar impulsos vitais e normas sociais, constitui-se numa concreta demonstração da conquista ou da ausência de direitos. A sua autonomia, liberdade de movimento e plena realização informam sobre a afirmação do sujeito social (SOTERO; PEREIRA; SANTOS, 2021, p. 1322).

Nas entrevistas realizadas com Sinfonia e Serenata, ambas chamaram atenção para uma tatuagem que Sol Maior carrega no braço. As irmãs me relataram que a história da tatuagem era impactante, pela simbologia que apresentava. Nessa direção, Sol Maior contou da seguinte forma:

Tem um amigo meu que é o Pelé, lá do Morro do Papagaio, ele fez um desenho, e eu olhei aquele desenho e falei que eu queria fazer uma tatuagem para a minha avó, mas eu não sabia que tatuagem e, na hora que eu vi esse desenho, eu falei: "nossa, é esse desenho". Aí mandei para ele: “Pretão: "estou querendo usar uma imagem sua para fazer uma tatuagem, só trocaria o rosto, é tranquilo?" E ele: "nossa, Preta, é tranquilo". E aí foi o momento que eu fiz essa tatuagem, que tem muita importância na minha vida, tem muita, muita importância. A tatuagem é o rosto da minha avó, mas a cabeça é a favela, onde é o território que eu me sinto bem. Eu me sinto bem, é o lugar que hoje me provoca a procurar conhecimento, o lugar que me provoca a eu procurar recursos para levar para esse lugar que também me formou e forma todos os dias, me potencializa, mas também me deixa fraca, me deixa incapaz, me deixa muito mal. Mas é um lugar que eu, enquanto pessoa, venho desse lugar onde eu acredito que é um território que me inspira. (SOL MAIOR, maio, 2022).

Quando da realização da entrevista, a avó se encontrava enferma, após sofrer alguns acidentes vasculares cerebrais, o que provocava em Sol Maior o medo de sua partida. Esse medo era trabalhado nas sessões de terapia que frequenta. A figura dessa avó, nomeada por Sol Maior de preta velha, significava cuidado e ancestralidade.

Minha avó vai embora em algum momento, e eu preciso estabelecer algo com ela", que já é estabelecido, porque hoje eu sou como eu sou e estou onde eu estou, tem muito a ver com a minha construção com a minha avó e com a minha mãe, de acreditar muito nas folhas, de acreditar nos banhos, onde me fortalece, acreditar nas velas. E a minha avó foi uma mulher que é o meu espelho para tudo, tanto que eu criei um trabalho no Pro-Jovem com os meninos: qual é a mulher que você se espelha? A gente fez um documentário e foi muito potente isso, porque, naquele momento, eles estavam nesse processo de reflexão de quem eu me espelho. (SOL MAIOR, maio, 2022).

No contexto das mulheres que referenciam sua vida, Sol Maior ressaltou também a mãe. “Mesmo tendo pai, mas as pessoas de referência para a minha vida são minha mãe e minha avó” (SOL MAIOR, maio, 2022). Diante das entrevistas com alto grau de profundidade, emoção e que nos trouxeram tantos aspectos importantes, percebemos o papel de mulheres nas vidas dessas mulheres: são mães, avós, tias. Portanto, são mulheres espelhando outras mulheres. Dessa maneira, Sol Maior comparou essas matriarcas aos espelhos numa música que complementava a tatuagem em reverência à sua avó.

Essa questão da minha avó, entre esse rosto e a cabeça, ser a Serra, que a minha avó também está ali, na luta, uma preta velha que está na luta por muito tempo. E aí eu faço uma frase, que é uma frase que eu escutei, que é de uma música, mas eu mudo ela: que o meu medo maior é meu espelho se quebrar. E aí é esse o meu medo maior, é meus espelhos se quebrarem, que se trata da minha mãe e da minha avó (SOL MAIOR, maio, 2022).

Entendemos que a mãe a avó possuem uma enorme potência na vida de Sol Maior. Nessa direção, nas culturas africanas existe um respeito aos mais velhos, que guardam a ancestralidade consigo. “Assim, a/o mais velha/o de um grupo é o vínculo entre os antepassados e seus descendentes, portanto, é ela/e quem fortalece a vida de sua comunidade” (ARAUJO, 2021, p.33).

3.4 O fazer antirracista da Coletiva Mulheres da Quebrada

O objetivo principal desta pesquisa é compreender as estratégias construídas pela Coletiva Mulheres da Quebrada para uma educação antirracista. Para analisar esse aspecto mais de perto, apresentaremos algumas ações desenvolvidas por elas. Retomaremos um evento que mencionamos anteriormente, o encontro ocorrido em parceria com o Bloco Seu Vizinho no dia 11 de setembro de 2021. A atividade aconteceu numa tarde de sábado, contando com a presença de Serenata, Sinfonia, Sol Maior, uma pesquisadora que faz parte da Coletiva, quatro mulheres da comunidade, quatro membros da gestão do Seu Vizinho, um pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto e uma fundadora da Coletiva Pretas em Movimento⁵⁰. A maioria das/os sujeitas/os que fazem parte da ação é preta⁵¹ ou parda, na faixa entre 30 e 50 anos, sendo ainda em grande parte moradoras/es do Aglomerado da Serra.

Podemos observar que essa roda de conversa se constituiu enquanto mecanismo de combate não somente ao machismo, mas sobretudo ao racismo, principalmente

⁵⁰ Coletivo formado por negras/os que buscam fomentar a ocupação dos espaços de poder para incidir sobre a construção das políticas públicas para essa população.

⁵¹ Baseando-se na minha heteroidentificação.

relacionado às mulheres negras. A representante da Coletiva Pretas em Movimento trouxe discussões relevantes sobre feminismo negro, sobre como o racismo atravessa as trajetórias das mulheres negras. Refletindo sobre os modos de resistências das mulheres, sobretudo as negras às opressões sexistas e racistas, abordou-se o conceito de “afrosurto”.

É como se de repente, ficássemos lúcidos das falácias, assimilações, amarras e alienações causadas pelo discurso hegemônico de universalidade e democracia racial e precisássemos extravasar essa angústia pela rejeição violenta a branquitude e tudo que ela representa [...] (NJERI, 2020, p.191).

O “afrosurto” relaciona-se com a descoberta do direito à voz, de expressar a indignação e projetar transformações na sociedade brasileira, permeada pelo racismo. As mulheres residentes no Aglomerado da Serra debateram sobre suas formas de enfrentamento ao racismo, ao patriarcado, dizendo sobre a importância de educar as futuras gerações para terem consciência e reconhecimento à diferença.

Nos diálogos tecidos nesse primeiro momento após quase dois anos de distanciamento social, notei uma presença ainda pequena das moradoras do Aglomerado da Serra, talvez pela incompletude do protocolo vacinal contra a COVID-19. No ano de 2022, com a expansão da vacinação e uma melhora nos números com relação à pandemia, os encontros sobre as diversas especificidades das trajetórias femininas residentes no Aglomerado da Serra, que são divulgados nos grupos “Parças” e “Embaixadoras” e pelo *Instagram*, atraem muitas participantes. Nessa direção, em abril de 2022, começa o projeto “Mulheres que dançam”, que consiste numa vivência, conduzida por Sol Maior (gestora da Coletiva) e outra artista⁵² colaboradora da equipe, utilizando o espaço do Teatro Espanca⁵³ e a sede da Coletiva, envolvendo dezenas de mulheres da comunidade, em idades que abrangem desde crianças até idosas. A iniciativa é realizada no período noturno, quinzenalmente, até o final de 2022. O intuito desses encontros é estabelecer entre as mulheres uma relação e descoberta dos seus corpos, a partir do movimento da dança.

Participei na primeira vivência do projeto, ocasião na qual a Coletiva custeou um microônibus para transportar as dez mulheres, algumas acompanhadas de crianças, da

⁵²Mulher negra, dançarina, professora em companhias de dança afro, balé clássico e contemporâneo. Pesquisadora de Capoeira e atual gestora do Teatro Espanca.

⁵³ A sede do Espanca! está localizada no hipercentro de Belo Horizonte, numa região de grande efervescência cultural. Localizada embaixo do tradicional viaduto de Santa Tereza, está próxima a diversos centros culturais, praças cívicas e estações de transporte coletivo. Além de abrigar as atividades do grupo, está aberta a diversas manifestações artísticas e culturais.

Sede da Coletiva ao Teatro Espanca. Durante o trajeto do Aglomerado da Serra até a Praça da Estação, percebi a expectativa e a empolgação dessas sujeitas. Cerca de dez outras mulheres foram se juntando de diferentes regiões de Belo Horizonte, dentre elas uma venezuelana, que relatou ter dito à família que sairia para dançar e viver um momento com seu próprio corpo. As professoras de dança exploraram o espelho, o prazer de se enxergar e se perceber na sua essência. Num dos momentos, as mulheres dançam e simulam um ensaio fotográfico, o que evidencia a perspectiva de resgatar a autoestima dessas sujeitas.

Notamos que, para além desse processo de (re) descoberta de si, resgatam-se e valorizam-se ritmos do legado diaspórico africano: afrodance, funk, danças urbanas. Podemos perceber nas oficinas de dança, o trabalho com a corporeidade negra, que, conforme Sotero; Pereira e Santos (2021), “recupera os saberes inscritos no corpo e, na comunhão destes, expressa sentidos de resistência e atos de rebeldia” (SOTERO; PEREIRA; SANTOS, 2021, p. 1321). Continuam afirmando o espaço de descortinamento da corporeidade negra:

O corpo negro, constituído como corporeidade participa das redes sociais, da ocupação do espaço público e cerimônias com o objetivo de comunicar a cultura e a história afro-brasileira por meio de danças, ritmos, músicas, mas também de narrativas e outras formas de sentir e perceber o mundo que integram outras maneiras de aprender-ensinar-criar. Os eventos que reúnem corpos e tornam visíveis a corporeidade negra são momentos de composição de outras narrativas sobre si mesmos, pois, nestas ocasiões, apresentam processos criativos de formação de conhecimentos sociais, compartilhamento de saberes políticos e colaboração para melhor viver nos territórios onde habitam (SOTERO; PEREIRA; SANTOS, 2021, p. 1323).

Pensar ações que envolvam a corporeidade, a partir dos estilos musicais que remontam da diáspora, centralizando saberes historicamente invisibilizados pelo sistema colonial eurocêntrico, proporciona experiências de reencontro com a cultura e identidade negra. Como pondera Luiz Rufino (2019),

[...] as experiências transatlânticas constituídas a partir dos processos de dispersão/travessia das populações negro-africanas nas Américas-conhecida como diáspora africana- tecem uma esteira de saberes que forjam um assentamento comum nos processos de resignificação do ser, suas invenções de territorialidades, saberes e identidades. Essas experiências buscam reconstituir – a partir do imaginário de África- os elos de pertencimento alterados a partir do trânsito contínuo e da impossibilidade de retorno. A diáspora negra está a se constituir cotidianamente nas práticas, tecendo conhecimentos que nos possibilitam a produção de um projeto político/poético/ético/ antirracista/ descolonial (RUFINO, 2019, p. 42).

Na direção das ações antirracistas da Coletiva Mulheres da Quebrada, destacamos, ainda, a preocupação com o autocuidado e a saúde mental das sujeitas residentes nas vilas

do Aglomerado. Com isso, o eixo Gotas de Cuidado organiza, semanalmente, no período noturno, um grupo nomeado de “Perdas e lutos”. Este é um momento em que as mulheres da comunidade compartilham suas dores e elaboram estratégias para enfrentá-las. Estamos dizendo de um público de maioria negra. Dessa forma, Vilma Piedade nos lembra que “tem uma dor constante que marca as Mulheres Pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do Racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos Pretos. Todas Pretas” (PIEIDADE, 2018, p. 14). Acrescentamos: quem mais perde seus parceiros, seja por morte ou abandono? Segundo o Atlas da Violência, publicado em 2021, no ano de 2019, negras e negros (soma dos pretos e pardos conforme a classificação do IBGE), representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Comparativamente, entre os não negros, a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior à de uma pessoa não negra. Diante do exposto, no ano citado, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras.

Os encontros do Grupo de Perdas e lutos tem alcançado dezenas de mulheres em cada edição. Apresentamos a seguir o cronograma desses encontros.

Quadro 2- Cronograma do Grupo de Apoio Perdas e Lutos/Gotas de Cuidado

Data	Temática
07/04/2022	Abertura e inscrições de participantes
28/04/2022	Luto: como lidar com essa dor?
05/05/2022	Por que é tão difícil lidar com a morte?
12/05/2022	Quem eu mais amava se foi: sobre o desapareço
19/05/2022	Sobre a impermanência: Qual o sentido da vida?
26/05/2022	A culpa
02/06/2022	Assumindo as rédeas da própria vida
09/06/2022	Lembranças: cartas, fotos, lembranças no geral
23/06/2022	Fechamento/confraternização

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No segundo semestre de 2022, o eixo Gotas de Cuidado abordou outro assunto relevante para as mulheres do território: a violência doméstica contra a mulher e os impactos do isolamento social ocasionado pela COVID-19 no aumento dos casos.

Entendendo que muitas dessas mulheres não se compreendiam dentro de um processo de violência e violações, elaborou-se o “Ciclo de Debates-Faces da Violência”, que reuniu profissionais de variadas áreas de atuação (serviço social, saúde, direito e educação), tecendo conversas, escuta de reflexões com as moradoras do Aglomerado da Serra. Mostramos abaixo a organização dos encontros.

Quadro 3- Ciclo de Debates-Faces da Violência

Ordem dos encontros	Temática	Profissional convidada
Primeiro encontro	Relacionamento abusivo: Lei Maria da Penha- O que deve ser mudado?	Procuradora do Estado de Minas Gerais
Segundo encontro	Reflexos da violência contra mulheres, crianças e adolescentes no contexto escolar	Educadora
Terceiro encontro	Lei Maria da Penha: o que você mulher precisa saber?	Advogada
Quarto encontro	Educação como forma de empoderamento na luta contra as diversas formas de violência doméstica	Assistente social

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os encontros são divulgados a partir das redes sociais da Coletiva. Destaco que os retornos das mulheres pelos grupos de *WhatsApp* demonstram a dimensão que esses momentos conferem às suas vidas: escuta, cuidado, acolhimento. No nosso entendimento, cuidar da saúde mental das mulheres negras, acolher suas dores também representam uma estratégia educativa antirracista de (re) existência numa sociedade marcada pelo racismo e suas repercussões que atingem a população negra cotidianamente.

Dessa forma, trouxemos a hipótese que a Coletiva constrói pedagogias antirracistas decoloniais, à medida que configura práticas não-hegemônicas, centralizando nas populações historicamente colocadas às margens, questionando, debatendo e movimentando o sistema colonial vigente, enfrentando o racismo, o sexismo, a negação de direitos. Oliveira e Candau fundamentam-se em Catherine Walsh, para pensarmos no que seria a pedagogia decolonial:

[...] uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto, não somente denunciativa – em que o termo *insurgir* representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebe a pedagogia como política cultural (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 28).

Lembramos do papel educativo que os movimentos sociais desempenham, desenvolvendo suas próprias pedagogias, a partir de ações. De acordo com Miguel Arroyo (2003),

os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade [...]. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2003, p. 32).

Dessa maneira, a Coletiva Mulheres da Quebrada articula-se para as lutas pelo Bem Viver das sujeitas do território periférico que afetam, a partir das ações por uma sociedade diferente que reconheça as mulheres negras e periféricas enquanto protagonistas. Tais articulações perpassam por iniciativas que combatem os abandonos do poder público, causados pelo racismo estrutural, pela necropolítica⁵⁴ e suas consequências, tais como: a insegurança alimentar; a degradação do direito à saúde física e mental; a exploração do trabalho (levando corpos à exaustão), ao sucateamento do transporte público, dos espaços de moradia e lazer.

Portanto, a educação antirracista é compreendida nas práticas de fortalecimento das mulheres do Aglomerado, vistas nas entregas de 200 cestas básicas mensalmente; no combate à pobreza menstrual⁵⁵, ofertando produtos de higiene íntima e discutindo o tema; nas divulgações de vagas de emprego através das redes. Além disso, o antirracismo está presente nas mobilizações engendradas pela Coletiva, movimentando as sujeitas do território pela melhoria da qualidade dos ônibus⁵⁶, contra a degradação ambiental que

⁵⁴ Baseamo-nos no conceito de necropolítica, desenvolvido pelo estudioso camaronês Achille Mbembe (2016). Segundo o autor, necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder (conceito foucaultiano) e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável, mas não aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça.

⁵⁵ A pobreza menstrual representa a falta de acesso a produtos básicos para a higiene no período menstrual, tais como absorventes. Relaciona-se, ainda, à ausência ou precariedade de infraestrutura no ambiente onde vivem, como banheiros, água e saneamento. Segundo dados do UNICEF, no Brasil, 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. Além de privação de chuveiros em suas residências, 4 milhões de meninas sofrem com, pelo menos, uma privação de higiene nas escolas. Isso inclui falta de acesso a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes. Dessas, quase 200 mil alunas estão privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na escola. (Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos, UNICEF, 2021). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

⁵⁶ <<https://bhaz.com.br/noticias/bh/empresas-de-onibus-anunciam-reducao-de-viagens-em-bh/#gref>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ameaça⁵⁷ a Serra do Curral, que contorna e abriga o Aglomerado da Serra, inclusive com uma comunidade tradicional na área. Ademais, elaboram-se estratégias para visibilizar, refletir e manifestar-se sobre assuntos que repercutem diretamente sobre as ditas “minorias” no Brasil. Com isso, a Coletiva produz textos⁵⁸ que estimulam a reflexão e os diálogos que são veiculados nas suas redes sociais.

Esses textos produzem intensos diálogos *on-line* e presencialmente, sobretudo com agentes de fora do Aglomerado: sociedade civil, parlamentares, representantes da justiça, fomentando na construção de ações que tensionam a lógica colonial que experimentamos na realidade brasileira, ancorada no racismo e no patriarcado. Dentre reflexos dessas movimentações, citamos a Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em junho de 2021, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, coordenada pela deputada estadual Andreia de Jesus. Essa reunião teve o objetivo de tratar das demandas das mulheres do Aglomerado da Serra, representadas pela Coletiva: insuficiência de serviços públicos, dentre eles, transporte, educação, saúde e assistência social. Para isso, contou com três representantes das Mulheres da Quebrada, uma moradora do Aglomerado e outras/os representantes da sociedade civil (conselheiros, secretários, dentre outros). Antes desse momento, a Coletiva realizou intensa mobilização no grupo “Parças”, explicando a importância da participação de todas e levantando as principais reivindicações. Dentre as demandas apresentadas pelas moradoras do Aglomerado da Serra, estão o saneamento básico, visto que muitas moradias convivem com esgoto a céu aberto. Essas mulheres salientam a importância de um projeto de habitação popular, pois parte delas paga aluguéis incompatíveis com suas rendas. Na audiência citada, são explicitadas outras demandas: serviços de saúde mais efetivos, principalmente saúde da mulher e mental; atendimento do SAMU no interior da favela; aproximação maior dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); investimento no empreendedorismo feminino; alternativas para as/os jovens que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa; espaços de lazer voltados à juventude e infância; mais Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) no interior das vilas; internet acessível; transporte público de qualidade; combate à violência policial, dentre outras. Aliás, a pauta sobre a violência policial marcou o mês de junho no Aglomerado

⁵⁷https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/30/interna_gerais,1363157/copam-autoriza-mineradora-na-serra-do-curral-decisao-saiu-de-madrugada.shtml .

⁵⁸ Alguns dos textos estão disponíveis nos anexos.

da Serra, visto que um jovem⁵⁹ negro de 18 anos foi assassinado por um militar, com um disparo nas costas. Conforme Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020),

tão crucial é o racismo como princípio constitutivo, que estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não o têm, haja vista o conflito entre forças do Estado e populações negras periféricas das grandes cidades brasileiras, expresso no que tem sido nomeado como genocídio da juventude negra (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 11).

Durante a audiência pública, a vereadora Iza Lourença destacou, em seu discurso, o descompromisso do Estado perante a população favelada, negando direitos básicos.

Em primeiro lugar, falar do tamanho do Aglomerado. Eu acho isso importante, porque muitas vezes isso vai ser utilizado como desculpa pra falar: ah, mas a gente não consegue dar conta de tanta gente, de tantos lugares, um espaço desse tamanho. Isso, eu acho que é um absurdo quando eu escuto esse tipo de argumento, porque é como se o Aglomerado tivesse que caber dentro do poder público, e não o poder público que tivesse que caber para o Aglomerado. E não que a máquina do poder público tivesse que dar conta de toda essa complexidade, de todo o território, assim como dá conta de outras regiões da cidade. Então, eu queria começar falando isso assim. E falar que o tamanho do Aglomerado, eu acho que tem uma potência muito grande. Então tem que ser encarado como potência e não como desculpa para não dar conta de todo o território, sabe. É nítido aos nossos olhos que o Aglomerado traz contribuições culturais, artísticas, enfim, de renda, de várias coisas pra cidade, que é muito importante, sabe. Tem um valor pra cidade, um valor muito grande. Então, assim, isso precisa ser potencializado, e não violentado, que na prática é isso. Que na prática, é o que vocês disseram aqui: o SAMU não sobe, o camburão sobe. Não é uma questão de não poder, de não ter como (LOURENÇA, junho, 2021).

Com isso, diante da atenção dos setores mencionados, percebemos que as mobilizações antirracistas da Coletiva têm se ampliado para além do Aglomerado da Serra. Ainda nesse viés, em maio de 2022, visitamos uma escola da Prefeitura de Belo Horizonte, situada dentro da Secretaria Municipal de Educação. A iniciativa nasceu do convite realizado pela gestão da unidade escolar que se deparou com desafios para tratar de questões que as jovens estudantes do nono ano apresentavam, sobretudo relacionadas à autoestima e a brigas entre si. Portanto, a Coletiva realizou, no primeiro momento, uma escuta potente dessas meninas que retratavam dilemas com relação à estética, feminismo, sexualidade, afetividade. Eu me envolvi com essa ação desde o início e, com base nessa escuta sensível, habilitei-me para elaborar, junto à Coletiva, um plano de ação para ser desenvolvido na escola, centralizando na autoestima das adolescentes e na circulação e troca de saberes em outros espaços da cidade: Teatro Espanca, Espaço Odara, sede da

⁵⁹ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/06/29/jovem-negro-de-18-anos-e-morto-durante-operacao-policia-no-aglomerado-da-serra-em-bh.ghtml>

Coletiva, numa proposta de encontro com as mulheres do Aglomerado da Serra. Conforme Nilma Gomes (2019), os projetos políticos pedagógicos das escolas, as políticas educacionais, a construção dos currículos escolares, a produção acadêmica tem dificuldade de reconhecer os saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. Por isso, enfatizamos a importância da abertura dialógica da instituição escolar em questão, trazendo a Coletiva para a centralidade das discussões com suas discentes.

3.5 8M na Quebrada: Bora pra Rua!

Após dois anos em isolamento social, a Coletiva mobilizou-se para a realização de um evento que marcasse o dia 8 de março, data nomeada de “Dia Internacional da Mulher”. A proposta consistiu num ato chamado “8 M na Quebrada”, que ocorreu no dia 12 de março de 2022, sendo organizado através de uma força tarefa das “Mulheres da Quebrada”, com o apoio de moradoras do Aglomerado da Serra, mobilizadas nas redes sociais através do grupo “Parças” e presencialmente. Nas reuniões que antecederam a iniciativa, a questão do protagonismo da comunidade ocupou lugar central, inclusive com a participação das moradoras nos vídeos de divulgação da ação.

Envolvei-me intensamente nos arranjos e na condução do evento, panfletando na comunidade, num chamado à participação de todas/os. No momento de divulgação à imprensa, que se realizou na semana precedente ao 8M na Quebrada, senti, mais uma vez, a grandeza e a potência do Aglomerado da Serra em cada moradora/o encontrado, que recebia Sol Maior junto a mim, com frases do tipo “Vamos colar lá no domingo”; “Que bacana. Tamos precisando desse tipo de evento”; “Pode levar as crianças e chamar mais gente?”. Anunciar a ação envolveu estabelecer parcerias, dentre as quais, uma conversa com o proprietário do bar localizado exatamente no lugar do ato, que permitiu a utilização do banheiro às pessoas presentes e o uso da energia elétrica do estabelecimento para o funcionamento do equipamento de som. Nesse sentido, fez-se necessário pensar na logística, materialidade, participações artísticas, por parte da equipe da Coletiva. A materialidade foi toda arrecadada na base da doação de itens para alimentação, som, álcool, máscaras, dentre outros. Destacamos que a logística funcionou na base do “empresta seu carro, leva ali pra gente”. Apresento a seguir, o cronograma de construção da iniciativa.

Quadro 4- Cronograma 8 M na Quebrada

Data	Ação
22/02/2022	Elaboração, no grupo “Parças” organizada por Sol Maior, de frases relacionadas ao combate à violência contra a mulher.
22/02/2022	Articulação por parte de uma das componentes da Coletiva de apoios e participação de grupos culturais no evento.
22 a 26/02/2022	Levantamento das frases que surgiram no “Parças” e organização num arquivo (fui a responsável por essa atividade).
28/02/2022	Envio das frases para a equipe de comunicação da Coletiva para impressão dos cartazes. Prazo final para finalização da arte que compôs o panfleto do evento.
22/02/2022 a 12/03/2022	-Articulação com instituições (Ministério Público, CRAS, Centros Culturais), parceiros (Coletivos, iniciativas privadas), grupos “Parças” e “Embaixadoras”, representantes do poder legislativo: importância da participação no evento. -Ofício para a Bhtrans, solicitando a realização do evento na rua.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Lembramos que a ideia central do 8M se organiza em protestar em combate às violências sofridas pelas mulheres do território: racial, doméstica, sexual, de classe. Ademais, o projeto 8M na Quebrada nasceu da ausência e silenciamento das mulheres negras e da favela na construção do feminismo branco dominante. Diante da temática das violências contra a mulher, a Coletiva preocupou-se com a sutileza e o cuidado na abordagem das moradoras da comunidade com relação à temática, para não haver exposição ao risco. Nesse intuito, organizaram-se rodas de conversa que precederam o evento para discussões sobre as violências sofridas pelas mulheres negras, periféricas, na nossa sociedade. Durante tais encontros, as mulheres da comunidade construíram frases, que foram coladas em pontos do Aglomerado no dia do ato.

Além do mais, a Coletiva organizou um churrasco colaborativo na Rua da Água (Vila Marçola), principal ponto de concentração do 8M na Quebrada. O churrasco oportunizou momentos de encontro e diversão para as moradoras das diversas vilas, mulheres que costumam não dispor de tempo para cuidarem de si. Nesse ponto, funcionava da seguinte maneira: a churrasqueira estava montada, com pessoas parceiras da Coletiva revezando no seu comando, e as/os participantes que pudessem, levavam um item para ser assado.

Figura 5 - Folder de divulgação 8M na Quebrada



Fonte: Coletiva (2022).

A comunidade envolveu-se de forma intensa, acolhendo a Coletiva em suas casas para o que fosse necessário. Desse modo, ao longo do dia, ouvi muito as seguintes frases: “Quer um café?” “Eu faço o arroz” “Quer usar o banheiro lá de casa?” “Come biscoito.” “Quer água?” “Vem conhecer minha casa.” No dia 12 de março, a equipe da Coletiva chegou à Rua da Água, por volta das 10 horas para organização. Éramos em torno de 15 mulheres, que montávamos o varal solidário com roupas, sapatos para doação e um canto para doação de livros. Algumas cuidavam do transporte dos itens necessários, fazendo várias viagens de carro. Nesse sobe e desce, uma moradora nos servia água, café, lanche, oferecia o banheiro e até me convidou para conhecer a sua casa, junto a outras duas integrantes da Coletiva. A mulher mostrava, orgulhosa, a residência de dois pavimentos, que abrigava uma família numerosa, demonstrando muito afeto pelo espaço. Em um certo momento, abriu a geladeira lotada de alimentos que recolhia em sacolões e supermercados, por apresentarem alguma avaria (amassado, dano na embalagem) ou estarem próximos do vencimento.

Além da relação de parceria com as/os moradoras/es, o evento contou com alianças junto a outros movimentos populares e setores da sociedade civil: Projeto Seu

Vizinho, Resistência Alvinegra⁶⁰, 8M Unificado⁶¹, Morro Encena⁶², Casa Tina Martins⁶³, Grupo Capoeira Origem⁶⁴. As representantes da Resistência Alvinegra distribuíram absorventes íntimos para a população do território, enquanto o Grupo de Capoeira Origem envolveu todas as gerações numa emocionante roda de capoeira que contou com crianças, jovens, adultos. O fechamento do 8M na Quebrada culminou numa caminhada, acompanhada pelo Bloco Seu Vizinho, perfazendo um trajeto curto, saindo da Rua da Água e passando por pontos de referência na comunidade. Nesse trajeto, foram colados os cartazes com as frases construídas pelas moradoras.

Ademais, estiveram, na ocasião, representantes dos órgãos estaduais e figuras dos legislativos municipais e estaduais: Promotoria da Mulher, Defensoria Pública, uma vereadora e deputada estadual, que pautam a defesa dos direitos das populações periféricas, com enfoque nas mulheres e na juventude negra. O 8M na Quebrada contou com a participação de, aproximadamente, 200 pessoas, representando um espaço de fala para a comunidade da Serra que assistiu e participou das atividades, entoou poemas, fez apontamentos contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres, o racismo, a invisibilidade. Dentre as poesias entoadas ao microfone, na Rua da Água, pelo público que acompanhava o ato, destacamos “Ainda assim eu me levanto”, de Maya Angelou⁶⁵:

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.
Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.
Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,

⁶⁰ Torcida organizada antifascista do Clube Atlético Mineiro que integra pessoas de diversas (idade, gênero, raça), na luta por uma sociedade justa e menos preconceituosa.

⁶¹ Movimento de mulheres que lutam pela defesa dos direitos de todas as mulheres. O 8M Unificado está presente em inúmeras cidades do Brasil.

⁶² É um grupo de teatro de rua (e ou, espaços alternativos), feminino, sendo as atrizes residentes no Aglomerado da Serra (Belo Horizonte/MG), atuando em peças de teatros que, preferencialmente, refletem sobre os Direitos Humanos e falam sobre a realidade social das periferias e gênero. O grupo foi fundado, dentre outras pessoas, com a participação das irmãs Serenata e Sinfonia, gestoras da Coletiva Mulheres da Quebrada.

⁶³ A Casa surgiu a partir de um olhar crítico do Movimento de Mulheres Olga Benário sobre a necessidade de reivindicar a efetivação dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência em Belo Horizonte (MG). Hoje, atua em quatro eixos: formação política, encaminhamentos (jurídicos e psicológicos), acolhimento e abrigamento.

⁶⁴ Grupo de capoeira, sediado no Aglomerado da Serra, que ministra aulas para moradoras e moradores do entorno.

⁶⁵ Poetisa negra estadunidense que trazia em sua obra críticas sociais, baseadas no enfrentamento ao racismo e na abordagem de gênero.

Como a esperança emergindo na desgraça,
 Assim eu vou me levantar.
 Você não queria me ver quebrada?
 Cabeça curvada e olhos para o chão?
 Ombros caídos como as lágrimas,
 Minh'alma enfraquecida pela solidão?
 Meu orgulho o ofende?
 Tenho certeza que sim
 Porque eu rio como quem possui
 Ouros escondidos em mim.
 Pode me atirar palavras afiadas,
 Dilacerar-me com seu olhar,
 Você pode me matar em nome do ódio,
 Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.
 Minha sensualidade incomoda?
 Será que você se pergunta
 Por que eu danço como se tivesse
 Um diamante onde as coxas se juntam?
 Da favela, da humilhação imposta pela cor
 Eu me levanto
 De um passado enraizado na dor
 Eu me levanto
 Sou um oceano negro, profundo na fé,
 Crescendo e expandindo-se como a maré.
 Deixando para trás noites de terror e atrocidade
 Eu me levanto
 Em direção a um novo dia de intensa claridade
 Eu me levanto
 Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
 Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
 E assim, eu me levanto
 Eu me levanto
 Eu me levanto.
 (ANGELOU, 1978, s/p).

Os versos citados trazem a insurgência contra as opressões, principalmente as impostas pela cor, pela origem periférica, pelo gênero. Nesse momento, quem estava presente se emocionou, entoando algumas partes da poesia junto, batendo palmas, vibrando. No 8M na Quebrada, a Coletiva mostra que transgredir é necessário: ocupar as ruas, ter voz, ser escutada, ter liberdade e que as ruas são lugares de encontros. No próximo capítulo, explicitaremos as análises das entrevistas realizadas, que evidenciam na Coletiva um espaço de combate ao racismo e aquilombamento.

4 ANTIRRACISMO E AQUILOMBAMENTO: “TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS”⁶⁶

As entrevistas realizadas com as cinco sujeitas tomaram o sentido de conversas durante sua realização, trazendo dimensões diversas para profundas reflexões. Entretanto, vamos nos ater à discussão de aspectos referentes aos sentidos conferidos por essas mulheres à atuação da Coletiva no combate/enfrentamento ao racismo. O racismo comparece nas narrativas da maioria das entrevistadas de forma dolorosa. Com isso, em sua indignação, Sol Maior reforça que não é possível superar o racismo, pois suas marcas e memórias permanecem por toda a vida.

Eu já vivi várias situações de racismo. Eu acho que não difere não vivenciar novamente, ainda mais quando se trata desse corpo enquanto mulher preta, periférica, e, nesse momento, me relacionando com mulheres. Nossa, eu já vivi situações complexas de racismo, e que o racismo, ele não é simplesmente só o ato em si, ele te fere como navalha, ele meio que vai te mutilando aos poucos, cada pedaço do seu ser (SOL MAIOR, maio, 2022).

Conforme Sueli Carneiro, as elites fazem da diferença racial uma ferramenta para forjar a superioridade branca e assegurar seus privilégios, “à custa da escravidão e da exploração” (CARNEIRO, 2002, p. 3). Essa desqualificação incide através de ações de extermínio, da ocupação de cargos trabalhistas com menores remunerações, dos altos índices de violência física e sexual, já exemplificados nesta dissertação. Sueli Carneiro nos recorda que o Brasil esconde a segregação provocada pelo racismo.

Ignora solenemente a concentração dos negros nas favelas, palafitas, cortiços, nas periferias das grandes cidades. Ou seja, encontra-se naturalizado o paradigma casa-grande e senzala, por isso trata-se com quase absoluta indiferença essas desigualdades raciais (CARNEIRO, 2002, p. 3).

Nesse processo de escamoteamento do racismo e suas repercussões, ocorre a destruição de identidades, a partir do adoecimento físico e mental. Por conseguinte, Grada Kilomba (2019) atenta para a negligência sofrida pelas vítimas do racismo, cujas consequências psicológicas são invisibilizadas.

E aí a gente vai para um lugar que é o lugar do adoecimento, mas não só do adoecimento, como também você vai para um lugar de ficar mais fria, mais grossa, e eu gosto muito de utilizar uma coisa que eu mesma tive como conclusão, que é o lugar que você não vive, você sobrevive, todo dia, toda hora, e como construir uma possibilidade de viver, não sobreviver (SOL MAIOR, 2022).

Na direção da saúde mental e física da mulher negra, Sol Maior relata que, numa das internações da sua avó, percebeu que os profissionais da unidade hospitalar

⁶⁶ EMICIDA. Principia. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28>.

praticamente não a tocavam. Por isso, Sol Maior e sua mãe se desdobravam na permanência e nos cuidados com a idosa, que acabou desenvolvendo complicações na cicatrização da pele ferida. “Sentir também que é um corpo preto, onde as pessoas não põem a mão direito, tanto que o segundo momento foi minha mãe me chamar para ajudar ela a dar banho e visualizar feridas abertas” (SOL MAIOR, maio, 2022). Podemos compreender que, no Brasil, o racismo está institucionalizado, pois, conforme a médica e pesquisadora Jurema Werneck, instaura-se a dimensão estrutural, influenciando “as formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais” (WERNECK, 2016, p. 541). Como afirma Sol Maior:

E se você for pegar historicamente, o Brasil, ele tem pouco tempo que acabou a escravidão – e não acabou, a gente está nele. Quando esse corpo, ele fica só à mercê de trabalho, e nunca à mercê de lazer, é uma forma racista. Quando a nossa mente acha que, quando a gente está parado, a gente tem que estar movimento, é uma forma de racismo. E quando a gente acha que a gente que tem que mover a nossa estrutura ao invés das estruturas externas, é uma forma de racismo. De vivenciar o racismo no dia 20 de novembro na porta de uma federal, onde eu fui agredida, fui chamada de macaca, e correr, ser agredida na Afonso Pena por eu ser uma mina preta, e esse corpo, como é que esse corpo vive? Como é que esse corpo consegue continuar, consegue seguir? (SOL MAIOR, maio, 2022).

Salientamos que as consequências do processo de escravização são devastadoras para a população negra. Diante disso, prevalecem a hierarquização social com base na raça, os padrões estéticos imbuídos pela branquitude, excluindo a negritude, e, assim, as ações de humilhação, menosprezo que produzem as violências a partir da cor da pele ou, em outras palavras, o racismo, a coisificação, a destituição da humanidade:

São suficientemente conhecidas as condições históricas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação sexual das mulheres, do grupo derrotado pelo vencedor, que melhor expressa o alcance da derrota. É a humilhação definitiva que é imposta ao derrotado e um momento emblemático de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2002, p. 169).

Além de coisificar as pessoas, o racismo as impede de frequentar espaços, causando uma segregação racial. Por isso, relato aqui uma experiência que vivenciei junto a Sol Maior. No percurso de realização das entrevistas, numa noite após panfletarmos no Aglomerado da Serra, movimentando a comunidade para o 8M na Quebrada, convidei Sol Maior para irmos a um restaurante, localizado na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Nesse lugar, percebi um explícito incômodo por parte dela que observou ser a única negra ali. Essa fala me impactou e acendeu-me um alerta: a segregação racial no Brasil acontece silenciosamente, provocando nas negras e nos negros a sensação de que certos lugares não lhes cabem.

E talvez o não estar bem pode também te ferir a ponto da escuta, quando você faz escuta, isso também interferir em você, porque o racismo, ele é uma complexidade, porque não é simplesmente só o corpo. Racismo, a gente vive no nosso ambiente de trabalho, a gente vive com a lógica, hoje, de um Brasil onde a gente tem racistas, onde você chega em um bar e você fala: "eu não vou entrar porque a maioria é branca e eu sou preta". Quando você vê que as pessoas, hoje, as empregadas domésticas, a maioria são pretas. Quando você está em um ambiente, é uma pessoa preta que te serve (SOL MAIOR, maio, 2022).

Apesar das transformações observadas no contexto racial brasileiro no que se refere ao mercado de trabalho, sobretudo em relação às ocupações das mulheres, ainda presenciamos a maciça presença da população negra nos cargos que exigem maior força física e menos qualificação profissional. Nesse sentido, Serenata resistiu a seguir os passos da mãe no trabalho doméstico, principalmente pelas situações racistas enfrentadas.

Então, assim, uma das coisas que inclusive me fez pensar não querer a mesma função da minha mãe, o mesmo trabalho da minha mãe, é que em uma das faxinas que ela me levou... porque ela levava a gente nas faxinas para a gente aprender com ela, que ela arrumou um emprego para mim, fui trabalhar na casa da mulher para limpar a casa da mulher, e a mulher me chamava de negrinha (SERENATA, abril, 2022).

Conforme Lélia González (2020), o racismo na região latino-americana desenvolveu-se de modo sofisticado, mantendo os povos negros nos segmentos subordinados, explorados, com base nos critérios da branquitude. De fato, perante tantas opressões, é difícil construir uma identidade negra fortalecida.

O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a *ideologia do branqueamento*, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (GONZÁLEZ, 2020, p. 143, grifos da autora).

Desse modo, a população negra se depara com desafios para a construção de uma identidade positiva, diante de uma sociedade que impõe a brancura enquanto aceitável e desvaloriza os aspectos presentes na negritude. Por isso, reconhecer-se negra/o na sociedade brasileira é um processo por vezes doloroso, permeado por rejeições, tensões, até chegar às rupturas dos estigmas de supervalorização da estética branca. Nessa direção, Sinfonia narra um episódio de desconforto:

Eu acho que eu me vi mulher negra quando, sei lá, 19, 20 anos, 18 ou 20 anos. Eu não sei, mas talvez a primeira vez que me incomodou ser negra e não me incomodou, mas como foi tratado. Eu saí com uns amigos, eu saía muito, eu namorava, tinha alguns namorados e até isso da gente perceber, isso fica com você, mas pega na mão da outra para sair, até essas coisas você naturaliza, você acha que é ok, a gente só não deu certo. Mas aí um amigo meu negro retinção, grandão, coisa e tal, eu acho que foi a primeira vez que eu me percebi negra

foi com ele porque a gente saía muito e ele era louco por uma menina lá, amiga nossa, magrinha, branquinha, cabelo lisinho e ele negão, grandão, retinto, é o fetiche dele assim, essa menina. Aí a gente foi em um lugar, uma festa, que estava todo mundo lá e todo mundo ficou com todo mundo, só nós dois que não. Nesse dia eu não pensei em ficar com ele, eu só pensei assim, não conheço ninguém na festa, as pessoas que nós conhecemos está todo mundo ficando com outra pessoa, eu vou ficar sentada aqui do lado dele porque eu vou ficar sozinha. Aí ele foi e virou e falou: nossa, Sinfonia, você é gata demais, eu olho assim e falo assim, que é isso, eu pegaria você demais, mas você sabe, não é? Dois pretos junto não cola. E aí eu falei com ele assim: deixa de ser idiota, que fala mais idiota! Ele falou: não, eu estou falando de boa, você é gata e tudo, mas olha para mim e olha para você, são dois pretos juntos? Não dá certo não e não sei o quê. E foi falando. Nesse dia me incomodou muito de pensar assim, que cara tosco, ele realmente me dispensou porque eu era negra e eu já sabia que ele gostava de uma menina que era branquinha, tanto que casou com ela (SINFONIA, abril, 2022).

O trecho relatado por Sinfonia encontra as construções de Sueli Carneiro que retoma os processos de libertação sexual feminina, ocorridos na década de 1960, idealizadores de uma figura de mulher a partir dos padrões estéticos da branquitude. Tais padrões instauram um ideal afetivo e sexual, baseado na branquitude, excluindo, mais uma vez, as mulheres negras.

Este fenômeno vem instituindo a mulher negra como a antimusa da sociedade brasileira de tal forma que os estudos demográficos já identificam uma acentuada desvantagem das mulheres negras no mercado afetivo, o que caracterizaria uma situação de “solidão” estrutural motivada pelo desinteresse dos homens brancos e a deserção de grande parte dos homens negros (CARNEIRO, 2019, p. 178).

Com isso, embora o último censo seja datado de 2010, percebemos elementos que comprovam a desigualdade afetiva com base em gênero e raça. Conforme a pesquisa do IBGE (2010) à época, mais da metade das mulheres negras, 52,52%, não vivia em união, independentemente do estado civil. Desse modo, Sinfonia discorre sobre o incômodo de ser sempre a última ou não ser escolhida, retomando o episódio já relatado e suas repercussões. Esses dados comprovam a solidão afetiva que a mulher negra sofre no Brasil.

Muitas vezes eu estava com as minhas amigas em muitos lugares, quando você é criança, acaba que não, eu sempre fui muito atrevida, eu sempre fui boa nos esportes, então, a galera me puxava para os esportes e coisa e tal. Aí, a partir disso, eu acho que eu comecei a me incomodar, como ele me viu, sabe? Porque eu ser preta é um problema para ele? Porque nunca foi um problema para mim, não foi um problema para mim e isso mexe com a gente porque você começa a não querer estar nos lugares para não passar pela situação de ser a última (SINFONIA, abril, 2022).

Além de se deparar com a rejeição afetiva, a falta de representatividade em variados espaços, a interdição simbólica de lugares, a mulher negra ainda experiencia o racismo diante da dúvida da sua capacidade financeira para o acesso a bens e serviços.

Eu tenho um irmão que vive preso. Eu sempre vou visitar ele. Ia, porque agora não está podendo. Eu sempre pegava o mesmo ônibus. Um dia eu fui, dei sinal, o ônibus passou direto, e o ônibus do fundo parou para mim, que era um ônibus executivo. Quando entrei dentro desse ônibus, eu me deparei só com pessoas brancas dentro desse ônibus, me olhando assim. Eu estava com o uniforme, calça jeans, blusa branca, chinela havaiana branca e azul, um boné que meu irmão tinha mandado na época, umas vasilhas e uma mochila. Eu fiquei com tanta vergonha que eu fui parar lá no fundo. Quando eu estava lá no fundo do ônibus, o trocador falou para mim: "a passagem desse ônibus é mais cara". "Quanto é?". Na época que aconteceu isso, a passagem da rodoviária eu pagava nove reais. Neles, que é um pouco mais caro, era 13. Eu falei com ele: "Quanto é?" "13 e pouco". Fui e peguei uma nota de 100, dei. Ele falou: "você não tem uma nota menor". Na época eu tinha recebido. Quando eu ia para cadeia, eu não andava sem dinheiro porque ficava com medo de precisar de alguma coisa lá. Eu falei: "eu tenho isso aqui, 300 reais em notas de 100". "Tem que esperar chegar na rodoviária para trocar", "Tudo bem" (MELODIA, março, 2022).

Nessa fala, notamos a exclusão racial, a segregação, na tentativa de insinuar que Melodia não dispunha de recursos financeiros para adentrar ao transporte público. Grada Kilomba (2019) trata dessas situações que demonstram o cerceamento físico às pessoas negras. Dentre os mecanismos do racismo estrutural, reside a “necessidade de regular a distância física de pessoas negras e de definir as áreas que elas mesmas podem usar, revela uma dimensão muito importante do racismo cotidiano relacionada a fantasias do contágio racial” (KILOMBA, 2019, p.167).

Pontuamos que o racismo gera traumas, definido por Grada Kilomba como “qualquer dano em que a pele é rompida como consequência de violência externa. Analiticamente, o trauma é caracterizado por um evento violento na vida do sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 213-214). Nessa direção, a autora sinaliza que o trauma raramente é abordado nas situações de racismo, o que demonstra a negligência de áreas de atuação, tais como psicologia e psicanálise com as pessoas oprimidas. Com isso, as consequências psicológicas são permanentes, tornando os episódios de racismo cravados na memória. Consonante a essas estruturas psicológicas que são abaladas pelas manifestações racistas, Sol Maior classifica que os maiores impactos acontecem na vida de quem sofreu o racismo:

Então, o que leva o outro a ser racista, a consequência não é de quem cometeu o racismo, a consequência é de quem sofreu o racismo, a pessoa que vai adoecer, a pessoa que vai ter crise, a pessoa que vai ficar no medicamento, a pessoa que vai se enforcar e se matar (SOL MAIOR, maio, 2022).

Dessa forma, o racismo experienciado por essas mulheres e por outras residentes no Aglomerado da Serra provoca articulações por parte da Coletiva Mulheres da Quebrada, rumo a estratégias que combatam o racismo e/ou seus efeitos, que mencionamos no capítulo 3. Compreendemos que, numa sociedade na qual o racismo

estrutura, junto ao sexismo, uma série de opressões, a educação antirracista faz-se necessária nas escolas, no trabalho, em casa, nas rodas de amigos, nas mídias. Segundo Nilma Gomes (2018, p. 113), “a luta contra o racismo e as desigualdades raciais, assim como a afirmação da identidade negra são processos complexos, desafiadores e que precisam ser desenvolvidos de forma enfática, persistente e contundente”. Nesse contexto, Melodia discorre em torno das intervenções da Coletiva que a fortaleceram na continuidade do seu trabalho enquanto transgênero, resistindo ao racismo direcionado pelos moradores do entorno. Além disso, a Coletiva ofereceu-lhe suporte psicológico para o cuidado da saúde mental, o que mostra a busca da organização pelo Bem Viver das mulheres do Aglomerado.

A Coletiva me auxilia de várias formas. Quando começaram essas reuniões, foi uma forma... na época que começou, nem eram Mulheres da Quebrada. Era só reunião que elas faziam. Mas, ali, eu vi uma forma de eu poder expor o que eu pensava sobre meu trabalho. Na época, quando elas começaram, como eu morava lá em cima, em lugar que era dito que só tinha pessoas evangélicas, elas tinham um pouco de preconceito com meu trabalho. Então, eu podia estar sempre ali relatando que eu ficava indignada com esse povo. Não gostavam das pessoas que saíam da minha casa com trança. Elas foram me ajudando nisso: "então a gente vai vir sempre, vai estar te ajudando nisso, pode falar com a gente na hora que quiser". Elas me ajudaram para poder desabafar. Com o passar do tempo, a vida foi criando ocasiões, veio a fase da depressão, veio a fase do problema com minhas filhas, e a Coletiva me auxilia nesse quesito. É um lugar em que eu posso chegar, expressar o que estou sentindo, falar o que estou pensando e ser ouvida. A maioria das pessoas viram para a gente e falam assim: "eu sou sua amiga". Se você senta do lado dela e quer... tudo bem, a pessoa tem o direito de falar e você ouvir, a pessoa tem o direito de ouvir e você falar, é uma via de mão dupla. Quando as pessoas te contam seu problema e você ouve, tudo bem. Quando eu queria desabafar, pessoalmente na fase das minhas filhas, as pessoas falavam que eu tinha me tornado uma pessoa chata e se afastaram de mim. Eu encontrei essa força na Coletiva para poder desabafar sobre isso. Inclusive, indicaram um psicólogo, e eu fiz tratamento com esse psicólogo até janeiro (MELODIA, março, 2022).

Portanto, ao apoiar uma transgênero abertamente no seu ofício, resistindo ao racismo no território, a Coletiva assume uma postura antirracista, além do fortalecimento identitário das sujeitas que ali vivem. Conforme Angela Figueiredo (2021, p. 19), “as mulheres negras têm buscado estratégias coletivas para enfrentar as desigualdades, inclusive estabelecendo arenas para agir com autonomia”. Aliás, sobre o trabalho da Coletiva com vistas ao antirracismo, Serenata relata o seguinte:

Eu acho que ele é muito junto com tudo que a gente faz, porque uma coisa que você falou aí, a gente lida majoritariamente com mulheres negras, eu posso chutar aqui, mas chutar aqui, mas chutar com muita propriedade que 75% das nossas mulheres são negras, 79, são negras, algumas que inclusive nem se reconhecem enquanto negras, e essas mulheres... E a gente fica falando assim, para além do assistencialismo, para além dos atendimentos, a gente pauta também os nossos encontros, quanto a gente já sofreu racismo em outros lugares por sermos mulheres, por sermos negras e por sermos faveladas. A

gente tem mulheres aqui dentro que foram mandadas embora porquê... aí tem essa questão do machismo também, porque eram duas mulheres no emprego, uma foi mandada embora, que é a negra, e foi justificada que a outra precisa do emprego porque ela precisa cuidar da família, e era branca, não foi explícito, mas a mulher preta também era uma mulher preta que morava também em uma favela, e também tinha uma família para sustentar. Por que a branca não foi mandada embora e a preta foi mandada embora? Mulher da Coletiva. E a gente pauta isso nas nossas conversas, porque, muito para além do que a gente entrega de doação para as mulheres, que a gente vê esses corpos negros aqui, a gente vê os corpos negros sendo, até hoje, são usados outros termos, escravizados. A gente vê a maioria dessas mulheres, quando a gente vem com a pauta do emprego, do subemprego, são todas faxineiras, ou são faxineiras, ou estão na mesma função que uma outra mulher, ou como homem, e que recebem muito menos. E tudo isso no meio de uma roda de conversa que a gente vai provocando nessas mulheres, a gente vai ouvindo, a gente vai ouvindo histórias bizarras, de coisas que a gente, inclusive, já viveu também, e muitas coisas a gente fica pensando assim. (SERENATA, abril, 2022).

Corroborando o que afirma Angela Figueiredo, a atuação coletiva das mulheres negras caminha na contramão da sociedade dos individualismos na qual vivemos. Ainda segundo a referida autora, “a família extensa tem sido a base para a construção da solidariedade negra” (FIGUEIREDO, 2020, p. 217). Nesse contexto, o conceito de família extensa abordado por Angela Figueiredo não se relaciona com aquela de laços consanguíneos, mas, sim, “aquele que envolve laços afetivos, cuidado, atenção e solidariedade com vistas a construir o bem viver” (FIGUEIREDO, 2020, p. 217). Dessa forma, a Coletiva Mulheres da Quebrada caminha, construindo projetos de transformação nas vidas das moradoras do Aglomerado da Serra, de resgate das identidades dessas sujeitas, (re) significando ser mulher, negra, periférica. Essas construções são tecidas sempre pautadas pelo afeto, junto das mulheres afetadas pela Coletiva e que são também parte dela. Soma-se a isso o combate ao racismo que comparece entre os pilares das “Mulheres da Quebrada”.

Assim, numa comunidade majoritariamente formada por negras e negros, não é possível ignorar o componente racial nas mulheres que participam das ações da Coletiva. Portanto, o desafio está lançado: na sociedade que teima em reduzir negras e negros à condição não humana, é necessário resgatar a valorização das identidades negras, o orgulho da negritude e a insurgência contra o racismo nessas mulheres que residem nas vilas da Serra. Nesse viés, Serenata relata sobre a importância do reconhecimento enquanto negra, da necessidade de falar sobre negritude e de desconstruir os lugares subalternos que parte das mulheres negras ocupam na sociedade.

Mas é isso, assim, eu falei muitas vezes da mulher se enxergar, se colocar em prioridade, mas também de colocar em prioridade essa raça que ela carrega que é muito forte, que é uma raça que construiu essa nossa humanidade, e a gente vem... óbvio que a gente não vem enfiando isso pela garganta da pessoa, a gente vem de forma muito orgânica também dizendo isso, e a gente vem muito

dizendo, porque a gente precisa dizer, é ainda uma pauta que as pessoas não falam, assim como o machismo, é uma pauta que as pessoas não falam, que não veem, que não enxergam, aqui dentro ainda tem muito isso, aqui dentro muitas mulheres não acham que elas estão sofrendo racismo, muitas mulheres, pela religião, pela vivência, pela construção da identidade dela, mas nos nossos encontros, quando a gente pauta de racismo, a gente já ouviu falar: "Eu não acho que eu sou negra". Na sua frente, tem uma mulher preta, mas é isso, a autoidentidade também precisa ser respeitada, mas é muito importante que a gente entenda que esse lugar dessas mulheres, de nós, mulheres negras, é sempre um lugar subalterno. E a gente trabalha isso com essas mulheres aqui, a gente tenta pautar com eles que mesmo você sendo negra, ok? Você está nesse lugar, mas você pode sair dele, você pode sair desse lugar de servil porque você é negra, porque você é pobre, você pode sair, tem caminhos para isso. E a ideia da Coletiva é essa, é provocar esses caminhos, provocar o autoconhecimento, provocar a autoaceitação, não é nem essa palavra que fala, mas provocar com que essas mulheres abracem a sua identidade, fala: "Não gente, isso é meu, isso me pertence, e não é um lugar que eu tenho que me culpar" (SERENATA, abril, 2022).

Nessa direção, a psicanalista e intelectual Neusa Souza lembra que a população negra se depara com violências diárias. "O cotidiano é pródigo em situações em que o negro se vê diante de falsas alternativas, insatisfatórias todas: afirmação/negação/exploração, dominação/submissão" (SOUZA, 1983, p. 37). A psicanalista destaca que tornar-se negro é ser consciente das opressões estruturais e contestá-las. "Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração" (SOUZA, 1983, p. 77).

Nos relatos apresentados por Sinfonia, percebemos que essa consciência, o processo de educação antirracista, acontece de forma sensível e gradual, estimulando reflexões sobre o racismo, seus impactos e o enfrentamento. Contudo, sabemos que as desigualdades raciais/sociais causam inúmeros impactos, sobretudo no nível psicológico, de autoestima. Muitas vezes, um ato considerado simples, de escuta atenta e abraço simbólico contribui, de forma decisiva, nas trajetórias das mulheres que a Coletiva afeta.

E eu falo isso com as meninas, que a coletiva é esse apoio. Tem uma ajuda financeira no sentido de ter uma cesta e tal, mas não é esse o apoio maior; o apoio maior da coletiva é esse apoio de ser ouvido, é esse apoio de afeto, é esse abraço coletivo, é esse espaço coletivo que ampara quando ninguém ampara. **Quando nenhum dos nossos suportes sociais dá conta de amparar, a Coletiva dá.** (HARMONIA, março, 2022, grifos nossos).

Harmonia ainda enfatiza que a atuação da Coletiva foi essencial para que superasse o relacionamento abusivo que vivera, oferecendo suporte psicológico e espaço de escuta. "Então, assim, isso faz muita diferença, a Coletiva está nesse lugar de apoio emocional, dessa força" (HARMONIA, março, 2022). A sujeita reforça, ainda, a importância dessa união de mulheres periféricas, no combate às opressões:

Quando a gente está juntas, tantas mulheres que sofrendo, tantas com tantos problemas, mas tantas juntas vendo estratégias, uma às vezes num pior momento, mas a outra já viveu isso... isso é uma força descomunal e eu acho que assim, essa, para mim, é a importância da Coletiva. Eu falei sempre para as meninas nesse sentido de nos colocar autônomas, de nos colocar num lugar **capaz de resolver os nossos problemas**, capaz de ter uma vida mais saudável, capaz de ver outras escolhas, ver outras possibilidades, porque, quando a gente se reúne e se a gente está vivendo uma coisa pesada, difícil, você não está vendo naquele momento... É incrível como a roda faz você ver diferente, como a roda, como a vida da outra é espelho para a sua vida, como a vida da outra é força para você. E é estratégia de vida também, porque a outra já passou por isso. Tudo o que a gente passa é tão repetitivo - ao mesmo tempo que isso é triste, isso também é uma força, no sentido de que a gente não está sozinha e no sentido de que: se eu passei, você também vai conseguir passar (HARMONIA, março, 2022, grifos nossos).

Esses encontros são oportunidades de ressignificação, de ânimo novo, de abraço. Graças às conquistas daquelas que vieram antes de nós, essas mulheres podem, hoje, se reunir, lutar, questionar, (re) existir. Como afirma Sueli Carneiro (2019), compartilhar é um verbo que as mulheres negras conjugam. Em suas palavras:

Fomos privatizadas por longos tempos, confinadas ao espaço feminino, da cozinha, do lar dos haréns. Aí aprendemos a compartilhar dores, medos e inseguranças desconhecidos pelos homens; e isso nos ensinou outro tipo de solidariedade e de sociabilidade que devemos aportar a um Tempo Feminino. Compartilhar é um verbo que as mulheres conjugam em maior escala do que os homens, e de um jeito mais doce (CARNEIRO, 2019, p. 128).

Conforme Sueli Carneiro (2019), a construção da cidadania para as mulheres “não-brancas” engloba aspectos que “extrapolam as contradições e as formas de discriminação que são produto das relações assimétricas existentes na sociedade entre o homem e a mulher” (CARNEIRO, 2019, p. 191). Sendo assim, a Coletiva empodera as mulheres do território, impulsionando-as a questionar e enfrentar o racismo, tentando auxiliá-las nas lutas pela ampliação do acesso aos direitos e bens (saúde, transporte, trabalho, alimentação, lazer), além de as empoderar no sentido de valorização das suas identidades e do autocuidado. O empoderamento é importante nas ações antirracistas. Nessa perspectiva, a professora estadunidense Nelly Stromquist aborda as dimensões do conceito de empoderamento:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, p. 232).

O empoderamento é parte importante na construção e afirmação da identidade negra positiva. Segundo Nilma Gomes (2020), esse processo identitário é conflitivo, “na

medida em que ele serve para me afirmar como um “eu” diante do “outro” (GOMES, 2020, p. 28). A autora ressalta que o olhar do “outro” impacta diretamente na maneira como nos construímos identitariamente. A construção da identidade acontece na coletividade. "A forma como esse “eu” se constrói está intimamente relacionada com a maneira como é visto e nomeado pelo ‘outro’. E nem sempre essa imagem social corresponde à minha autoimagem e vice-versa" (GOMES, 2020, p. 28). Nessa direção, o corpo e a estética negra constituem-se “veículos de expressão de resistência sociocultural, mas também de opressão e negação" (GOMES, 2020, p. 29). Dentro dessa estética negra, o cabelo crespo “se destaca nesse processo de tensão, desde a recriação de penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro do Novo Mundo, até os impactos do branqueamento” (GOMES, 2020, p. 29).

Sabe, não é, e existe isso muito aqui ainda, existe muito ainda, eu vejo mulheres e mulheres, mulheres que alisam o cabelo todos os dias, porque elas gostam do cabelo liso? Ok, mas elas gostam do cabelo liso porque elas são condicionadas a isso. Quando a gente ouve essas mulheres, ela está usando o cabelo liso porque lá ela vai ser mais aceita. E aqui a gente fala: "Não, gente, seu cabelo pode ser do jeito que você quiser" (SERENATA, abril, 2022).

Diante dessa narrativa, percebemos que os padrões de beleza são fundamentados pelos ideais de branqueamento. Alisar o cabelo, nesse caso, representa uma aproximação com a estética branca, difundida e imposta socialmente.

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial, que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste (GOMES, 2020, p. 29).

Por outro lado, a mudança capilar “pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo” (GOMES, 2020, p. 29). Dessa maneira, Melodia ressalta que as Mulheres da Quebrada a auxiliaram, dizendo da importância do seu trabalho enquanto trançista, lembrando que seu trabalho empodera as mulheres.

Esse preconceito pelo meu trabalho, minha vestimenta, pelo jeito que me vestia e me visto ainda. Elas vieram com esse poder de eu poder mostrar a que vim, que foi fazer o bem. Eu não estava ali para prejudicar ninguém, e sim para ajudar. Uma mulher se sentindo embelezada, ela ganha o mundo (MELODIA, março, 2022).

Nesse contexto, a Coletiva desenvolve ações que exaltem a beleza negra, a autoestima dessas mulheres, incluindo o estímulo a se fotografarem a partir de *selfies*, a se olharem no espelho. Serenata acredita na potência das ações antirracistas e contra as

demais opressões, realizadas a partir das experiências apresentadas pelas integrantes da Coletiva e as mulheres afetadas.

E eu acho que um dos trabalhos da Coletiva é não empurrar pela garganta, mas é ir provocando e dizendo: "Olha, isso é racismo", "Olha, isso é machismo", "Olha, isso é violência doméstica", do nosso jeito de dizer, da roda de conversa, como a gente diz, as nossas experiências (SERENATA, abril, 2022).

Esse papel educador e conscientizador desempenhado pela Coletiva ressalta o protagonismo das associações negras pelo Brasil afora. Nesse sentido, cabe relembrar que esses coletivos partem das premissas do Movimento Negro, definido por Nilma Gomes (2019) como:

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como movimento negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa, que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista (GOMES, 2019, p. 115 - 116).

Com isso, conforme Diego Reis e Maria Calado, diante das hierarquizações existentes na sociedade brasileira, que impactam na maior incidência de diversos tipos de violências sobre corpos negros e femininos, faz-se necessário refletir sobre a educação antirracista. Essas reflexões precisam acontecer na coletividade, de modo a orientar “projetos de vida e de justiça racial/social/epistêmica” (REIS; CALADO, 2020, p. 2). Dessa mesma forma, Serenata assevera que a luta pelo bem viver das mulheres, sobretudo as mulheres negras do Aglomerado da Serra, acontece de forma constante.

Aqui na Coletiva, quando a gente busca estar com essas mulheres semanalmente, fazendo formação, a ideia é que essas mulheres também possam se enxergar nesse lugar, de quem é você efetivamente, quem é você? Você é uma mulher preta? Sim. Você é uma mulher branca? Sim. Você é uma mulher favelada? Sim. Mas você também é uma mulher que se coloca como prioridade. Você é uma mulher que sofreu? Que está sofrendo? Que tem Negações de direito? Que sofre N preconceitos e racismos? Mas que também é uma mulher que precisa e que, pela Coletiva, não sei pelas outras pessoas, mas pela Coletiva, é afetada pelo bem e para o bem. Acho que é muito isso, quando a gente traz a pauta do racismo, a gente traz muito isso, esse lugar de enxergar essas mulheres e provocar nessas mulheres, não fazer, mas provocar nessas mulheres uma visão delas mesmas enquanto mulheres que precisam lutar pelo

seu lugar enquanto mulheres pretas na sociedade, dentro da própria casa, na rua que ela mora, no bairro, na vila que ela mora, dentro do posto de saúde que ela frequenta (SERENATA, abril, 2022).

Portanto, despertar nessas mulheres a consciência de resistir às opressões de raça, gênero e classe ocupa a centralidade dos desafios da Coletiva Mulheres da Quebrada. Nesse sentido, é necessário reconhecer e valorizar a diferença. Corroborando com essa importância do reconhecimento das diferenças, bell hooks (2019) assinala que a luta antirracista se fortalece, quando se reconhece e aceita-se, de forma positiva, a diferença. Ainda nesse contexto, no seu livro “Olhares negros: raça e representação”, bell hooks dialoga com o ensaio produzido pela intelectual Audre Lorde, intitulado “Olho no olho: mulheres negras, ódio e raiva”.

O ensaio de Lorde relata um entendimento das formas como mulheres negras “feridas”, que não estão em recuperação, interagem umas com as outras, ajudando a ver como os sistemas racista e machista de dominação podem moldar e determinar como olhamos umas para as outras (hooks, 2019, p. 102).

Pensando nesse sentido do olhar umas às outras, escutando e acolhendo as cicatrizes, a Coletiva recebe diariamente mulheres que carregam feridas, o que exige que se aborde afetivamente cada uma dessas sujeitas, de forma a não reproduzir o tratamento recebido pela sociedade. O fazer antirracista das Mulheres da Quebrada é conduzido com afetividade e cuidado e move as sujeitas que são por elas tocadas no reconhecimento de si, enquanto potências, e na percepção das artimanhas do racismo no Brasil. Serenata complementa, dizendo da necessidade de a Coletiva se fazer presente em vários lugares: no território, perpassando pelos centros culturais, na universidade, nas mídias.

Então, assim, é começar do interior, é começar de dentro, é começar dela (a mulher ferida), para que ela comece a mover aquele círculo, aquelas pessoas que estão afetando a ela, para daí crescer. Hoje, quando a gente vai lá participar de uma roda de conversa lá na mediação de conflitos, lá no centro, a gente leva isso. Quando a Sol Maior vai lá na federal (**na faculdade**) falar para 200 pessoas, falar que o feminismo não existe na favela, é porque realmente não existe, e contar as histórias de racismo que ela vive aqui dentro, e das histórias das mulheres que contam para a gente, a gente está dando uma visibilidade para essas mulheres, a gente está dizendo: "Olha, aqui dentro acontece isso", a gente está sendo também um porta voz desses racismos diários, no meu dia a dia, o racismo no meu dia a dia. Porque é isso e, ao invés de a gente reproduzir, a gente mostra, a gente provoca, e a gente mostra a nossa postura, e a gente mostra o quanto a gente luta contra o racismo através do que a gente faz, através de uma doação de cesta básica, a gente podia estar cada um na sua casa, a gente podia estar em um bar, a gente poderia estar viajando, a gente podia estar lendo um livro, dormindo, a gente podia estar fazendo N coisas, mas a gente está aqui entregando cesta básica para as pessoas que também são negras, que as vezes não tem nada para comer dentro de casa, muitas histórias a gente ouve aqui, para doar um absorvente para a mulher que fala assim: "Nossa, eu estou usando papel higiênico", "Nossa, eu estou usando um pano que eu rasguei lá em casa", porque essas mulheres não têm a condição de comprar, eu acho que a gente vive e provoca essa mudança, essa postura do não-racismo nas nossas ações, como que a gente faz? Não é só na roda de conversa, não é

só dizendo: "Fulana, isso é racismo que você está vivendo", não é dando tapinha nas costas dessas mulheres, é entregando uma cesta, é entregando um *flyer* falando para ela o que é isso, é dizendo para ela o que é isso, é dizendo da nossa experiência para ela, é levando a história que ela traz, obviamente com toda a segurança e protegendo essa identidade, lá para fora quando a gente vai lá, lá na televisão quando a gente vai falar na televisão, lá na faculdade, lá no meu trabalho quando eu falo da coletiva. E é isso, a gente estar sempre em defesa dessa mulher e em defesa dessa autoidentificação enquanto pessoa negra, mas enquanto pessoa negra detentora de direitos, muito pelo que a gente faz, e não pelo que a gente fala (SERENATA, abril, 2022) (grifo nosso).

Haja vista o cenário que vivenciamos: aumento da insegurança alimentar⁶⁷, com 33,1 milhões de brasileiras/os passando fome, com destaque para as mulheres⁶⁸ e negras/os, crescimento dos casos de racismo, “nos tempos de incertezas, é preciso construir uma resistência democrática antirracista radical e novas fronteiras de conhecimento” (GOMES, 2020, p.123).

Essa indignação antirracista e diaspórica é construída por meio da articulação dos saberes/conhecimentos identitários, políticos e estético-corpóreos produzidos historicamente pelas negras e negros e sistematizados pelo Movimento Negro. Saberes que, quando acionados na sua força e potência, são capazes de implodir as relações de poder de forma criativa, assertiva e revolucionária (GOMES, 2020, p. 123).

Dessa forma, a “Mulheres da Quebrada” se movimenta com indignação, mas somando afeto, escuta, união, combate à violência, educação antirracista. Essas pautas potencializam as mulheres do Aglomerado da Serra a sonhar com um país menos desigual, a desenhar projetos e acreditar nas suas realizações. A parceria estabelecida entre a Coletiva e as sujeitas, residentes nas oito vilas do território, demonstra a força que esse movimento conquistou na comunidade e vislumbra novos caminhos, a partir da visibilidade e expansão da organização, baseada no acolhimento.

Uma coisa que eu acho que a gente carrega, que todo mundo entendeu que é, tipo assim, o afeto é revolucionário mesmo. Se for para tratar e isso nós já fizemos aqui dentro da Coletiva, pessoas nossas que estão aqui na gestão e que

⁶⁷ Pesquisa realizada em 2022, pela Rede PENSSAN e publicada no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

⁶⁸ 6 de cada 10 domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos viviam em algum grau de Insegurança Alimentar, enquanto, nos domicílios cujos responsáveis eram de raça/cor de pele branca autorreferida, mais de 50,0% tinham Segurança Alimentar garantida. Ainda, segundo a pesquisa, as desigualdades de gênero conhecidas como uma condição social que impacta a Segurança Alimentar foram, mais uma vez, confirmadas, atestando que estava reduzido o acesso das famílias aos alimentos, nos domicílios onde uma mulher era a pessoa de referência (ou responsável pela família, segundo a mesma terminologia utilizada pelo IBGE). Enquanto a Segurança Alimentar foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 37,0% apresentaram a mesma classificação. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de Insegurança Alimentar. Destes, 18,8% em situação de fome. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

nós sentamos e falamos: olha, se for para gente tratar as mulheres do mesmo jeito que o mundo trata, não faz sentido a gente continuar. Vai chegar mulheres aqui bravas, com raiva, vai chegar mulher aqui falando que a gente é folgada porque a gente não está no dia e no horário que elas precisam, que elas não têm tempo o suficiente para a gente. Elas vão chegar com tudo, mas elas vão chegar com tudo que o mundo fala para elas. (SINFONIA, abril, 2022).

No sentido de fortalecimento das mulheres negras, Sol Maior pontua que acredita na necessidade de aquilombar, de conviver em espaços em que seja possível estar viva, espaços dispensados da vigilância constante. Do mesmo modo, Stéfane Souto (2021) conceitua aquilombamento, a partir da criação de locais orientados pela segurança, acolhimento, fortalecimento e paz na coletividade. Nesses espaços de aquilombamento, seria possível

[...] compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros. Local onde é possível o recuo e é desejado o avanço. O ato de se aquilombar compreende a necessidade de traçar caminhos desviantes e desafia a organização social neoliberal que ordena a separação dos corpos e a individualização das coletividades, formando e renovando continuamente uma inteligência coletiva (SOUTO, 2021, p. 157).

Mediante tempos de escalada das negações de direitos, das opressões estruturadas pelo racismo, entendemos a urgência da educação antirracista, para o combate a esse sistema. A Coletiva é aquilombamento, tecido em cada estratégia arquitetada, na conscientização de que todos os corpos devem viver, no resgate de identidades esfaceladas pelo colonialismo, na proposição de que essas violências devem ser questionadas. Nessa direção, apresentamos nossas considerações finais (iniciais) sobre os rumos que essa pesquisa nos leva.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, apresentamos, no capítulo 1, as motivações, o problema orientador: “quais saberes são mobilizados pela Coletiva Mulheres da Quebrada com vistas a uma educação antirracista” e os objetivos que fundamentaram a investigação, além da produção acadêmica sobre o tema, passando por Sacramento (2019), Lessa (2020), Prado (2020).

O capítulo 2 abordou discussões com base nos conceitos que orientaram esta pesquisa: colonialidade e decolonialidade, interseccionalidade e feminismo negro, além da historicidade dos movimentos de mulheres negras no contexto brasileiro e internacional. Destacamos o protagonismo dos coletivos de mulheres negras na década de 1980 no Brasil, dentre eles, conforme Cristiano e Viviane Rodrigues (2021), o Coletivo Nzinga da cidade do Rio de Janeiro, que teve Lélia Gonzalez entre suas fundadoras.

No capítulo 3, explicitamos a metodologia adotada, a partir da observação participante como elemento etnográfico, além das entrevistas narrativas, baseadas nos relatos biográficos das sujeitas. Ademais, contextualizamos as protagonistas do estudo: a Coletiva Mulheres da Quebrada, as cinco sujeitas entrevistadas, sendo três gestoras da Coletiva e duas moradoras do Aglomerado da Serra, a quem, seguindo a ética da pesquisa, atribuímos nomes fictícios, a saber, Harmonia, Melodia, Serenata, Sinfonia e Sol Maior. Nesta pesquisa, consideramos essencial apresentar o território do Aglomerado da Serra, situado na região centro-sul de Belo Horizonte (MG), e as ações desenvolvidas pelo movimento da Coletiva Mulheres da Quebrada com vistas a uma educação antirracista.

O capítulo 4 relaciona os depoimentos coletados por meio das entrevistas realizadas com cinco mulheres protagonistas das ações desta Coletiva os quais permitem perceber a denúncia do racismo e suas marcas na subjetividade, as resistências e a perspectiva constituída pela Coletiva como espaço de aquilombamento. Apresentaremos a seguir nossas considerações finais.

Nesta dissertação, defrontamo-nos com a emergência de intelectuais negras que foram importantes nas construções de pautas junto ao feminismo negro. Portanto, as mulheres negras são donas de um legado histórico no cenário brasileiro. Essas mulheres se preocuparam e ocupam-se com a garantia de uma vida digna umas das outras, trazendo a luta coletiva enquanto cerne das suas caminhadas e movimentando as estruturas da sociedade racista e patriarcal na qual vivemos. Durante sua visita a Salvador, em 2017, Angela Davis, em sua célebre frase, enfatizou que “quando a mulher negra se movimenta,

toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Haja vista a participação das mulheres negras nas várias reuniões, manifestações, nos encontros citados, a conquista de espaços de direito, a afirmação da intelectual estadunidense nos leva a pensar na dimensão coletiva das reivindicações dessas sujeitas.

Diante disso, a escolha de uma Coletiva, formada sobretudo por mulheres negras, atesta a importância do reconhecimento desses movimentos contemporâneos, destacando a amplitude das suas atuações e as diferenças produzidas por essas sujeitas nos contextos em que estão inseridas. Estudiosos/as que tive a alegria de ler e estar por perto, dentre as/os quais Nilma Lino Gomes, Miguel Arroyo, Lúcia Helena Alvarez Leite, sempre destacaram, em seus textos e aulas, a potência construtora e educativa dos movimentos sociais. Na realização desta pesquisa, vislumbrei esse viés em cada experiência vivida.

A conclusão deste trabalho representa uma abertura de caminhos para diálogos futuros e, por isso, fazemos aqui apontamentos iniciais. Dito isso, estivemos diante de um campo de pesquisa localizado num território estigmatizado, de forma negativa, pelas mídias, pelo poder público, por parte da população. Esse conjunto de vilas, que forma o Aglomerado da Serra, agigantou-se perante meus olhos durante esses meses de imersão, fosse numa saída para comprar algo que a Coletiva demandava, quando eu me assustava com a grandeza desse lugar, fosse com as andanças de ônibus nas idas ao campo. Eu me sinto transformada enquanto mulher e pesquisadora, com tanto acolhimento e por ter a oportunidade de construir caminhos junto dessas mulheres e desse território de tanta potência. Por isso, primeiramente, a Quebrada não merece ser atrelada à criminalidade, violência, pobreza, marginalidade. Essas sujeitas e esses sujeitos, posicionados à margem intencionalmente pela estrutura estatal, reagem, mostrando que a favela é lugar de criação, de cultura, arte, afirmação, resignificação, legado, resistência.

Nesse território potente, deparei-me com a Coletiva Mulheres da Quebrada, que transforma diariamente afeto e cuidado em verbos e o antirracismo enquanto luta inesgotável. Refletimos que não é possível pensar em uma sociedade antirracista sem disputas de narrativas e tensões. Acima de tudo, não podemos vislumbrar o antirracismo, se não descolonizarmos o pensamento da/o outra/o e o nosso. Nesse sentido, a Coletiva realiza o movimento contra o racismo ao combater a insegurança alimentar e lutar pela dignidade menstrual das mulheres do território, na maioria negras, ao acolher sujeitas vítimas de violência doméstica ou que perdem suas/seus filhas/os para a violência e ausência do Estado racista e opressor. O antirracismo está presente no empoderamento que as “Mulheres da Quebrada” provocam em cada vivência de dança, cada roda de

conversa, no semear dessas vozes pelos espaços legislativos e acadêmicos, pelas escolas de Belo Horizonte.

A Coletiva nos mostra outro mundo possível para meninas que aprendem a questionar o racismo, para mulheres que descobrem que não devem aceitar a subalternização, baseada em aspectos que fazem parte das suas identidades: gênero e raça. Retomamos, aqui, a frase dita por Sinfonia: “o afeto é revolucionário”. Complemento: o afeto que a Coletiva Mulheres da Quebrada oferece, rompe com o racismo, é educador e cura feridas causadas pelo poder colonialista. A Coletiva, em cada ação, ensina a descolonizar, a reinventar e a aquilombar.

6 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **No seu pescoço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAUJO, Ayni Estevão. **Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.
- ARAUJO, Marcelo; SILVA, Jéssica; TRAVERSSI, Marcela. Sistema Urbano e Segregação da Mulher Periférica. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, n.11, p.171-186, 2021.
- AROUCA, Marcelo de Jesus; CARDOSO, Cláudia Pons. Pedagogias De Favelas: Educação Popular, Emancipação e Descolonização. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 3, n. 7, p. 1-19, 2022.
- ARROYO, Miguel González. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 28-49, jan.-jun. 2003.
- ARROYO, Miguel. González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. A Pesquisa Participante e a Participação da Pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas**. Brasília, 2004.
- CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p.317-328, mar.jun.2018.
- CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.
- CARDOSO, Sintia Araujo. **Lute como uma mulher negra: Do SINDOMÉSTICO ao Coletivo de mulheres Creuza Maria Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Estudos

Interdisciplinares sobre Gênero e Mulheres) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero e raça”. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ed. 34, 2002. p. 167-193.

CARNEIRO, Sueli. “Ideologia tortuosa”. **Caros Amigos**. São Paulo, vol. 64, jul. 2002. Disponível em: <https://carosamigos.com.br/> Acesso em: 10 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 209-214, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARTA das Mulheres Negras. Portal Geledés, [On-line], 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheresnegras-2015/>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em:<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo,2019.

COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 99-127, jan/abr, 2016.

COSTA, Luisa Vanessa Carneiro da. Mulheres mulas do tráfico: **Estudo sobre a lei 11.343/03 sob uma perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Católica de Pernambuco, Programa de pós-graduação em Direito, Recife,2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, vol. 1, p.171-188, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2021.

DENZIN, Aline de Souza. **Educação das relações étnico-raciais**: processos educativos decorrentes de uma intervenção com africanidades. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

DOMINGUES, João Paulo **Mariano**. **Insurgências juvenis no carnaval de rua em Belo Horizonte**: o bloco Seu Vizinho e a luta pela afirmação do território. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; ROSADO, Isabella Nunes (Orgs.) **Escrevivência**: a escrita de nós –Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do conhecimento no século XX. In: SANTIAGO, Ana Rita et al (orgs.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas: UFRB, 2017a. p. 79-106.

FIGUEIREDO, Angela. Gênero: Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (orgs). **Raça**: novas perspectivas antropológicas / Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 673-1.037, set./dez. 2016.

FIGUEIREDO, Angela; LEITE, Naiara. Nosso tempo é agora! Mobilização política e transformações das imagens de controle das mulheres negras. **Revista Ecopós**, v. 24, n. 1, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo da corporeidade negra. **Contemporânea**, n.2, p.37-60, jul./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE** – v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HITA, Maria Gabriela. **Mãe- Avó-Bi: chefe de família em arranjo matrifocal negro**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Hita_texto.pdf. Acesso em: 23.08.09. Acesso em: 03 jul. 2022.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, Brasília, p. 193-210, janeiro - abril, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 jul. 2022.

hooks, bell. **O feminismo é para todos: políticas avassaladoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LESSA, Luciana Falcão. **O que o racismo fez com você? Processos de Resistência e Descolonização de Mulheres Integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia**. 256 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LOPES, Artur Sérgio. **Os lugares do urgente e do possível: juventude, ativismo e movimentos sociais nas periferias urbanas**: um estudo sobre a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p.71-114, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

MATTOS, Bianca; SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira; MATTOS, Suzana. Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país. In: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (Orgs.). **Violências e resistências**: estudos de gênero, raça e sexualidade. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 181-201.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães.; CASTRO, Paula Almeida de. (orgs). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MOREIRA, Núbia. **Representação e identidade no feminismo negro brasileiro**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

NEGRI, Antonio.; COCCO, Giuseppe. **Global**: biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. **Revista Ítaca**. n. 36, p. 164-226, 2020.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. As potencialidades de mulheres negras na produção acadêmica. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 7, n. 12, p.1-23,2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18517>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Epistemologia feminista sob a ótica do Sul Global. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e violências**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de.; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.15-40, abr. 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Os trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História, Políticas e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PINHO, Ana Teixeira; RIBEIRO, Neurilene Martins. A pesquisa (auto) biográfica: algumas aproximações teórico-metodológicas. In: ARAHAO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz; BOAS, Lúcia Villas (orgs). **Pesquisa (auto) biográfica: Diálogos epistêmicos-metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018.

PNAD, IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PRADO, Suelen Girotti do. **Todos os caminhos levam à Geledés**: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMALHO, Barbara Bruna Moreira. **A escola dos que (não) são**: concepções e práticas de uma educação (anti)colonial. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Minas Gerais-Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Regiane; BELIN, Luciane. Guerreiras da quebrada: o empoderamento da mulher da periferia no programa esquentá. **Cultura e Mídia**, n.11, p. 36-52, 2016.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RODRIGUES, Cristiano, FREITAS, Viviane. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34, p 1-54, 2021.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SACRAMENTO, Elionice. **Da diáspora negra ao território das águas**: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA, 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Estudos pós-coloniais e antirracismo. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, p.340-353, 2019.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3 p. 13-21.

SILVA, Andrea Franco Lima e. “Marielle virou semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. **Revista Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 52-75, jul. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/68214>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes. (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SOTERO, Edilza Correia; PEREIRA, Ilaina Damasceno; SANTOS, Sonia Beatriz dos. Pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1314–1329, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/70669>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

SOUZA, Samara Rodrigues. **Unidade de Acolhimento Institucional e Monoparentalidade Feminina**: é possível fazer par? Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

STROMQUIST, Nelly P. **Education as a means for empowering women**. In: PARPART, J. L.; SHIRIN, Rai M.; STAUDT, Kathleen (Eds.). **Rethinking Empowerment**: Gender And Development in a Global/Local World. Londres: Routledge, 2002.

WEHMANN, Hulda; MEDEIROS, Maria Eduarda. Caminhar na cidade patriarcal: medos, afetos e traumas. **Cadernos CERU**, série 2, vol. 33, n. 1, p.26-38, jun. 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

7 APÊNDICES

7.1 Apêndice A- Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Obs. Há também a gravação deste texto em gravador portátil como alternativa de registro para as mulheres que não dominarem a escrita ou sentirem-se intimidadas com o documento.

Este é um convite para as mulheres integrantes da Coletiva Mulheres da Quebrada a participarem, voluntariamente, ou seja, sem remuneração, da pesquisa: **As mobilizações construídas por uma Coletiva de Belo Horizonte para uma Educação Antirracista**, que tem como pesquisadora responsável Carmem Lucia Eiterer. Esse trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG

Esta pesquisa pretende compreender quais estratégias são produzidas pela *Coletiva Mulheres da Quebrada*, para uma educação antirracista. As motivações para a realização dessa pesquisa relacionam-se com a importância de visibilizar o trabalho realizado pela Coletiva, principalmente naquilo que tange às práticas por uma sociedade antirracista. Além disso, busca-se fortalecer o diálogo entre produção acadêmica e movimentos sociais.

Caso um grupo de mulheres decida participar, cada uma, individualmente, vai passar por algumas conversas e entrevistas. As entrevistas, se nos for permitido, serão gravadas em áudio, e posteriormente, transcritas integralmente. Serão cinco entrevistas, sendo uma com cada sujeita, e duração média de 60 minutos. Nesse sentido, as entrevistas serão armazenadas em dispositivo de gravação de voz, e posteriormente arquivadas em um computador, onde permanecerão por tempo indeterminado sobre tutela da pesquisadora responsável (Carmem Lucia Eiterer) e da corresponsável pela pesquisa (Tatiana Neves da Silva). Fica garantido, a cada uma, o acesso ao material transcrito e o direito à suspensão de parte ou de toda a transcrição a qualquer momento da pesquisa. O material coletado será especificamente de relatos das trajetórias de vida de cada uma, principalmente sobre a sua relação com a Coletiva. Além do mais, serão registrados momentos de encontros (formações, entregas de doações, eventos). Os locais e horários para os encontros serão combinados, respeitando a sua disponibilidade e preferência, enquanto participante. Sobre o resultado, será devolvido a cada uma das participantes e à Coletiva na forma de relato para completarem, modificarem ou anularem qualquer trecho que desejarem.

Gostaríamos de esclarecer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e que a identidade, nome, e dados pessoais das participantes serão preservados.

Pode acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas como, por exemplo, alteração da sua rotina, por conta do tempo de duração previsto para o seu envolvimento como voluntária com a pesquisa, ou alguma situação em que você no lugar de entrevistada, pode se sentir constrangida. Nestes casos, será seu direito se recusar a responder as perguntas, interromper a entrevista ou excluir trechos da gravação conforme seu desejo. Se houver riscos de qualquer tipo, você pode deixar de participar da pesquisa em qualquer momento dela sem qualquer prejuízo, conforme Resolução 466/2012.

Entende-se a possibilidade de riscos e desconfortos diante de possíveis perguntas, que possam constranger você. Ainda que esses riscos sejam mínimos, já que as questões serão pensadas da maneira mais cuidadosa possível. Por isso, devemos evitar tais riscos, ou buscar procedimentos para minimizá-los, como deixar ao seu critério, enquanto entrevistada, a hora e local para a entrevista, ter o cuidado para as perguntas não fugirem dos objetivos da pesquisa, e preservar o sigilo de informações que não podem ser publicizadas.

Durante todo o período da pesquisa, qualquer membro da comunidade poderá tirar suas dúvidas ligando para os telefones (31)984565214 (Tatiana Neves da Silva) e (31)87070934 (Carmem Lucia Eiterer). Estamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos.

Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG também pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone (31) 3409-4592. As participantes têm, também, o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo pessoal ou profissional. Os dados que serão fornecidos por você, serão confidenciais e divulgados apenas na dissertação, em congressos ou publicações ligadas à pesquisa, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Caso você tenha algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pela pesquisadora e reembolsado. Portanto, se a participante sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, será indenizada/ressarcida.

Este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO segue em duas vias e cada participante receberá um. Este documento tem espaço destinado à manifestação do

COEP (Conselho de Ética em Pesquisa), o qual poderá ser contatado a qualquer momento em caso de dúvidas éticas.

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra Carmem Lucia Eiterer/ Orientadora eiterercarmem@gmail.com Fone: (31) 3409.6194

Pesquisadora Corresponsável: Tatiana Neves da Silva – email: tatiananeves1985@gmail.com Fone: (31)98456-5214 (Tatiana Neves da Silva)

Dados do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901

Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br

Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que pode-se retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados de forma confidencial, aceitamos a ocorrência da investigação intitulada “**OS SABERES MOBILIZADOS POR UMA COLETIVA DE MULHERES NEGRAS DE BELO HORIZONTE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**”.

Local e Data

Assinatura

Como pesquisador responsável pelo estudo “**OS SABERES MOBILIZADOS POR UMA COLETIVA DE MULHERES NEGRAS DE BELO HORIZONTE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Local e Data

Assinatura

7.2 Apêndice B- Carta de Anuência

Ilma Sr^a.Sol Maior
Digníssima Gestora da Coletiva Mulheres da Quebrada,

Solicitamos a autorização desta Coletiva para a realização da pesquisa intitulada **“Os Saberes Mobilizados por uma Coletiva de Mulheres Negras de Belo Horizonte para uma educação antirracista”** que tem como pesquisadora responsável a Profa. Dra. Carmem Lucia Eiterer. Esse trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG.

A pesquisa pretende compreender quais estratégias são produzidas pela *Coletiva Mulheres da Quebrada*, para uma educação antirracista. Para tanto, necessitamos participar e acompanhar atividades realizadas por essas mulheres nos seus espaços de encontro/ atuação e realizar entrevistas. Nesse sentido, pretende-se realizar cinco entrevistas a partir de cinco encontros com as sujeitas, sendo um encontro com cada uma delas. Esclarecemos que cada entrevista terá duração média de 60 minutos, e serão registradas em gravações de áudio. Esses áudios serão salvos em um gravador e transferidos para um computador, na tutela da pesquisadora responsável pelo projeto Carmem Lucia Eiterer e da corresponsável Tatiana Neves da Silva, por tempo indeterminado.

Caso um grupo de mulheres decida participar, cada uma, individualmente, vai passar por algumas conversas e entrevistas. As entrevistas, se nos for permitido, serão gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente. Fica garantido, a cada uma, o acesso ao material transcrito e o direito à suspensão de parte ou de toda a transcrição a qualquer momento da pesquisa. O material a ser coletado se constitui especificamente de relatos das trajetórias de vida de cada uma, principalmente sobre a sua relação com a Coletiva. Além do mais, serão registrados momentos de encontros (formações, entregas de cestas básicas, eventos promovidos). Sobre o resultado, será devolvido a cada uma das participantes e à Coletiva na forma de relato para completarem, modificarem ou anularem qualquer trecho que desejarem.

Pedimos a autorização para que o nome desta instituição conste no relatório final, bem como futuras publicações em eventos e periódicos científico, caso assim o queiram. As motivações para a realização dessa pesquisa relacionam-se com a importância de visibilizar o trabalho realizado pela Coletiva, principalmente naquilo que tange às práticas

por uma sociedade antirracista. Além disso, busca-se fortalecer o diálogo entre produção acadêmica e movimentos sociais.

Entende-se a possibilidade de riscos e desconfortos diante de possíveis perguntas, que possam constranger as participantes. Ainda que esses riscos sejam mínimos, já que as questões serão pensadas da maneira mais cuidadosa possível. Por isso, devemos evitar tais riscos, ou buscar procedimentos para minimizá-los, como deixar ao seu critério, enquanto entrevistada, a hora e local para a entrevista, ter o cuidado para as perguntas não fugirem dos objetivos da pesquisa, e preservar o sigilo de informações que não podem ser publicizadas

Ressaltamos que os nomes e dados pessoais coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo e que sua identidade, nome, e dados pessoais serão preservados. Resguardamos o direito ao ressarcimento dessa Coletiva, bem como indenização, caso sejam comprovados danos em suas vidas, em virtude da pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa, qualquer membro da comunidade poderá tirar suas dúvidas ligando para os telefones (31)98456.5214 (Tatiana Neves da Silva) ou (31)98707.0934 (Carmem Lucia Eiterer). Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG também pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Coletiva, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Pesquisador(a) Responsável pelo Projeto

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

Sol Maior

Gestora da Coletiva Mulheres da Quebrada

7.3 Apêndice C- Roteiro de Entrevistas 1: gestoras da Coletiva

1	Você poderia contar como foi sua infância? Onde você cresceu e mora atualmente? Onde cresceu? Falar um pouco sobre seus processos de escolarização/formação.
2	Você poderia falar sobre o seu pertencimento racial.
3	Você poderia descrever como viveu os desafios de ser mulher negra na sociedade brasileira? Você já passou por situações racistas?
4	Você poderia contar as estratégias que você desenvolveu para enfrentar o racismo cotidiano?
5	Você poderia falar um pouco sobre o que você pensa a respeito do feminismo. Você se considera feminista?
6	Você poderia dizer a respeito das suas experiências com ONGs, associações ou outras formas de mobilização sociais/populares anteriores ou paralelas à Coletiva Mulheres da Quebrada?
7	Você poderia nos dizer se a Coletiva se assemelha a alguma dessas experiências associativas anteriores? Relate sobre as potencialidades e desafios da atuação a frente da Mulheres da Quebrada.
8	Você poderia expor como as ações da Coletiva te impactam. Quais dessas ações mais te tocam?
9	Você poderia contar sobre as formas de enfrentamento ao racismo promovidas pela Coletiva. Podemos dizer que a Coletiva desenvolve ações de educação antirracista?

7.4 Apêndice D-Roteiro de Entrevistas 2: moradoras do Aglomerado da Serra

1	Você poderia falar sobre sua família, o local (locais) onde você cresceu e como foi seu processo de escolarização/formação. Qual a sua idade?
2	Você poderia falar sobre o seu pertencimento racial?
3	Como você enxerga seu lugar de pessoa branca dentro de uma Coletiva construída majoritariamente por mulheres negras?
4	Você poderia falar os desafios de ser mulher periférica na sociedade brasileira?
5	Você poderia falar sobre se você já sofreu algum tipo de preconceito: de gênero, classe?

6	Você poderia contar um pouco sobre a sua vida no Aglomerado da Serra?
7	Você poderia falar sobre se o trabalho da Coletiva auxilia ou não na sua vivência?
8	Você poderia falar sobre os seus projetos de vida?

8 ANEXOS

8.1 Anexo A- Nota de Repúdio ao reajuste das passagens de ônibus em Belo Horizonte

A Coletiva Mulheres da Quebrada atua no território do Aglomerado da Serra, levando afeto, cuidado e saúde, construindo e abrindo caminhos com as mulheres da periferia, historicamente atingidas por múltiplas violências. Temos mobilizado as mulheres desse território contra todos os tipos de opressão. Por isso, é preciso falar sobre a truculenta decisão judicial que autoriza o reajuste das passagens de ônibus de Belo Horizonte, de R\$ 4,50 para R\$ 5,85. Presenciamos mais uma medida agressiva em desfavor do povo pobre e periférico. Essa ação abusiva é articulada pela prefeitura de Belo Horizonte junto aos multimilionários empresários das linhas de ônibus da cidade. A população das periferias, já tão prejudicada pelas políticas dos governos estadual e federal, que negam a sua existência e se fazem presentes sobretudo em forma de violências, luta dia a dia para ter comida no prato e uma vida digna. Destacamos a situação das mulheres, foco principal do trabalho da Coletiva, que são as principais usuárias do transporte público para as mais diversas atividades, relacionadas aos seus ofícios e o que chamamos de trabalho de cuidado não remunerado (o cuidado com crianças, idosos, pessoas com deficiência, familiares com problemas de saúde, etc.). Nesse sentido, o transporte público é fundamental para deslocamentos cotidianos dessas mulheres até escolas, hospitais, supermercados, locais de trabalho, centros de saúde, e uma infinidade de outros lugares nas grandes cidades. Nas periferias urbanas há uma predominância significativa de mulheres chefes de família, que dependem de um transporte público acessível, de qualidade e seguro para que possam sustentar a si e suas famílias e exercer seu direito à mobilidade urbana de forma digna. É preciso resistir e exigir transporte público de qualidade, e preço acessível a todos. Diante do cenário de aprofundamento das desigualdades sociais, a partir de abusos de poder, nós da Coletiva Mulheres da Quebrada nos posicionamos contra o reajuste absurdo das passagens dos ônibus da capital mineira. Mais que isso, repudiamos o serviço precário de transporte público que tem sido oferecido de maneira desumana à população. O Aglomerado da Serra é formado por trabalhadoras e trabalhadores, mães e pais, jovens e crianças, que após um dia de serviço e estudo intenso, precisam chegar às suas casas com dignidade e segurança, tendo seu direito à mobilidade urbana assegurado. Exigimos respeito com o povo do nosso território, e reconhecimento do direito ao transporte público de qualidade!

Fonte: A pesquisadora, 2022.

8.2 Anexo B- Nota de Repúdio ao megaprojeto de mineração na Serra do Curral

Nota de repúdio ao megaprojeto de mineração na Serra do Curral

A Coletiva Mulheres da Quebrada, rede de afeto e cuidado entre mulheres no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, vem a público manifestar seu repúdio ao absurdo e inaceitável megaprojeto de mineração na Serra do Curral, cujo licenciamento foi recentemente aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, de forma atropelada e, junto ao Governo Zema, atendendo a interesses e “urgências” estritamente econômicas de grandes multinacionais. Caso seja implementado, o empreendimento afetará de diversas maneiras a vida da população de Belo Horizonte, em especial

moradoras e moradores dos bairros e aglomerados próximos ao empreendimento. Sabemos que a mineração, como vem historicamente sendo realizada na América Latina e em especial no estado de Minas Gerais, é uma atividade cujos efeitos negativos superam qualquer discurso de benefícios econômicos, estes transitórios e concentrados nas mãos dos pouquíssimos detentores do poder do capital. Trata-se de uma atividade com graves efeitos socioambientais que atravessam a vida cotidiana de diversas pessoas, totalmente desconsideradas no processo de licenciamento. Queremos destacar que as mulheres são historicamente as mais afetadas pelos grandes projetos minerários, com efeitos como a poluição do ar e da água, além da poluição sonora, gerando sérios danos à saúde da população, os quais sabemos que sobrecarregam ainda mais as mulheres como principais cuidadoras de crianças e idosos, por exemplo; aumento temporário da circulação de pessoas externas às comunidades, aumentando a exposição de crianças, adolescentes e mulheres à violências; aumento da vulnerabilidade ambiental e insegurança hídrica, em bairros que já sofrem com falta de água em diversos períodos do ano; alterações na paisagem, nos modos de vida e redes de sociabilidade, dentre outros danos que se prolongam e se multiplicam no tempo e no espaço. A aprovação da licença da mineradora Tamisa ocorreu de forma totalmente arbitrária e irregular, sem a devida escuta da população de Belo Horizonte, especialmente dos moradores dos bairros próximos à área destinada ao empreendimento, inclusive de povos e comunidades tradicionais que vivem a poucos quilômetros do empreendimento, ignorando uma série de direitos adquiridos e posicionamentos técnicos de instituições científicas e movimentos sociais. Os grandes projetos de mineração, a exemplo de dois grandes crimes ambientais recentes nas bacias do Rio Doce e Paraopeba, geram ainda bombas-relógio que atravessam gerações, como as barragens de rejeitos, que colocam em risco as vidas e territórios de milhares de pessoas. Como uma coletiva situada no Aglomerado da Serra, território diretamente afetado pelo projeto, nos solidarizamos com todos os movimentos que vêm se organizando para barrar esse atentado à vida, ao bem viver, aos territórios e ao patrimônio de nossa cidade. Em especial, nos posicionamos em favor das mulheres periféricas, que, como sempre, sofrem de forma mais aguda os efeitos de um sistema capitalista neoliberal, racista e sexista.

Fonte: Coletiva Mulheres da Quebrada, 2022.